

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL
E REGIONAL

IZAMARA NUNES SOUSA

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
E OS DESAFIOS PARA A AFIRMAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO
PROFISSIONAL**

São Luís
2019

IZAMARA NUNES SOUSA

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
E OS DESAFIOS PARA A AFIRMAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO
PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Franci Gomes Cardoso.

São Luís

2019

Sousa, Izamara Nunes.

O trabalho do ambiente social no campo da assistência social e os desafios para a afirmação do projeto ético político profissional / Izamara Nunes Sousa. – São Luís, 2019.

180 f

Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador: Profa. Dsc. Franci Gomes Cardoso.

1.Trabalho. 2.Assistência social. 3.Trabalho do assistente social.
4.Projeto Ético Político Profissional. I.Título

CDU: 364.4

IZAMARA NUNES SOUSA

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
E OS DESAFIOS PARA A AFIRMAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO
PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Franci Gomes Cardoso (orientadora)
Doutora em Serviço Social
Universidade Estadual do Maranhão

Prof.^o Dr. José Sampaio de Mattos Júnior
Doutor em Geografia
Universidade Estadual do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Cleonice Correia Araújo
Doutora em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor da vida e meu mestre maior na pessoa de Jesus Cristo.

Aos meus pais. Pelos ensinamentos e por toda dedicação desde meu nascimento até a concretização de meu mestrado. Mais que me providenciar meios de vida, me amaram.

Ao meu esposo pela paciência e pelos incentivos.

Aos meus irmãos. Sempre parceiros e incentivadores ao longo de toda minha vida.

À Cinara, amiga, companheira, e parceira desde o início do mestrado.

À minha orientadora, professora Franci Gomes Cardoso. Exemplo de dedicação e competência. Suas orientações foram primordiais para o meu aprimoramento intelectual e crescimento profissional. À banca examinadora composta também pela professora Cleonice Correia Araújo e pelo professor José Sampaio de Mattos Júnior, cujas sugestões para aperfeiçoamento deste estudo foram fundamentais.

A esta instituição, a Universidade Estadual do Maranhão e, especificamente, ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional que através do corpo docente maximizaram a solidez de minha formação profissional.

Às assistentes sociais e coordenadores dos CRAS e CREAS de Paço do Lumiar que me permitiram realizar as entrevistas nos locais de trabalho e dispuseram do seu tempo para expor suas experiências. Seus relatos contribuíram muito para a concretização deste trabalho.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação e me ajudaram neste trabalho.

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes”.

Paulo Freire

RESUMO

Esta dissertação expõe os resultados da análise sobre o trabalho do assistente social no campo da Assistência Social e os desafios para a afirmação do Projeto Ético-Político Profissional. Destaca a Política de Assistência Social, área de maior inserção do assistente social, a qual mediante implantação do SUAS amplia as oportunidades de trabalho para o assistente social. Analisa, neste aspecto, que apesar da expansão de alguns equipamentos sociais como CRAS e CREAS e, conseqüentemente, a inserção dos assistentes sociais nos mesmos, há uma ampla precarização do trabalho do assistente social e das condições em que este trabalho se realiza, que na verdade expressam os dilemas de um contexto social mais amplo de desmonte de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Aponta a partir da pesquisa de campo realizada com as assistentes sociais dos CRAS e CREAS de Paço do Lumiar algumas conclusões, tais como: o assistente social, como um profissional que trabalha com as diversas expressões da questão social sofre, portanto, direta ou indiretamente com os rebatimentos do capital, especialmente ao trabalhar com as Políticas Sociais, as quais, sobretudo na programática neoliberal, sofrem cortes profundos e são deslocadas de uma ótica do direito para uma ótica compensatória. Aponta, também, que apesar dos avanços da Política de Assistência Social, principalmente em termos legais, a partir da Constituição Federal, esta na atual conjuntura, tem assumido uma centralidade para enfrentamento das expressões da questão social como resposta para a desigualdade social. Conclui, também, que o Projeto Ético - Político do Serviço Social é fundamental para a profissão pois norteia a prática profissional na perspectiva dos direitos da classe trabalhadora. No entanto, por ter princípios que vão na contramão da atual conjuntura, sua efetivação no cotidiano profissional é um desafio.

Palavras-chave: Trabalho. Assistência Social. Trabalho do assistente social. Projeto Ético - Político Profissional do Serviço Social.

ABSTRACT

This dissertation presents the results of the analysis on the work of the social worker in the field of Social Assistance and the challenges for the affirmation of the Professional Ethical-Political Project. It emphasizes the Social Assistance Policy, an area of greater insertion of the social worker, which, through the implementation of SUAS, enlarges job opportunities for the social worker. It analyzes, in this regard, that despite the expansion of some social facilities such as CRAS and CREAS and, consequently, the insertion of social workers in them, there is a widespread precariousness of the work of the social worker and the conditions in which this work is carried out, which in truth express the dilemmas of a broader social context of dismantling rights historically conquered by the working class. It points out from the field research carried out with the social workers of the CRAS and CREAS of Paço do Lumiar some conclusions, such as: the social worker, as a professional who works with the various expressions of the social issue suffers, therefore, directly or indirectly with the refutations of capital, especially when working with Social Policies, which, especially in the neoliberal program, undergo deep cuts and are shifted from a point of view of the law to a compensatory view. It also points out that despite the progress of the Social Assistance Policy, mainly in legal terms, based on the Federal Constitution, this current situation has assumed a centrality to address the expressions of the social question as a response to social inequality. It also concludes that the Ethical - Political Project of Social Service is fundamental to the profession because it guides professional practice in the perspective of the rights of the working class. However, by having principles that go against the current conjuncture, its effectiveness in the daily professional is a challenge.

Key words: Job. Social assistance. Social worker work. Ethical and Professional Political Project of Social Work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1-	Profissionais do CRAS por porte do Município.....	130
Quadro 2-	Profissionais do CREAS por porte do Município.....	133
Quadro 3-	Quantidade mínima de CRAS por porte do Município.....	138
Gráfico 1 -	Carga horária semanal dos profissionais.....	149
Gráfico 2 -	Percentual dos profissionais por vínculo empregatício.....	150
Gráfico 3 -	Faixa salarial.....	151

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BPC	- Benefício de Prestação Continuada
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDEPSS	- Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CRAS	- Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CFESS	- Conselho Federal de Serviço Social
GRESS	- Conselho Regional de Serviço Social
DC	- Desenvolvimento de Comunidade
DIEESE	- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ECA	- Estatuto da Criança e Adolescente
FMI	- Fundo Monetário Internacional
LOAS	- Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MP	- Ministério Público
NOB	- Norma Operacional Básica
NOB-RH	- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
OEA	- Organização dos Estados Americanos
ONGs	- Organização não governamentais
OSFL	- Organizações Sem Fins Lucrativos
OSC	- Organizações da Sociedade Civil
PAIF	- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAEFI	- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos
SEDES	- Secretaria de Desenvolvimento Social
SINE	- Sistema Nacional de Emprego
SNAS	- Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	- Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	O SERVIÇO SOCIAL NO MUNDO DO TRABALHO.....	27
2.1	Trabalho e estratégias de controle do capital sobre o trabalhador....	28
2.2	Mudanças no mundo do trabalho e a condição do assistente social como trabalhador assalariado.....	38
3	PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS NA ATUAL CONJUNTURA BRASILEIRA.....	59
3.1	Projeto ético-político profissional do Serviço Social e os desafios para a organização política dos trabalhadores.....	60
3.2	Projeto ético-político profissional: possibilidades e desafios no cotidiano profissional na atualidade.....	69
4	A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: recuperação histórica- conceitual.....	83
4.1	Demarcações históricas-conceituais da Política de Assistência Social.....	83
4.2	Perfis pedagógicos da prática profissional do assistente social no processo histórico do Serviço Social.....	110
4.3	Condições de trabalho do assistente social nos CRAS e CREAS em Paço do Lumiar, como referência: possibilidades e limites para a afirmação do projeto ético-político profissional.....	126
5	CONCLUSÃO.....	163
	REFERÊNCIAS.....	167
	APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM ASSISTENTES SOCIAIS DOS CRAS E CREAS DE PAÇO DO LUMIAR –MA	179

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, com a expansão da Assistência Social e a implantação do SUAS com todos os seus marcos regulatórios como a Política Nacional de Assistência Social (2004), a Lei Orgânica de Assistência Social (1993) e a Norma Operacional Básica do Suas- NOB/SUAS (2005), abre-se um leque de oportunidades e ampliação de trabalho para o assistente social.

Desse modo, após a implantação do SUAS no ano 2005, ocorre uma rápida expansão dos Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS em todo o território nacional conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2013) que mostram a ampliação de cerca de 44,9% do número de Centro de Referência de Assistência Social-CRAS de 2009 para 2013. Os dados divulgados mostram ainda que, de 2009 para 2013, o número de CRAS passou de 5.499 em 4.032 municípios para 7.986 em 5.437 municípios sendo que a Região Nordeste foi a que concentrou a maior proporção de municípios com CRAS (99,5%), seguida do Centro-Oeste (98,7%), Norte (97,6%), Sudeste (96,4%) e Sul (96,1%).

Com a ampliação das possibilidades de trabalho, ao mesmo tempo novas habilidades e competências vão sendo exigidas, desafiando o assistente social a buscar estratégias numa perspectiva crítica diante das requisições burocráticas e administrativas que lhe são exigidas. (RAICHELIS, 2010)

Apesar da expansão desses equipamentos sociais e conseqüentemente, a inserção dos assistentes sociais nos mesmos, há uma ampla precarização do trabalho do assistente social e das condições em que este trabalho se realiza, que na verdade expressam os dilemas de um contexto social mais amplo de desmonte de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

Um exemplo desta ampla precarização revela-se nos dados do Censo Suas 2013, o qual mostra que os vínculos da maioria dos profissionais inseridos nos CRAS, cerca de 49,1%, possuíam outros vínculos não permanentes, ou seja, não estavam na condição de servidor estatutário, empregado público (CLT) ou cargo comissionado. E do total de profissionais de nível superior que atuavam nesses equipamentos; 45,5% eram assistentes sociais. No caso dos profissionais que atuavam nos CREAS, os dados do Censo SUAS 2013 mostram que a porcentagem de profissionais que possuíam outros vínculos não permanentes era de 48,45%;

35,4% eram servidores estatutários; 7,6% eram empregados públicos (CLT); 8,6% encontravam-se em cargos comissionados. Do total de profissionais de nível superior; 24,8% eram assistentes sociais.

Dados como estes, revelam assim, o contexto de precarização do trabalho que tem atingido os assistentes sociais, os quais são fortemente afetados pela insegurança do emprego e a intensificação do trabalho através de mecanismos de controle de produtividade e realização de tarefas.

O assistente social enquanto trabalhador assalariado está inserido nesse processo amplo e contraditório já que o mesmo é demandado pelos principais agentes que acionam os seus serviços, seja o Estado, as empresas, as entidades não governamentais, etc., necessitando, portanto, de meios e condições necessárias para a efetivação do seu trabalho como ressalta lamamoto (2007, p. 63):

Embora regulamentado como uma profissão liberal na sociedade, o Serviço Social não se realiza como tal. Isso significa que o assistente social não detém todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho: financeiros, técnicos e humanos necessários ao exercício profissional autônomo. Depende de recursos previstos nos programas e projetos da instituição que o requisita e o contrata, por meio dos quais é exercido o trabalho especializado. Em outros termos, parte dos meios ou recursos materiais, financeiros e organizacionais necessários ao exercício desse trabalho são fornecidos pelas entidades empregadoras. Portanto, a condição de trabalhador assalariado não só enquadra o assistente social na relação de compra e venda da força de trabalho, mas molda a sua inserção socioinstitucional na sociedade brasileira.

A esse respeito, faz-se notório enfatizar que o assistente social enquanto trabalhador assalariado encontra-se ainda numa relação tensionada por projetos societários distintos já que o mesmo deve responder de maneira resolutiva às demandas institucionais e ao mesmo tempo ser um mediador na efetivação de direitos sociais em um contexto de mercantilização, privatização e focalização das políticas sociais.

Neste sentido, um outro aspecto a ser destacado é como as políticas sociais tem sido afetadas pelas atuais contrarreformas sob a égide neoliberal, as quais dentre outras situações reconfiguram o sistema de proteção social brasileiro na medida em que as políticas sociais são executadas segundo a ótica do mercado. Com isto, apesar da tentativa de se construir um sistema de proteção social brasileiro expresso na Constituição Federal de 1988, este foi logo alvo do movimento do capital internacional de imposição de diretrizes econômicas, dentre elas, a

diminuição da intervenção do Estado na sociedade através das políticas sociais, restringindo assim uma série de direitos como ressalta Mota (2010, p. 184):

Apesar das particularidades da proteção social brasileira, dentre elas a construção tardia da seguridade social, essas tendências anteriormente referidas têm eco no atual padrão de formulação e gestão das políticas protetivas. Trata-se de um paradoxo: somente com a Constituição de 1988 a sociedade brasileira teve, em tese, as suas necessidades de proteção reconhecidas pelo Estado através da instituição de um sistema público de proteção social (integrado pelas políticas de saúde, previdência e assistência social); contudo, mal foram regulamentadas, essas políticas passaram a ser objeto de uma ofensiva perversa e conservadora, materializada em propostas e iniciativas de contrarreformas restritivas de direitos, serviços e benefícios.

Nestas circunstâncias, o assistente social, como um profissional que trabalha com as diversas expressões da questão social sofre, portanto, direta ou indiretamente com os rebatimentos do capital, especialmente ao trabalhar com as Políticas Sociais, as quais, sobretudo na programática neoliberal, sofrem cortes profundos e são deslocadas de uma ótica do direito para uma ótica compensatória.

Além disso, devido à insegurança a que está submetida grande parte dos trabalhadores, inclusive o assistente social, devido à ausência ou fragilidade de vínculos empregatícios, há um enfraquecimento dos organismos de representação da classe trabalhadora, como os sindicatos. Vale ressaltar, assim, as palavras de Antunes (2015, p. 198) a respeito da crise que atinge o mundo do trabalho e suas consequências:

Se já não bastassem estas transformações, a crise atingiu também diretamente a subjetividade do trabalho, sua consciência de classe, afetando seus organismos de representação, dos quais os sindicatos e os partidos são expressão. Os primeiros, os sindicatos, foram forçados a assumir uma ação cada vez mais defensiva, cada vez mais atada à imediatidade, à contingência, regredindo sua já limitada ação de defesa de classe no universo do capital. Gradativamente foram abandonando seus traços anticapitalistas, aturdidos que estavam, visando preservar a jornada de trabalho regulamentada, os demais direitos sociais já conquistados e, quanto mais a “revolução técnica” do capital avançava, lutavam para manter o mais elementar e defensivo dos direitos da classe trabalhadora, sem os quais sua sobrevivência está ameaçada: o direito ao trabalho, ao emprego.

São dados e análises como as acima sucintamente apresentadas que nos despertaram ainda mais na busca por mais conhecimento e por argumentos e análises acompanhados de criticidade. A temática trabalho com todas as suas

nuances (condições de trabalho, precarização das relações trabalhistas, direitos sociais, composição profissional, consciência de classe, etc..) têm nos causado inquietação desde a graduação na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, onde caminhos nos foram indicados no sentido de perceber os limites e contradições da realidade que vivenciam os trabalhadores e particularmente o assistente social.

Diante disto é que partimos para estudos ainda na graduação sobre a formação profissional do assistente social e o mercado de trabalho para este, diante das inúmeras mudanças e transformações na sociedade capitalista e particularmente a brasileira, principalmente no mundo do trabalho.

Além disso, não podemos deixar de ressaltar que a nossa experiência como assistente social, principalmente na área da Política de Assistência Social onde vivenciamos a insegurança no emprego, a submissão a contratos precários sem qualquer direito trabalhista, a pressão pelo cumprimento de metas e realização de tarefas, bem como a intensificação do trabalho além de outras situações provocaram um desejo genuíno de pesquisar e analisar as transformações em curso principalmente no que se refere ao mundo do trabalho.

Apontamos também que as diversas vezes que ouvimos e percebemos os relatos angustiantes de inúmeras colegas assistentes sociais nos instigaram mais ainda a nos aprofundar nas reflexões a respeito desta temática. Não foram poucas as falas de colegas em tons de desabafo, de insatisfação e por vezes de frustração ao descreverem seus dilemas como profissionais de Serviço Social. Foram nas conversas informais ou mesmo durante as viagens a vários municípios do Maranhão que fizemos com profissionais da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado do Maranhão (SEDES-MA) em 2010 em um trabalho de monitoramento de equipamentos, recursos humanos, serviços socioassistenciais, etc... da Política de Assistência Social executados nos municípios, onde foi possível percebermos mais ainda que a profissão de Serviço Social tem sofrido inúmeros dilemas ligados principalmente às condições de trabalho. A análise de Yamamoto (2007, p.424) ratifica esse pensamento quando escreve:

Para além dos acordos previstos no contrato de trabalho - e, considerada a bagagem acadêmico-profissional do assistente social - o que determina o cotidiano das ações profissionais são as condições e relações sociais que circunscrevem esse trabalho. Elas interferem no seu direcionamento, nas atribuições delegadas, nos recursos autorizados, entre outras dimensões, cuja força decorre das

relações de poder econômico e político que repercutem no próprio conteúdo e a qualidade do trabalho realizado. Soma-se a isso a interferência dos requisitos de produtividade, eficiência, as pressões dos prazos e das rotinas a serem observadas, embora os agentes profissionais possam nelas interferir em razão de sua competência e da força política que disponham. Refratam ainda, de maneira ponderável, na possibilidade de ampliação da relativa autonomia do assistente social as pressões de parte dos cidadãos por direitos e serviços correspondentes e as lutas coletivas empreendidas pelo controle democrático das ações do Estado e, em particular, das políticas sociais públicas.

Portanto, sentimo-nos mais fortalecidos ainda na busca por uma investigação mais precisa e crítico-reflexiva a respeito do tema, visto que como trabalhadoras e assistentes sociais temos vivido os dilemas e desafios que a classe trabalhadora vivencia em um contexto de derruição dos direitos sociais e de luta pela sobrevivência.

Mesmo compreendendo que todas essas dificuldades são reais e objetivas, e que muitos assistentes sociais tem a percepção disto, reconhecemos a necessidade de aprofundar a temática mais ainda com o propósito também de reafirmar a necessidade de busca e construção de estratégias de articulação do exercício profissional com os princípios de igualdade, liberdade, cidadania, justiça social, etc..., norteadores da profissão.

À luz dessas considerações e das nossas experiências profissionais é que emergiram algumas questões que delimitam o objeto de estudo: Quais as condições de trabalho do assistente social no âmbito da Política de Assistência Social? Quais as habilidades e competências que são exigidas ao assistente social frente a inúmeras demandas dos usuários e da própria instituição empregadora? Quais os desafios para a afirmação do projeto ético-político profissional no contexto institucional em que se realiza? Quais os dilemas do assistente social enquanto trabalhador assalariado inserido em um contexto de ampla precarização do trabalho, desmonte de direitos, instabilidade no emprego e intensificação do trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores assalariados em seu conjunto?

O presente estudo se desenvolveu a partir da necessidade de problematizar as condições em que o trabalho do assistente social se realiza no âmbito do SUAS, especificamente nos CRAS e CREAS de Paço do Lumiar-Maranhão, já que historicamente a Assistência Social é um dos campos de maior inserção do assistente social e também sendo este um profissional que trabalha com

as diversas expressões da questão social, precisa responder de maneira competente, crítica, reflexiva e ética às demandas que lhe são impostas.

O Maranhão sendo um dos estados com menor IDH e altos índices de desigualdade social e, portanto com um grande contingente populacional em situação de extrema vulnerabilidade, os CRAS e os CREAS, enquanto equipamentos de acesso (ou contraditoriamente, de restrição a benefícios e serviços socioassistenciais) a essa população mais vulnerável, torna-se premente questionar como se processa o trabalho do assistente social nos CRAS e CREAS e particularmente em Paço do Lumiar. Interessa, portanto, analisar as habilidades e competências que são exigidas ao assistente social nos CRAS e CREAS frente ainda as demandas dos usuários; os desafios para a afirmação da direção social do projeto ético-político profissional no cotidiano profissional e os dilemas do assistente social enquanto trabalhador assalariado inserido em um contexto desafiador de retração das Políticas Públicas e de ampla precarização do trabalho.

Neste sentido, pensar a profissão de Serviço Social, hoje, requer apontar aspectos que não se referem apenas ao Serviço Social, abrangem também outras profissões que, assim como o Serviço Social, emergem num processo histórico-conjuntural, que determina tanto as particularidades como o movimento destas profissões dentro da sociedade na qual estão inseridas.

Partindo da afirmação de Yamamoto (2007), de que nenhuma profissão nasce desconectada de um determinado processo histórico e conjuntural, ou seja, nenhuma profissão é a-histórica, mas nasce a partir de requisições da própria sociedade, das necessidades e demandas que vão surgindo ao longo do tempo e tornando necessária a presença de profissionais que respondam a tais necessidades e demandas, compreendemos que o Serviço Social surge e se institucionaliza na sociedade brasileira como fruto de um movimento amplo e contraditório da realidade.

Entretanto, nesse movimento contraditório em que o Serviço Social surge e se institucionaliza,

[...] a demanda de sua atuação não deriva dos que são alvos dos seus serviços profissionais- os trabalhadores-, mas dos setores patronais, com o objetivo de atuar, segundo metas estabelecidas por estes setores entre as classes trabalhadoras. O que deve ser ressaltado é que o assistente social, embora trabalhe a partir de situações de vida daquelas classes, não é diretamente solicitado por

elas: atua entre elas a partir de uma demanda que, na maioria das vezes, não provém delas. (IAMAMOTO, 2007, p. 94).

O que significa dizer que a realidade e a sociedade em seu movimento amplo e contraditório, têm inúmeros processos que ocorrem em diferentes conjunturas que influenciam direta e indiretamente na dinâmica da profissão, no exercício desta e, por conseguinte, na formação para o seu exercício. As transformações que tem ocorrido na sociedade contemporânea, em todos os âmbitos, seja na economia, na política, na cultura, etc. trazem inúmeras consequências em âmbito mundial e particularmente no Brasil, principalmente no que se refere ao trabalho. Na acepção de Marx (1982, p. 37), o trabalho é “condição natural da existência humana, uma condição do metabolismo entre homem e natureza independentemente de qualquer forma social”, na medida em que se constitui base das relações sociais, do desenvolvimento da sociedade e do surgimento das diversas profissões. Nos termos de Iamamoto (2007, p. 60):

O trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens. Pelo trabalho o homem se afirma como um ser social e, portanto, distinto da natureza. O trabalho é a atividade própria do ser humano, seja ela material, intelectual ou artística. É por meio do trabalho que o homem se afirma como um ser que dá respostas prático-conscientes aos seus carecimentos, às suas necessidades. O trabalho é, pois, o selo distintivo da atividade humana. Primeiro, por que o homem é o único ser capaz de projetar antecipadamente, na sua mente o resultado a ser obtido. Em outros termos, no trabalho tem-se uma antecipação e projeção de resultados, isto é, dispõe de uma dimensão teleológica. Mas o homem também é o único ser que é capaz de criar meios e instrumentos de trabalho, afirmando essa atividade caracteristicamente humana. É pelo trabalho que as necessidades humanas são satisfeitas, ao mesmo tempo em que o trabalho cria outras necessidades.

No entanto, mesmo sendo uma atividade vital na qual os homens produzem e reproduzem não apenas a sua vida material, mas também as suas relações, o trabalho na sociedade contemporânea encontra-se ameaçado para grande parte da população, sobretudo para aqueles que não detêm os meios de produção e dispõe apenas da sua força de trabalho¹, incluindo-se, entre estes, o

¹ Comungamos com o pensamento de Marx, para o qual “força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie.” (MARX, 1988, p. 285)

profissional de Serviço Social, uma vez que a profissão apesar de ser regulamentada como uma profissão liberal, necessita ao ser inserida na divisão sociotécnica do trabalho, de meios para a efetivação das suas atividades, sejam humanos, técnicos, financeiros e da requisição do trabalho profissional pelas instituições empregadoras, sejam empresas privadas, governamentais ou não-governamentais.

Nesta perspectiva, como bem ressalta Antunes (1998) uma das principais questões presentes no cenário mundial, que tem se agravado nas últimas décadas, trazendo insegurança em todas as esferas da vida social, refere-se às novas formas de reprodução capitalista, os novos métodos que tem atingido de maneira violenta a classe trabalhadora. Classe que durante muito tempo lutou pelo reconhecimento e efetivação de direitos, enfrenta hoje com as transformações da sociedade capitalista, a perda e/ou redução desses direitos, uma tendência que se agravou na fase do Pós-fordismo ou Toyotismo² acarretando mudanças nos processos de trabalho decorrentes do processo de automação, contribuindo para o crescimento do desemprego, atingindo até mesmo aqueles empregados que antes poderiam ser considerados estáveis, ocasionando o que na visão de Antunes (2015) é denominado de “desemprego estrutural.”

Neste aspecto, Mészáros (2002, p. 1005) aponta também a seguinte tendência:

[...] o novo padrão emergente de desemprego como uma tendência socioeconômica adquire o caráter de um indicador do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo atual. Como resultado dessa tendência, o problema não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não-qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados, que agora

² Segundo Antunes (2015, p.231), o Toyotismo pode ser entendido como uma forma de organização do trabalho que nasce a partir da fábrica Toyota, no Japão, e que vem se expandindo pelo Ocidente capitalista, tanto nos países avançados quanto naqueles que se encontram subordinados. Suas características básicas (em contraposição ao taylorismo/fordismo) são:

- 1) Sua produção muito vinculada à demanda.
- 2) Ela é variada e bastante heterogênea.
- 3) Fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariada de funções.
- 4) Tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção e funciona segundo o sistema de kanban, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque que, no toyotismo, devem ser mínimos.

disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos - e cada vez mais raros- empregos disponíveis.

Nessa direção é que, dentre as consequências desencadeadas no mundo do trabalho pela atual lógica de acumulação do capitalismo, Antunes (1998, p. 233) destaca como principais:

- 1) Diminuição do operariado manual, fabril, “estável”, típico do binômio taylorismo/fordismo e da fase de expansão da indústria verticalizada e concentrada;
- 2) Aumento acentuado do novo proletariado, das inúmeras formas de subproletarização ou precarização do trabalho, decorrentes da expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, que tem se intensificado em escala mundial, tanto nos países do terceiro mundo como também nos países centrais;
- 3) Aumento expressivo do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, também em escala mundial, aumento este que tem suprido principalmente (ainda que não se restrinja) o espaço de trabalho precarizado, subcontratado, terceirizado, etc...;
- 4) Enorme expansão dos assalariados médios, especialmente no “setor de serviços” que, inicialmente aumentou em ampla escala, mas que vem presenciando níveis crescentes de desemprego;

[...]

- 5) Intensificação e superexploração do trabalho, com a utilização brutalizada do trabalho dos imigrantes, dos negros, além da expansão dos níveis de trabalho infantil, sob condições criminosas, em tantas partes do mundo, como Ásia, América Latina, entre outras;
- 6) Há em níveis explosivos, um processo de desemprego estrutural que, se somado ao trabalho precarizado [...], temporário, etc..., atinge cerca de um terço da força humana mundial que trabalha.

Como bem ressalta o referido autor, essas mudanças que tem ocorrido nos processos de trabalho, tem criado instabilidade e insegurança para uma grande parcela da sociedade decorrente das novas formas de contratação, a exemplo dos trabalhadores regidos por contratos temporários, os subcontratados ou terceirizados e que se inserem no mundo do trabalho vivenciando a perda de direitos historicamente conquistados, que por sua vez tem enfraquecido os movimentos de lutas pela garantia e ampliação de direitos dos trabalhadores na medida em que a luta pela sobrevivência acaba se sobrepondo à luta por direitos. Tal tendência além de gerar um retrocesso dada a diminuição da articulação dos trabalhadores e insegurança destes no que se refere às condições mínimas de sobrevivência, aumenta ainda mais a precarização do trabalho e a exploração do Capital em

relação à força-de-trabalho humana, tanto em países de capitalismo central quanto em países de economia periférica (ANTUNES, 1998).

Trata-se, portanto, de um cenário em que o ideário neoliberal tem enfatizado cada vez mais a sobreposição do mercado em relação ao Estado e a transferência de determinadas responsabilidades deste, do âmbito social para o setor privado atingindo áreas essenciais como a saúde, a educação, a moradia, entre outras que tem sido tratadas como mercadorias. Para isso, o discurso neoliberal pauta-se na noção de um Estado ineficiente e na liberdade de mercado tendo como fundamento o indivíduo, como se o mercado promovesse a liberdade e desse condições para que todos alcancem determinados objetivos pelas suas próprias capacidades.

Neste sentido, conforme aponta Therborn (1995, p. 39), “o neoliberalismo é uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo moderno.”

Alves (2006, p. 462) aponta também que “antes de ser uma política de gestão estatal, o neoliberalismo parece ser uma cultura (e uma psicologia) do capital e de seu sociometabolismo.”

Nesta mesma linha, em relação a atual fase do capitalismo Mandel (1982, p.341) reflete que este

caracteriza-se pela combinação simultânea da função diretamente econômica do Estado burguês, do esforço para despolitizar a classe operária e do mito de uma economia onipotente, tecnologicamente determinada, que pode supostamente superar os antagonismos de classe, assegurar um crescimento ininterrupto, um aumento constante do consumo e, assim, produzir uma sociedade ‘pluralista.’

Segundo Mota (2010, p.29), mudanças com a noção de “ajustes” têm sido feitas com vistas ao crescente domínio do capital sobre o trabalho, a diminuição da atuação do Estado (no âmbito social) e o repasse de determinadas funções sociais para a própria sociedade através do voluntariado, de políticas seletivas, ONG’s, tendo como objetivo fundamental aumentar a acumulação capitalista.

Neste sentido, a Política de Assistência Social, como as demais políticas sociais, principalmente a Saúde e a Previdência Social sofrem com os rebatimentos do capital, em um contexto em que as mesmas são executadas segundo a “disponibilidade” de recursos ou sofrem um processo de mercantilização, um dos

destaques que Stosvisky (2010, p. 151) faz em sua análise sobre as transformações recentes na seguridade brasileira:

A política de corte nos gastos sociais foi acompanhada por uma significativa retratação das políticas sociais, quando não, por processo de desresponsabilização estatal. Isso se desdobrou em várias formas, dentre as quais destacamos o processo de mercantilização, o qual nos oferece elementos para analisar as novas tendências da seguridade social no Brasil, que incluem: a expansão da assistência social, a privatização da previdência social e da saúde pública. Este não é um processo essencialmente novo, pois as primeiras iniciativas datam do tempo da ditadura militar, especialmente no campo da saúde. Porém, a última reforma da previdência fez com que esta se colocasse como um excelente espaço de busca por lucros, acompanhando as tendências de mundialização financeira com a proliferação dos fundos de pensão privados.

Ao utilizar essa estratégia para manutenção das relações de poder, a esfera privada busca ocultar seus reais interesses colocando as relações contraditórias de exploração, presentes na sociedade e regidas pelo capital como algo naturalizado, que é incorporado e reproduzido socialmente através de um discurso ideológico que coloca a esfera privada numa posição de aliada das classes menos favorecidas.

Entender esta realidade é de suma importância para o Serviço Social, pois na medida em que o assistente social trabalha com as múltiplas expressões da questão social, seja na área do trabalho, da família, da saúde, na questão agrária, habitacional, etc..., as “bases de sua produção sofrem na atualidade, uma profunda transformação com as inflexões verificadas no padrão de acumulação”. Desse modo, como ressalta lamamoto (2007, p.29),

[...] Decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social, hoje, é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem na atualidade, as desigualdades sociais- sua produção e reprodução ampliada- quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida. Formas de resistência já presentes, por vezes de forma parcialmente ocultas, no cotidiano dos segmentos majoritários da população que dependem do trabalho para sua sobrevivência. Assim apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e re-invenção da vida construída no cotidiano, pois é no cotidiano que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado.

Trata-se de um cenário em que, de um lado, as políticas sociais como uma das respostas às expressões da questão social têm sofrido graves consequências em decorrência das ações de cunho neoliberal, tornando-se cada vez mais fragmentadas, focalizadas e restritas às camadas mais “miseráveis” da população. E o Serviço Social, requisitado para responder a estas inúmeras expressões da questão social por meio também das políticas públicas, sofre o impacto das transformações verificadas neste âmbito, considerando que entre os princípios ético- políticos que lhe dão sustentação, destacam-se:

Defesa dos direitos da população, da igualdade e justiça; Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Posicionamento em favor da equidade e justiça social que assegurem universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. (BRASIL, 1993a, p. 23).

Portanto, desenvolver estratégias para lidar com esta realidade é de fundamental importância na defesa e efetivação dos direitos das classes populares, uma vez que o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, tem sofrido direta e indiretamente o impacto dessas transformações ocorridas no mundo do trabalho.

Desta forma, tais mudanças atingem diretamente a classe trabalhadora que não possui os meios de produção e tem apenas a sua força de trabalho para vender e sobreviver e também reatam no Serviço Social, enquanto uma profissão que responde tanto às necessidades e demandas dessa classe, como dos segmentos mais vulneráveis da sociedade, prestando serviços para atender dentro de sua especialidade a estas necessidades e demandas que surgem e vão se alternando ao longo do tempo. Neste entendimento, o assistente social é um profissional que vende a sua força de trabalho, ao ser demandado pelas instituições para responder às múltiplas expressões da questão social em troca de um salário.

Refletindo sobre a inserção do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho coletivo da sociedade, Yamamoto (2007, p.24) afirma que:

Esse processo de compra e venda da força de trabalho especializada em troca de um salário faz com que o Serviço Social ingresse no universo da mercantilização, no universo do valor. A profissão passa a constituir-se como parte do trabalho social produzido pelo conjunto da sociedade, participando da criação e prestação de serviços que atendem às necessidades sociais. Ora o Serviço Social reproduz-se como um trabalho especializado na sociedade por ser socialmente

necessário: produz serviços que atendem às necessidades sociais, isto é, tem um valor de uso, uma utilidade social. Por outro lado, os assistentes sociais também participam, como trabalhadores assalariados no processo de produção e/ou de redistribuição do valor e da mais-valia. Assim, por exemplo, na empresa, o assistente social pode participar do processo de reprodução da força de trabalho e/ou criação da riqueza social como parte de um trabalho coletivo, produtivo de mais-valia. Já na esfera do Estado, no campo da prestação de serviços sociais, pode participar do processo de redistribuição da mais-valia, via fundo e/ou realização de direitos sociais de cidadania, na gestão da coisa pública. Pode contribuir para o partilhamento do poder e sua democratização, no processo de construção de uma contra-hegemonia no bojo das relações entre as classes. Pode, entretanto, imprimir outra direção social ao seu trabalho, voltada ao reforço das estruturas e relações de poder preexistentes, os marcos da quotidianeidade.

Com isto depreende-se que os espaços ocupacionais de atuação do Serviço Social que historicamente se constituíram como a base de institucionalização da profissão têm se mantido conforme infere Abreu (2002, p.182) quando diz:

Os espaços históricos do exercício profissional dos assistentes sociais definidos com base no pacto entre Estado/igreja Católica/empresariado, que está na base da institucionalização dessa profissão na sociedade brasileira, mantêm-se na atual correlação de forças. Todavia, ocorrem significativas transformações nos processos pelos quais, na atualidade, são estabelecidas as relações de enfrentamento da questão social por meio da ação estatal e da ação da sociedade civil- nesta esfera distinguem-se as atuações do empresariado e das organizações sem fins lucrativos.

Desta forma, para permanecerem na atualidade, esses espaços históricos de atuação do Serviço Social tiveram que adaptar-se às transformações do mundo contemporâneo. Nesse sentido é que determinadas ações tais como aquelas referentes à obtenção de consenso da classe trabalhadora se mantiveram ao lado de novas possibilidades de ação que foram surgindo frente à institucionalização dos Conselhos de Direitos e ao crescimento da participação popular como fruto das conquistas legitimadas na Constituição de 1988. Tais conquistas abriram novos caminhos para o Serviço Social que em sua atuação passou a dispor de maior autonomia, no sentido de se constituir como um instrumento de mobilização popular e de contribuição na luta pela defesa, preservação e ampliação de direitos, haja vista que este de acordo com o seu Código de Ética (BRASIL, 1993a) tem como um de seus fundamentos o vínculo com a classe trabalhadora e a busca da igualdade, da equidade e da justiça social.

Porém, neste quadro atual que se delineia em relação ao mercado de trabalho para o assistente social, não podemos perder de vista que a categoria profissional tem sofrido diretamente os impactos das mudanças anteriormente referenciadas por Antunes (1998) tanto no que diz respeito às transformações ocorridas no mundo do trabalho que se expressam nos baixos salários, nos contratos temporários, que geram a instabilidade e precarização no trabalho, como no que se refere ao próprio desemprego que tem atingido bastante a categoria, demonstrando assim que o assistente social está sujeito às mesmas condições vivenciadas por outros trabalhadores no mercado de trabalho.

São mudanças que aconteceram e continuam acontecendo dentro de um contexto em que as requisições técnicas para as profissões estão se ampliando cada vez mais, como observa Serra (2008, p.161)

As transformações societárias de toda ordem: econômica, política, social e cultural estão alterando e ou produzindo novas necessidades sociais. Essas necessidades requerem por sua vez, novas demandas às profissões; portanto estas demandas também estão sendo recicladas ou, até mesmo, surgindo novas requisições às diferentes profissões.

Portanto, neste estudo a contextualização das Políticas Sociais e particularmente da Política de Assistência Social é fundamental, principalmente no contexto neoliberal conforme conceito anteriormente descrito.

Outro aspecto importante é a análise de como a formação e a prática profissional do assistente social têm sido norteadas pelo Projeto Ético Político do Serviço Social diante das atuais mudanças conjunturais. Referimo-nos aqui ao Projeto Ético Político construído ao final da década de 1970 e início da década 1980, marco fundamental na profissão expresso em um movimento de questionamento e crítica dos profissionais aos métodos conservadores e tradicionais (importados principalmente das escolas européias e americanas), o qual também inspirado na teoria social crítica se vincula à classe trabalhadora e assim se coloca na contramão do movimento do capital. Nessa mesma direção, é importante desvelar as estratégias que estão sendo construídas no cotidiano dos assistentes sociais para que este projeto se reafirme cada vez mais na realidade e na própria categoria profissional, não apenas como um discurso retórico e sim como projeto real em

desenvolvimento capaz de nortear a ação profissional, de maneira crítica, na dinâmica das transformações contemporâneas.

Nesta linha de análise, a pretensão deste trabalho é analisar as condições de trabalho do assistente social no campo da Assistência Social, particularmente nos CRAS e CREAS de Paço do Lumiar-MA e os principais desafios para a afirmação do projeto ético político frente a atual conjuntura brasileira.

Partindo-se ainda do entendimento de que a realidade é complexa, contraditória e composta por múltiplas determinações, optamos para a análise da temática, pelo método Materialista Histórico Dialético para apreender e analisar a realidade, objeto deste estudo.

Conforme ressalta Marx (2003, p. 248): “O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade na diversidade.” Portanto, o concreto aqui neste estudo se constitui pelo trabalho e as condições em que este trabalho se realiza nos CRAS e CREAS em Paço do Lumiar, em suas determinações históricas na sociedade capitalista.

A categoria Trabalho, enquanto forma explicativa de análise, construída dentro de um contexto determinado, de condições determinadas, é fundamental para apreender a configuração das condições de trabalho em que estão inseridos os assistentes sociais. Trabalho entendido como uma atividade essencialmente humana, conforme aceção de Marx que na sociedade capitalista é expresso sob a forma de “dominação do capitalista sobre o trabalhador é, conseqüentemente a da coisa sobre o homem, do trabalho morto sobre o trabalho vivo, do produto sobre o produtor” (MARX, 1988, p. 20).

É nessa perspectiva que se situa a análise da categoria trabalho neste estudo. Portanto, as condições de trabalho dos assistentes sociais em Paço do Lumiar, o Serviço Social e as possibilidades e desafios para a afirmação do projeto ético-político profissional são apreendidos e analisados como totalidade histórica constituída por múltiplas determinações.

Nesse aspecto, é importante a apreensão de alguns elementos que configuram as Políticas Sociais no atual contexto neoliberal, as ideologias que as sustentam e, especificamente, a Política de Assistência Social, por se constituírem algumas das determinações fundamentais para compreensão das condições de trabalho do assistente social na atual fase do capitalismo. As políticas sociais

públicas constituem “uma das respostas privilegiadas à questão social.” (IAMAMOTO, 2007, p. 58). Ou seja, as políticas públicas não são as únicas respostas para o enfrentamento da questão social. Outras formas têm sido usadas através da filantropia, das ditas “políticas de responsabilidade social” presentes no empresariado, etc.

Por esse ângulo, concordamos com Behring (2011, p. 43) para a qual

O estudo das políticas sociais deve considerar sua múltipla causalidade, as conexões internas, as relações entre suas diversas manifestações e dimensões. Do ponto de vista histórico, é preciso relacionar o surgimento da política social às expressões da questão social que possuem papel determinante em sua origem (e que, dialeticamente, também sofrem efeitos da política social).

Ainda nesta lógica, partimos do entendimento da questão social como

o conjunto das expressões das desigualdades sociais da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2007, p. 27).

Em relação aos procedimentos metodológicos utilizados na operacionalização da pesquisa, para fins de elaboração desta dissertação, a entrevista semi-estruturada foi fundamental na obtenção dos dados empíricos. Foram entrevistadas 09 assistentes sociais, representando 90% das assistentes sociais inseridas nos CRAS e CREAS de Paço do Lumiar, cujos relatos expostos neste trabalho estão identificados pelas expressões “entrevistada 1”; “entrevistada 2”, etc. para que a identidade das profissionais seja preservada.

A utilização desse instrumento se justifica pelo fato de ser uma técnica que permite uma relação direta com os entrevistados, favorecendo uma maior interação entre o pesquisador e os sujeitos envolvidos no processo de pesquisa.

O objetivo da entrevista foi obter elementos constitutivos das experiências do assistente social inserido nos CRAS e CREAS de Paço do Lumiar-MA, suas compreensões a respeito de si enquanto trabalhador assalariado; o significado do seu trabalho; as diversas condições em que o mesmo se realiza, sejam elas materiais, humanas, políticas, etc...; as dificuldades para o exercício profissional levando em consideração a direção social da profissão expressa pelo projeto ético-político profissional e a dinâmica institucional, enfim, as várias nuances que dizem respeito à prática profissional do assistente social e suas condições de trabalho.

Além da utilização da entrevista semi-estruturada como instrumento metodológico básico no levantamento de dados empíricos em movimento, a busca de fontes documentais como normas, leis, orientações técnicas, resoluções, etc., referentes às principais diretrizes que delineiam a prática profissional do assistente social foi importante para o entendimento da profissão e suas particularidades na área da Assistência Social.

Definimos como recorte temporal para análise dos dados empíricos, o período de 2013 a 2018 que compreende o período da penúltima gestão municipal e da atual, espaço de tempo em que foi realizado concurso municipal inclusive para a inserção de assistentes sociais no campo da Assistência Social, bem como de ampliação de CRAS e outros serviços socioassistenciais no município.

A pesquisa bibliográfica de trabalhos científicos que tratam da temática foi também de suma importância no desenvolvimento da pesquisa tendo em vista a necessidade de uma fundamentação histórico-conceitual sobre o objeto de estudo.

Concluída a pesquisa, procedemos à sistematização e exposição dos resultados, neste trabalho, estruturados por esta introdução, mais três capítulos e a conclusão. O primeiro capítulo refere-se às principais mudanças no mundo do trabalho a partir do contexto da reestruturação produtiva e as implicações destas mudanças nas condições de trabalho do assistente social como trabalhador assalariado.

O segundo capítulo abrange as análises em torno do projeto ético-político profissional do Serviço Social, suas possibilidades e os principais desafios para sua afirmação frente a atual conjuntura.

O terceiro capítulo expõe sobre a Política de Assistência Social, com uma breve contextualização da lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e outros marcos regulatórios, e analisa neste contexto, as condições de trabalho do assistente social em Paço do Lumiar. Destacamos, ainda, os principais perfis pedagógicos da prática profissional do assistente social no processo histórico do Serviço Social, a inserção do assistente social nos CRAS e CREAS de Paço do Lumiar, as principais demandas postas a ele bem como as condições em que o seu trabalho se realiza.

Por fim, na conclusão, expusemos nossas considerações a respeito dos principais dilemas enfrentados pelas assistentes sociais no seu cotidiano como a relativa autonomia tendo em vista a condição de trabalhador assalariado, a

correlação de forças dentro do ambiente institucional e a falta de condições de trabalho. Afirmamos que ao lado dos avanços nos aspectos normativos da Política de Assistência Social, práticas tradicionais se mantêm principalmente no que diz respeito à reprodução das desigualdades além das limitações impostas pelas demandas institucionais.

Com isto, foi perceptível que práticas voltadas para fortalecimento e organização política dos usuários na perspectiva dos interesses da classe trabalhadora se constituem como uma perspectiva ainda a ser efetivamente concretizada.

Ademais, ressaltamos que este trabalho não exauriu os questionamentos que lhe deram origem e desencadearam a busca de respostas dentro de um processo de investigação e análise que tem suas limitações. Ao mesmo tempo, consideramos que o mesmo possui seus aspectos contributivos para posteriores investigações mais profundas a respeito desta temática tão importante referente à profissão de Serviço Social, o projeto ético-político profissional e condições de trabalho dos assistentes sociais na operacionalização da Política de Assistência Social.

2 O SERVIÇO SOCIAL NO MUNDO DO TRABALHO

Conceitos como empregabilidade, autonomia, trabalho em equipe, motivação, rendimento e sucesso no trabalho, capacidade de liderança, desenvolvimento pessoal e empreendedorismo são termos que têm se tornado comuns não apenas no cotidiano daqueles que ainda conseguem algum tipo de trabalho, mas também daqueles que fazem parte do exército sobrance. Exército este que passa dos 13 milhões somente no Brasil conforme dados do IBGE (2018).

Estamos, mundialmente, em uma sociedade regida pela hegemonia de um sistema desigual e excludente em relação a riqueza socialmente produzida, que cria e recria formas cada vez mais “criativas” de controle social, além da imposição de mecanismos que legitimam formas diferenciadas de extração da mais-valia (MARX, 1985) a exemplo das atuais “reformas” nas leis trabalhistas brasileiras que favorecem o empresariado em detrimento do trabalhador.

Neste capítulo, pontuamos algumas formas que têm sido criadas e por vezes reatualizadas como mecanismos estratégicos de controle sobre o trabalho e

suas implicações na condição do assistente social como trabalhador assalariado. Partimos da análise de relevantes autores clássicos e contemporâneos como Marx (1985), Gramsci (2001), Harvey (1982), Dal Rosso (2008), Antunes (2015) e Dejours (2015) que abordam a temática.

2.1 Trabalho e estratégias de controle do capital sobre o trabalhador

Inicialmente, podemos colocar que se antes, na época do Fordismo, havia a figura clara do chefe, supervisor, enfim, daqueles que eram responsáveis por observar, supervisionar, vigiar os trabalhadores e suas atividades na fábrica, hoje, época de expansão do toyotismo, em um contexto de retrocesso de direitos fundamentais e de erosão das formas de suprimento das necessidades básicas do ser humano, o autocontrole tem se tornado uma ferramenta chave no processo de exploração do trabalhador ou da classe que vive do trabalho nos termos de Antunes (2015).

Podemos ainda inferir que esse processo de “autogestão”, fortalecido ainda pelo enorme contingente de trabalhadores desempregados, acarreta um enfraquecimento da solidariedade intra-classe entre os trabalhadores, em que a relação de união e cooperação torna-se mais frágil. Se antes, na época do fordismo os trabalhadores estavam reunidos no chão da fábrica, organizando-se coletivamente em uma luta por direitos; hoje, a própria reunião dos trabalhadores e consciência de pertencimento de classe torna-se um desafio.

A classe trabalhadora não é mais a mesma da época do fordismo. Ela metamorfoseou-se conforme aponta Antunes (2015, p. 61):

De um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do terceiro mundo. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços [...]

Vivemos assim na época em que grande parte das funções estão relacionadas ao “setor de serviços”, produzindo principalmente bens imateriais. Além disso, as “novas” formas de exploração do trabalho a exemplo dos trabalhos temporários, sem contrato, sem vínculo empregatício, da remuneração por produção ou bem produzido são exemplos concretos de uma tendência em curso que afeta diretamente a classe que vive do trabalho.

Estamos falando, portanto, de um processo de envolvimento do trabalhador que muitas vezes não tem consciência dos mecanismos a ele impostos como estratégia para extrair não apenas as suas energias físicas, mas também mentais, intelectuais e subjetivas.

O trabalho, conforme Marx (1983, p. 37) é “condição natural da existência humana, uma condição do metabolismo entre homem e natureza independentemente de qualquer forma social” e que o homem ao planejar em seu cérebro aquilo que irá produzir, “põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana.” (MARX, 1985, p. 202). Portanto, trabalho é dispêndio de energia.

O argumento de Taylor, na época do taylorismo, era que toda essa energia do homem deveria ser canalizada para o trabalho e que, portanto, tudo aquilo que de alguma forma direcionasse esta energia que não fosse para a reprodução do trabalhador deveria ser abolida ou controlada por algum meio. Daí é que surgem diferentes modos de controle sobre o trabalhador na época que vão desde a utilização de um supervisor para controlar os ritmos de trabalho, até as estratégias de controle da vida fora do trabalho.

Seu objetivo último era assim a produtividade deste trabalhador. Este deveria produzir ao máximo as mercadorias em um menor tempo possível. Racionalização da produção; aumento da produtividade do trabalho; corte de “gastos desnecessários de energia” e de “comportamentos supérfluos” por parte do trabalhador eram as palavras de ordem do novo sistema que deveria acabar com qualquer “desperdício” de tempo. Como ressalta Gramsci, era necessário “um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo.” (GRAMSCI, 2001, p. 248).

No trabalho taylorizado, a divisão de tarefas é crucial. E muito embora eles convivam no mesmo ambiente de trabalho sob a disciplina da estrutura organizacional da fábrica, a individualidade do trabalhador é reforçada já que o novo método organizacional é executado de uma forma que os intervalos entre uma tarefa e outra sejam os mínimos possíveis.

Taylor, neste sentido, cria uma forma de vigiar este operário e assim de controlar cada gesto. É aí que entra a figura do supervisor:

Taylor imaginou então um meio de vigiar cada gesto, cada sequência, cada movimento na sua forma e no seu ritmo, dividindo o modo operatório complexo em gestos elementares mais fáceis de controlar por unidades, do que o processo no seu conjunto. Ele sistematizou este método e o instituiu em princípio: vários gestos não deviam mais ser executados por um só operário, sem que entre cada um deles se interpusesse uma intervenção de direção. Encontra lugar aqui o pessoal da vigilância. Fracionamento máximo e rigidez intangível da organização do trabalho aparecem, então, como as características fundamentais do novo sistema. (DEJOURS, 2015, p.48).

Além desse controle no local do trabalho, reforçado ainda pelos processos de treinamento e adestramento para conceber este novo operário-padrão, adequado ao novo modo de produção e organização do trabalho, era necessário um controle no local fora do trabalho; condição fundamental para a reprodução deste trabalhador e sua produtividade no local de trabalho.

É interessante apontar, neste sentido, que a necessidade de estabelecer práticas voltadas para inculcar nos trabalhadores um modo de vida nos locais fora do trabalho foi muito importante. O padrão de acumulação e superexploração que se estabelecia naquele momento, especialmente antes da primeira Guerra Mundial e imediatamente ao pós-guerra, trouxe a necessidade de se estabelecer mecanismos de consentimento da classe trabalhadora principalmente com o agravamento da questão social. Era, portanto, necessário um controle da grande massa de trabalhadores que agora também representavam uma ameaça, pois diante do profundo quadro de pauperização, estavam se organizando politicamente.

É neste momento que surgem algumas profissões como é o caso do Serviço Social, demandado à época como uma profissão que mediará a relação entre algumas necessidades da classe trabalhadora e o controle por parte do capital com o intuito de se obter o consentimento dos trabalhadores ao novo sistema de trabalho fordista/taylorista³.

³Segundo Antunes (2015, p.224), o Fordismo foi fundamentalmente a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos, pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões.

Sobre o assunto, Harvey (1982, p. 22) ao analisar sobre a necessidade de adequação dos trabalhadores ao novo padrão de produção nos países de capitalismo avançado ressalta que

Essa necessidade de socializar a força de trabalho a um processo de trabalho, através de um controle exercido no local onde ela vive, é endêmica no capitalismo, mas é particularmente notável quando são introduzidos novos tipos de processo de trabalho. O dia de cinco dólares e oito horas na linha de montagem, introduzido por Henry Ford em 1914, foi acompanhado de muita retórica puritana e de um “filantrópico” sistema de controle que afetava praticamente todas as facetas da vida do trabalhador. Uma equipe de mais de trinta pesquisadores... visitava a casa dos trabalhadores, recolhendo informações e dando conselhos sobre detalhes íntimos do orçamento familiar, dieta, arranjos de vida, recreação, vida social e moral... o operário que se recusasse a aprender inglês, rejeitasse os conselhos do funcionário, jogasse ou bebesse em excesso, ou fosse considerado culpado de qualquer prática maliciosa, prejudicial à virilidade física ou caráter moral... estava desqualificado para o salário de cinco dólares.

Portanto, na época do Fordismo/taylorismo as formas de controle tanto nos locais de trabalho como nos espaços de reprodução da vida eram vitais ao novo modo de organização do trabalho.

Nos dias atuais, essas inúmeras formas de controle do trabalhador continuam, não significando assim que o padrão fordista/taylorista tenha sido extinto. Ao contrário, novos elementos surgem com o toyotismo e ao mesmo tempo são reatualizados mecanismos anteriormente impostos.

Nesta continuidade, Harvey (1992) fala da acumulação flexível, mecanismo fundamental para exploração do trabalhador e acumulação capitalista tendo em vista as constantes crises do capital relacionadas a queda da taxa média de lucro. Destaca-se neste sentido, que a acumulação flexível para além de buscar novos métodos organizacionais no processo produtivo principalmente com a adoção das novas tecnologias, ela faz com que de fato o emprego seja cada vez mais flexível, isto é, que os empregos estáveis sejam cada vez menos e a legislação social seja cada vez mais “aberta” para mudanças de exploração do trabalhador, conforme afirma Vasapollo (2006, p. 45):

Flexibilização pode ser entendida, por exemplo, como: Liberdade da empresa para despedir parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; Liberdade da empresa para reduzir ou aumentar o horário de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio, quando a produção necessite; Faculdade da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho,

seja para solucionar negociações salariais, seja para poder participar de uma concorrência internacional; Possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível, etc...) [...]

O Estado entra como uma espécie de “suporte” para que todos os processos de exploração do trabalhador pelo capital sejam considerados “legais”. O Estado se coloca, assim como uma peça-chave para dar força e encaminhar os objetivos do empresariado. Ele cria as condições jurídicas para tal exploração. Como observa Gramsci (2000, p. 240), “[...] através do ‘direito’, o Estado torna ‘homogêneo’ o grupo dominante e tende a criar um conformismo social que seja útil à linha de desenvolvimento do grupo dirigente.”

Para Meszáros (2006, p.38), devido a essa necessidade de acumulação do capital às custas do trabalho, o papel intervencionista do Estado nunca foi tão grande como pode ser visto nos dias atuais, mesmo que o discurso neoliberal afirme a diminuição do papel do Estado. Exemplo disto pode ser observado nas mudanças recentes nas Leis trabalhistas brasileiras que afetam consideravelmente a possibilidade de segurança em um emprego e, portanto, de reprodução da vida já que trabalho é fundamental para a manutenção e reprodução dos indivíduos.

Sob a retórica de “modernização” da CLT é que a dita “reforma” trabalhista ocorreu da mesma forma que as mudanças na organização do trabalho na época do fordismo/taylorismo e hoje no toyotismo. Tais “reformas” são colocadas assim com um tom messiânico de avanço e melhoria para todos.

Além disso, importa destacar que a referida reforma trouxe como uma das estratégias mais perversas para a classe trabalhadora e fundamental para o capitalismo a intimidação do trabalhador em relação à luta por seus direitos. Exemplo disto é a queda considerável do número de processos ajuizados em varas trabalhistas com as novas alterações na CLT. Mensalmente antes da reforma, as ações recebidas em primeira instância por tribunais trabalhistas eram cerca de 200 mil, caindo para 82, 2 mil em dezembro de 2017 (LAGUNA; RINALDI, 2018).

Tal fator se deve, dentre outras coisas, às chamadas despesas de sucumbência, ou seja, o trabalhador que perde no julgamento uma ação trabalhista por ele demandada tem a obrigação de pagar honorários periciais e advocatícios da parte vencedora. Ora, tal mudança não é sem motivos: ela fragiliza o trabalhador

que já vive em um contexto de insegurança e instabilidade e o inibe de lutar por seus direitos.

Em relação a estas reformas, Mandel (1982, p. 341) ressalta que

O Estado procura constantemente transformar qualquer rebelião em reformas que o sistema possa absorver, e procura solapar a solidariedade na fábrica e na economia (por exemplo: pela introdução de novos métodos para calcular e pagar os salários, pela promoção de rivalidade entre trabalhadores nacionais e imigrantes, pela invenção de grande número de organismos de participação e deliberação, pela promulgação de políticas salariais ou “contratos sociais” etc.).

É nesta direção que também surgem estratégias para naturalização das relações contraditórias da sociedade capitalista e discursos que enfatizam a ideia de que o indivíduo por suas próprias habilidades pode criar formas de enriquecer e superar os entraves sociais. É nesta linha que surge, por exemplo, a retórica do empreendedorismo e da responsabilidade social. Estratégias funcionais ao capital que mistificam a relação contraditória capital/trabalho.

O primeiro parte de uma noção de que todos são iguais em condições de viver e de se desenvolver por suas próprias capacidades, que basta apenas o indivíduo ter “visão de conquista, de avanço” que ele irá conseguir se estruturar em uma sociedade onde todos têm oportunidades sendo suficiente usar a sua criatividade:

Empreendedorismo é a habilidade de criar e constituir algo a partir de muito ou pouco ou do quase nada. Fundamentalmente, o empreendedor é um ato criativo. É a concentração de energia no iniciar e continuar um empreendimento. É o desenvolver de uma organização em oposição a observá-la, analisa-la ou descrevê-la. Mas é também a sensibilidade individual para perceber uma oportunidade quando outros enxergam caos, contradição e confusão. É o possuir de competências para descobrir e controlar recursos aplicando-os de forma produtiva. (SCHLINDWEIN, 2004, p.75).

Tal estratégia ganhou mais força no Brasil a partir da década de 1990, momento de profunda reestruturação produtiva e de total abertura brasileira aos ditames internacionais, dos quais a ideologia neoliberal foi uma delas.

Foi neste momento que estratégias de “gestão” da força de trabalho também ganharam mais força como os programas de qualidade total, os sistemas *just-in-time* e outras formas de estímulo do trabalhador à produtividade a exemplo dos ganhos salariais em torno do cumprimento de metas.

Devido aos altos índices de desemprego como no Brasil, o empreendedorismo aparece como uma alternativa a esta dura realidade que na verdade representa muito mais uma forma de sobrevivência.

Aliada a essa ideia de empreendedorismo encontramos disseminado também o discurso da “autonomia” significando na perspectiva dominante que as pessoas podem ser capitalistas, podem enriquecer montando seu “próprio negócio”.

Nesses termos, os indivíduos considerados autônomos são na verdade os trabalhadores que se inserem numa relação de compra e venda da sua força de trabalho, mas sem um mínimo de regulação contratual ou proteção trabalhista.

Sob essa ótica, Alves (2006, p.41) aponta que

O indivíduo que se autoemprega, mesmo que sua atividade não seja interior à produção capitalista, não é nem autônomo nem capitalista. Tal qual um assalariado, o produto de seu trabalho será enlaçado pela lógica do capital. O mercado é o ponto para o qual todos convergem e no qual todas as pseudoautonomias se dissolvem. Por mais independente que o indivíduo imagine ser, o produto do seu trabalho terá, em algum momento, de se confrontar com outros, no mercado, onde cada troca imprime a presença da mais-valia, expressando, portanto, a oposição do capital à capacidade viva de trabalho.

Ainda sob essa orientação é que o capital promove o que hoje é denominado de terceirização, uma forma legalizada de o capital explorar a força de trabalho com custos significativamente reduzidos. Para a empresa, um ótimo negócio na medida em que não se responsabiliza pelas condições de trabalho em que as atividades são realizadas; para o trabalhador, o lado mais fraco, uma insegurança total (renda, vínculos empregatícios, etc...) na medida em que o mesmo é pago por “serviço prestado” ou recebe seu salário por tempo, “forma metamorfoseada do valor ou preço da força de trabalho.” (MARX, 2002, p. 139).

Neste aspecto, a lógica empresarial evoca a terceirização como parte das modernas técnicas e métodos de gestão empresarial para a superação de defasagens no ramo empresarial e também no serviço público:

rechaçar a terceirização nas empresas e serviço público, é antes de tudo fechar a porta para o futuro. É condenar a economia empresarial e pública à insolvência, proveniente de custos decorrentes de estruturas ultrapassadas e de sistemas que atendem a grupos internos, que se sentem ameaçados de perder o poder. (KOCHENBORGER, 2018).

No entanto, como afirma Franco (2010, p. 233),

A terceirização é uma das principais formas da flexibilização do trabalho mediante a transferência da atividade de um “primeiro” – que deveria se responsabilizar pela relação empregatícia – para um “terceiro”, liberando, assim, o grande capital dos encargos e direitos trabalhistas. Na perspectiva da sociologia do trabalho, trata-se de uma forma iniludível de dominação e uma prática de gestão que anula a regulação do mercado de trabalho. A terceirização lança um manto de invisibilidade sobre o trabalho real – ocultando a relação capital/trabalho e descaracterizando o vínculo empregado/empregador que pauta o direito trabalhista – mediante a transferência de responsabilidades de gestão e de custos para um “terceiro”.

Neste sentido, estudos recentes feitos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) apontam os impactos da terceirização para a classe trabalhadora principalmente no que diz respeito à precariedade das condições de trabalho dos terceirizados (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2014). No referido documento é apontado, por exemplo, que a maior motivação das empresas para terceirizarem parte de seus processos é a redução dos custos que advém da terceirização relacionados principalmente (é claro) às custas dos direitos dos trabalhadores.

A Tabela 1 mostra as condições de trabalho e terceirização no ano de 2013:

Tabela 1 - Condições de trabalho e terceirização, 2013

Condições de trabalho	Setores tipicamente contratantes	Setores tipicamente terceirizados	Diferença Terceirizados/Contratante
Remuneração média (R\$)	2361,15	1776,78	-24,7
Jornada semanal contratada (horas)	40	43	7,5
Tempo de emprego (anos)	5,8	2,7	-53,5

Fonte: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (2014)

Podemos observar assim que há uma diferenciação em relação às condições de trabalho entre contratados e terceirizados. Primeiro em relação à jornada de trabalho: os terceirizados realizam uma jornada de 3 horas a mais semanalmente, sem considerar as horas extras. Neste sentido, como apontado no documento, se a jornada dos trabalhadores em setores terceirizados fosse igual à

jornada de trabalho daqueles contratados diretamente, seriam criadas 882.959 vagas de trabalho a mais, número considerável diante de uma realidade de desemprego estrutural.

O tempo de emprego é ainda outra variável que demonstra uma diferença ainda maior entre trabalhadores diretos e terceirizados: enquanto a permanência no trabalho é de 5,8 anos para os trabalhadores diretos, em média, para os terceirizados é de 2,7 anos. O retrato disto tem como causa principal a alta rotatividade dos terceirizados - 64,4% contra 33% dos diretamente contratados.

Esta situação traz consequências nefastas para os trabalhadores que se inserem nesta relação de terceirização, pois os mesmos vivem na insegurança de serem chamados para “prestar um serviço” ou não. E como ficam à mercê das necessidades da empresa, a renda acaba sendo também outro fator instável, com isto dificilmente um trabalhador nesta condição poderá planejar projetos pessoais a longo prazo vivendo assim na insegurança da vida já que seus rendimentos acabam sendo usados apenas para sua sobrevivência.

Outra situação também que demonstra a precarização das relações de trabalho sob a égide da terceirização é o tempo médio de duração dos vínculos formais de emprego nas atividades terceirizadas e nas contratadas em que nas terceirizadas o tempo é bem menor.

Nestes aspectos é que os impactos da terceirização podem ser observados na vida dos trabalhadores que ficam por bastantes tempos desprotegidos das regulações trabalhistas o que afeta ainda a perspectiva de uma aposentadoria futura. Aliada a toda essa relação de desproteção tem-se ainda as condições de saúde dos trabalhadores que acabam exercendo atividades em situações degradantes e a ritmos cada vez intensos sob a pressão da produtividade conforme relatos de trabalhadores terceirizados em ramos da metalurgia, da construção civil e outros.

São condições que levam ainda a doenças ocupacionais, a acidentes e até morte dos trabalhadores gerando assim um clima de medo diante da temporalidade da atividade prestada e tensão diante da pressão da entrega do produto final do serviço prestado para recebimento do pagamento de valores.

São assim as “novas” formas de “gestão” da força de trabalho que sob o a aparência da modernização escondem a essência fenomênica da superexploração do trabalho pelo capital e desproteção ante a negação de direitos trabalhistas.

Podemos citar ainda como uma forma de “gestão” dos trabalhadores também a chamada “responsabilidade social”, outra estratégia funcional ao capital que enfatiza a ideia de que a pobreza e todas as mazelas sociais podem ser superadas a partir da ajuda mútua entre os indivíduos.

Neste âmbito é que entra a filantropia empresarial que estimula principalmente os funcionários a usar o seu “tempo livre” para concretização de “mudanças sociais”. Tal estratégia é assim um mecanismo de captura da subjetividade do trabalhador que ilusoriamente se sente como alguém que está colaborando para o bem da sociedade produzindo assim um consentimento do trabalhador aos objetivos empresariais. Como observa Mota (1996, p.10),

As estratégias utilizadas pelo grande capital para redefinir socialmente o processo de produção de mercadorias, a rigor, evidenciam as reais necessidades do processo de reestruturação produtiva, a integração passiva dos trabalhadores à nova ordem do capital, isto é, a adesão e o consentimento do trabalhador às exigências da produção capitalista.

Atrelada a essas estratégias, citamos também a noção de *empowerment* ou empoderamento. Uma ideia difundida principalmente no âmbito empresarial numa aparente lógica de autonomia, poder e participação dos funcionários na administração das empresas. Tem como pilares alguns conceitos como autonomia, desenvolvimento profissional, autoconfiança, proatividade e clima organizacional.

Na verdade, a noção de *empowerment* cria um sentimento de que o funcionário (chamado de colaborador) é dono também da empresa e participa de todas as decisões e dos lucros, o que é benéfico para o empresário que se sinta dessa forma. Primeiro por que dentro desta concepção não é necessária a presença ou interferência constante do gestor ou supervisor como na época do fordismo em que era crucial a presença de alguém supervisionando ritmos e tarefas. Segundo por que acreditando este trabalhador que é autônomo e que tem poder de decisão em torno dos objetivos empresariais, este realiza suas tarefas de uma maneira totalmente comprometida não apenas no aspecto físico, mas também subjetivo.

É assim a constituição de um perfil de trabalhador ideal para o capital. Um trabalhador que se autodisciplina para a realização das tarefas, que toma decisões

em favor da empresa, que se adapte aos processos de organização do trabalho e que tenha iniciativa para resolver problemas que dele surgem.

Portanto, todos esses processos em relação ao trabalho que vão desde a terceirização até as formas de controle sobre a subjetividade do trabalhador representam estratégias do capital para que este continue se expandindo e dominando ao mesmo tempo em que busca enfraquecer a consciência dos trabalhadores sobre o controle que exerce sobre os mesmos.

Desse modo, temos que inicialmente um processo de tomada de consciência da classe trabalhadora sobre o controle do capital seria fundamental além de uma organização política da mesma como forma de resistência a este sistema que tem avançado de tal forma que vem assumindo controle em todas as esferas da vida.

A partir dessas reflexões anteriores, expomos, a seguir, algumas das principais mudanças em relação ao trabalho, além das já citadas, e as incidências no Serviço Social.

2.2 Mudanças no mundo do trabalho e a condição do assistente social como trabalhador assalariado

Para uma reflexão sobre as mudanças no mundo do trabalho e suas implicações para o assistente social na atualidade, é necessário entender que o assistente social em sua trajetória histórica é demandado como um profissional para dar respostas junto à classe trabalhadora, atuando assim no processo de reprodução da força de trabalho. Ao mesmo tempo por ser um profissional que tem apenas a sua força de trabalho, necessita ser demandado por instituições para que seus serviços sejam de fato efetivados. Portanto, sendo um profissional que faz parte da classe que vive do trabalho, sofre também todos os efeitos decorrentes do atual contexto de intensificação do ideário neoliberal em todas as esferas da vida, e principalmente na esfera do trabalho.

Falar também sobre as mudanças que tem ocorrido no mundo dito “globalizado”, de avanços consideráveis da robótica, informática, da tecnologia em geral, é contraditoriamente falar sobre o momento em que as desigualdades sociais tem também se intensificado de tal forma que a satisfação das necessidades humanas mais básicas tem sido relegadas talvez nem a segundo plano.

Nesta linha, é importante considerarmos que para a consolidação da sociedade capitalista, a necessidade de estabelecimento de várias profissões foi fundamental para que houvesse um maior controle do capital em relação ao trabalho. Neste aspecto, uma das primeiras condições impostas para consolidação do sistema capitalista foi a afirmação do “trabalhador livre”, livre na verdade para vender a sua força de trabalho a um patrão, como ressalta Marx (1996, p. 285):

Para que, no entanto, o possuidor de dinheiro encontre à disposição no mercado a força de trabalho como mercadoria, diversas condições precisam ser preenchidas. O intercâmbio de mercadorias não inclui em si e para si outras relações de dependência que não as originadas de sua própria natureza. Sob esse pressuposto, a força de trabalho como mercadoria só pode aparecer no mercado à medida que e porque ela é oferecida à venda ou é vendida como mercadoria por seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para que seu possuidor venda-a como mercadoria, ele deve poder dispor dela, ser, portanto, livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e entram em relação um com o outro como possuidores de mercadorias iguais por origem, só se diferenciando por um ser comprador e o outro, vendedor, sendo, portanto ambos pessoas juridicamente iguais. [...] A segunda condição essencial para que o possuidor de dinheiro encontre no mercado a força de trabalho como mercadoria é que seu possuidor, em lugar de poder vender mercadorias em que seu trabalho se tenha objetivado, precisa, muito mais, oferecer à venda como mercadoria sua própria força de trabalho, que só existe em sua corporalidade viva.

Assim, compreender também a demanda pelo Serviço Social passa necessariamente pelo entendimento de que a profissão está diretamente ligada ao processo de reprodução das relações sociais na fase do capitalismo monopolista como afirmam Iamamoto e Carvalho (1991, p.94):

[...] o Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo de reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora. [...] Intervém ainda na criação de condições favorecedoras de reprodução da força de trabalho através da mediação dos serviços sociais, previstos e regulados pela política social do Estado. [...] participa também do processo social, reproduzindo e reforçando as contradições básicas que conformam a sociedade do capital, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades em que é mobilizada para reforçar as condições de dominação, como dois polos inseparáveis de uma mesma unidade.

Desta forma, a demanda pelo profissional de Serviço Social é o momento também em que a questão social como expressão das desigualdades sociais da

sociedade capitalista estavam evidentes, expressão assim da contradição capital/trabalho. Questão social definida como

[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1991, p. 77).

Portanto, quando se pensa sobre o Serviço Social enquanto profissão, não podemos desvinculá-lo de processos que foram determinantes para a sua construção. Em outras palavras, o Serviço Social como as demais profissões nascem a partir de um processo histórico-conjuntural, que determina tanto as particularidades como o movimento destas profissões dentro da sociedade na qual estão inseridas.

No caso do Serviço Social brasileiro, este

Se institucionaliza e legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva de enfrentamento e regulação da questão social, a partir dos anos 30, quando a intensidade e extensão das suas manifestações no cotidiano da vida social adquirem expressão política. (YAZBEK, 2009, p. 6).

Neste contexto, a questão social é vista não por uma perspectiva crítica, no sentido de expressão das desigualdades inerentes ao modo de produção capitalista, mas como uma questão moral, um problema individual.

Portanto, os anos iniciais do Serviço Social brasileiro são marcados por um caráter conservador com práticas focadas no indivíduo e uma visão psicologizante e moral da questão social.

Aos poucos, com a necessidade de criação de mecanismos cada vez mais estratégicos de reprodução da classe trabalhadora e ainda de possibilitar de maneira eficaz o desenvolvimento do processo de industrialização no Brasil, o Estado passa a intervir no processo de reprodução das relações sociais, ora atendendo às necessidades do capital industrial, ora atendendo às necessidades da classe trabalhadora.

Sobre isto, Yazbek (2009, p.9) afirma que

É dessa forma e objetivando sua própria legitimação que o Estado brasileiro incorpora parte das reivindicações dos trabalhadores, pelo reconhecimento legal de sua cidadania através de leis sindicais,

sociais e trabalhistas, o que, ao lado das grandes instituições sociais, abre pra o emergente Serviço Social brasileiro um mercado de trabalho, que amplia suas possibilidades de intervenção mais além dos trabalhos de ação social até então implementados no âmbito privado, sob o patrocínio do bloco católico. A profissão amplia sua área de ação, alarga as bases sociais de seu processo de formação, assume um lugar na execução das políticas sociais emanadas do Estado e, a partir desse momento, tem seu desenvolvimento relacionado com a complexidade dos aparelhos estatais na operacionalização de políticas sociais.

O Estado neste sentido vai aos poucos impulsionando a profissionalização do assistente social trazendo assim uma ampliação da vinculação entre Políticas Sociais e Serviço Social. Portanto, na medida em que o Estado passa a regular a vida social através de mecanismos de administração do conflito entre capital e trabalho, o Serviço Social vai se institucionalizando, se inserindo na divisão social e técnica do trabalho, se reafirmando enquanto profissão que responde a demandas sociais.

Destarte, tendo em vista as primeiras práticas do Serviço Social focadas no indivíduo, com caráter assistencialista que por muito tempo perduraram e ainda hoje são reproduzidas em algumas práticas, principalmente com a transferência de responsabilidades do Estado para o chamado “terceiro setor”, foi entre os anos 1970 e 1980 que a profissão passou a questionar essas práticas assistencialistas bem como os fundamentos da profissão.

As décadas de 1970 e 1980 se constituíram um marco fundamental para a profissão com mudanças ligadas ao próprio direcionamento teórico-metodológico e político da profissão que passa a se vincular às classes subalternas e constrói um projeto ético político profissional de compromisso com essas classes. É neste contexto conforme ressalta Cardoso (2016, p. 155) que “o Serviço Social efetiva uma significativa inflexão tanto em termos teórico-ideológicos quanto políticos-profissionais”, que se expressam no Movimento de Reconceituação como amplo questionamento da profissão com o propósito de atribuir caráter crítico às atividades profissionais (IAMAMOTO, 2007). Tal movimento contribuiu de maneira significativa para a formação de um profissional mais crítico em face das realidades, objetos de sua intervenção.

O Movimento de Reconceituação segundo Iamamoto (2007, p. 205), foi

dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-

teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*.

Assim, o Serviço Social em cada momento histórico brasileiro assume no processo de reprodução da vida social a sua função social, se legitimando no âmbito das relações sociais e se redefinindo. Em outras palavras, cada mudança na profissão, seja nos aspectos teórico-metodológicos, práticos ou políticos, não pode ser vista de uma maneira descontextualizada como bem ressalta Cardoso (2016, 2016, p. 154) ao se referir às mudanças qualitativas na profissão:

Elas se relacionam organicamente com o movimento concreto da totalidade a que pertencem, seja na mesma direção da ordem vigente, seja na contramão da direção hegemônica. Essa relação orgânica da profissão com o contexto histórico, em qualquer das direções, efetiva-se via movimentos organizativos da categoria profissional, via formação profissional, pela produção acadêmica e pelas práticas interventivas de ruptura com a ordem, ou de manutenção desta. Ou seja, essa relação concreta com o movimento concreto da totalidade a que pertence envolve as diferentes dimensões que configuram a profissão, como totalidade histórica: a dimensão interventiva, em que se insere o trabalho profissional; a formação, a produção do conhecimento; e a organização política dos assistentes sociais.

Ressaltamos ainda que muito embora todos os processos de construção, legitimação e redefinição da profissão tenham sido fundamentais para sua constituição, a inserção do assistente social como trabalhador assalariado é fundamentalmente uma condição que perpassa todos os momentos históricos da profissão e que, portanto, traz implicações cruciais para o profissional, principalmente no contexto atual de exploração do trabalho em suas diferentes formas.

A partir desse entendimento, fazemos uma reflexão sobre as mudanças no mundo do trabalho e as consequências para o assistente social enquanto trabalhador assalariado, questões presentes no cenário mundial, no contexto de reestruturação produtiva que tem atingindo a classe trabalhadora. Este tema se torna assim relevante por se tratar de um processo que foi implementado no Brasil a partir da década de 1990 com as medidas propostas pelo ajuste neoliberal e tem se intensificado nos últimos anos trazendo assim um contexto de ampla precarização das condições de trabalho, não somente para o assistente social, mas para o conjunto dos demais trabalhadores.

Por que a escolha da categoria trabalho? Essa escolha não é sem razão. Muito embora muitos autores advoguem a perda da centralidade desta categoria ou do fim do proletariado a exemplo de Offe (1989) e Gorz (1982), considero que trabalho continua sendo categoria chave para se pensar o mundo contemporâneo.

É fato que a classe dos trabalhadores não é mais a mesma como na época da Revolução Industrial, onde havia uma grande concentração dos trabalhadores ligados à indústria, mas isto não traz a perda do trabalho como forma de sobrevivência principalmente na sociedade capitalista onde a força de trabalho é mera mercadoria.

Nesta linha de entendimento, para o capitalismo, não são apenas necessários aqueles que tem apenas a sua força de trabalho e são absorvidos pelo mercado de trabalho, mas também os que fazem parte do exército sobranete. Em outras palavras, a superpopulação relativa (MARX, 1980) que hoje alcança milhões englobando tanto os países de economia periférica quanto os de capitalismo central é fundamental para a reprodução do sistema ou como afirma Marx (1980, p. 733), são a “alavanca da acumulação capitalista e, mesmo, condição de existência do modo de produção capitalista.”

Isto esclarece que o número crescente de trabalhadores desempregados não decorre da “falta de qualificação” dos trabalhadores como é apregoado pela classe burguesa, mas como uma condição intrínseca para o avanço do sistema capitalista.

Cabe destacar neste aspecto, que os avanços tecnológicos relacionados ao processo de reestruturação produtiva em que aumenta o capital constante e diminui o capital variável não são a causa da condição de miséria da população desempregada, mas sim as relações sociais deste sistema de produção concentrador de riquezas socialmente produzidas. Desta forma “o *desemprego* [...] *não resulta do desenvolvimento das forças produtivas*, mas sim do desenvolvimento das forças produtivas *sob as relações sociais de produção capitalistas*”. (NETTO; BRAZ, 2006, p.134, grifo do autor).

Portanto, como pode ser observada, a reprodução do sistema capitalista condicionada pela acumulação de capital (MARX, 1984) é decorrente de fatores não apenas referentes ao aumento de produtividade através, por exemplo, da aplicação de maquinários no processo produtivo e aperfeiçoamento de técnicas, mas

fundamentalmente pela exploração da força de trabalho. E neste caso, considerando que o avanço da tecnologia, informática e maquinários nos processos produtivos vem se ampliando consideravelmente, muito mais do que a demanda pela força de trabalho, a população excedente tende a crescer ainda mais como refere Marx (1984, p. 1999):

A acumulação capitalista produz constantemente- e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões- uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital.

Neste aspecto é que Marx (1984, p. 263) ressalta também que essa população trabalhadora excedente constitui assim um exército totalmente disponível para a exploração do capital:

Um exército industrial de reserva disponível que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional.

Tal relação neste sentido não é algo natural, ou seja, na sociedade não surge de maneira natural aqueles que têm apenas sua força de trabalho para vender e aqueles que têm os meios de produção. A sociedade de classes é na verdade fruto de um desenvolvimento histórico, como bem ressalta Marx (1996, p. 287):

Por que esse trabalhador livre se defronta com ele na esfera da circulação é questão que não interessa ao possuidor de dinheiro, que encontra o mercado de trabalho como uma divisão específica do mercado de mercadorias. E tampouco ela nos interessa por enquanto. Nós nos ateremos ao fato na teoria assim como o possuidor de dinheiro na prática. Uma coisa, no entanto, é clara. A Natureza não produz de um lado possuidor de dinheiro e de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não faz parte da história natural nem tampouco é social, comum a todos os períodos históricos. Ela mesma é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da decadência de toda uma série de formações mais antigas da produção social.

E o valor da força de trabalho? Como esta relação é determinada? Como explicar hoje um decréscimo tão acentuado nos valores pagos aos trabalhadores, inclusive para o assistente social?

Primeiro importa esclarecer que o valor da força de trabalho é determinado pelo somatório dos valores necessários à reprodução desta mesma

força de trabalho; o que envolve, por exemplo, alimentação, vestuário, moradia, etc... No caso do sistema capitalista, valores mínimos e necessários para consumo do proprietário da força de trabalho para que cada dia ele se reproduza e possa estar disponível para venda da sua única propriedade.

Marx (1996, p. 288) explica assim que:

O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor. A força de trabalho só se realiza, no entanto, mediante sua exteriorização, ela só se aciona no trabalho. Por meio de sua ativação, o trabalho, é gasto, porém, determinado quantum de músculo, nervo, cérebro etc. humanos que precisa ser repostos. Esse gasto acrescido condiciona uma receita acrescida. Se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele deve poder repetir o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições de força e saúde. A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal.

Neste aspecto, existe uma relação direta entre a quantidade de trabalhadores “disponíveis”, ou seja, entre aqueles que fazem parte do exército de reserva e decréscimo do valor do salário. Isto por que claramente a procura dos trabalhadores por algum tipo de trabalho tende a se ampliar já que os mesmos não possuem os meios de produção e precisam sobreviver de alguma forma. Desta forma, esta situação acaba também gerando uma superexploração da força de trabalho na medida em que o patrão acaba impondo uma quantidade maior de trabalho, ou seja, de maior gasto de energia física, mental, etc., para um menor número de trabalhadores:

Todo capitalista tem interesse absoluto em extrair determinado quantum de trabalho de um número menor de trabalhadores, ao invés de extraí-lo de modo tão barato ou até mesmo mais barato de um número maior de trabalhadores. (MARX, 1996, p. 266).

É notório ainda o fato de que esse aumento do exército de reserva traz uma triste realidade de precarização das relações trabalhistas já que por conta da necessidade de se reproduzir os trabalhadores acabam se submetendo a qualquer relação de trabalho fortalecendo assim a submissão do trabalhador às imposições do capital:

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial. (MARX, 1996, p. 266).

Portanto, conclui Marx (1996, p. 267):

Grosso modo, os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que correspondem à mudança periódica do ciclo industrial. Não são, portanto, determinados pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo acréscimo e decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada.

Com este entendimento, podemos apontar que a realidade do desemprego tem sido algo bastante evidente mundialmente e hoje o Brasil vive com o maior índice de desempregados de sua história. Segundo dados divulgados pelo IBGE (2018) a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua (Pnad Contínua), a quantidade de desempregados no país aumentou em 1,47 milhão de pessoas de 2016 para 2017. O total de desempregados passou de 11,76 milhões na média de 2016 para 13,23 milhões em 2017, um aumento de 12,5%. Segundo ainda a mesma pesquisa o número de desempregados no país vem só aumentando.

Neste aspecto, a pesquisa aponta ainda que os postos de trabalho com carteira assinada caíram 2,8%, ao passar de 34,29 milhões na média de 2016 para 33,34 milhões em 2017 e os postos sem carteira assinada cresceram 5,5%, aumentando de 10,15 milhões para 10,7 milhões no período.

Desta forma, apontamos que o fenômeno da informalidade tem crescido nos últimos anos como alternativa de sobrevivência. As denominadas ocupações por conta própria, dentre elas a mais conhecida como “trabalho autônomo” são a

evidência de que a busca por alternativas em meio à realidade do desemprego tem como base concreta o contexto de superexploração do trabalho. Essas formas de ocupação são em sua maioria caracterizadas por condições de trabalho precárias e baixa remuneração além de não terem um mínimo de segurança social no que se refere a direitos trabalhistas, tendência presente no Brasil principalmente a partir da década de 1990.

Portanto, é com muita angústia que nos vemos diante de um quadro de corrosão mundial do trabalho contratado, regulamentado, predominante nos países de capitalismo central sob a proteção do *Welfare State* que no caso do Brasil teve suas regulamentações impressas na Constituição de 1988, mas logo alvo de artimanhas de retração do valor necessário à sobrevivência dos trabalhadores pela via neoliberal.

Vale lembrar neste contexto as palavras de Marx (1974, p. 97) no volume III de *O capital*, onde ele diz que

O capital tem a tendência de reduzir ao necessário o trabalho vivo diretamente empregado, a encurtar sempre o trabalho requerido para fabricar um produto- explorando as forças produtivas sociais do trabalho- e, portanto a economizar o mais possível o trabalho vivo diretamente aplicado. Se observamos de perto a produção capitalista, abstraindo o processo de circulação e da hipertrofia da concorrência, verificamos que procede de maneira extremamente parcimoniosa com o trabalho efetuado, corporificado em mercadorias. Entretanto, mais do que qualquer outro modo de produção, esbanja seres humanos, desperdiça carne e sangue, dilapida nervos e cérebro. Na realidade, só malbaratando monstruosamente o desenvolvimento individual assegura-se e realiza-se o desenvolvimento da humanidade na época histórica que precede a fase em que se reconstituirá conscientemente a sociedade humana. Todas as parcimônias de que estamos tratando decorrem do caráter social do trabalho, e é de fato esse caráter diretamente social do trabalho a causa geradora desse desperdício de vida e da saúde dos trabalhadores.

A informalização do trabalho e seus diversos modos, a exemplo do trabalho atípico (Vasapollo, 2005) em que fundamentalmente a proteção formal e contratual praticamente desaparece ou mesmo são anulados é assim um traço marcante da acumulação de capital nos dias atuais acompanhadas da situação mundial do desemprego.

Pochmann (2006, p. 62) aponta que o desemprego tem atingido praticamente todos os segmentos sociais:

Além do expressivo montante de pessoas desempregadas, cabe ressaltar a drástica alteração na composição do desemprego. Em outras palavras, o desemprego mudou de perfil, deixando de ser um fenômeno que atingia no passado recente, segmentos específicos do mercado de trabalho, como jovens, mulheres, negros e pessoas sem qualificação profissional, analfabetos e trabalhadores com pequena experiência profissional. Em síntese, o desemprego era um fenômeno relativamente homogêneo. Atualmente transformou-se num fenômeno complexo e heterogêneo, pois atinge de forma generalizada praticamente todos os seguimentos sociais, inclusive camadas de maior escolaridade, profissionais com experiências em níveis hierárquicos superiores e em alguns altos escalões de remuneração. Pode-se concluir, portanto, que não há mais estratos sociais imunes ao desemprego no Brasil.

Para tal fenômeno surgem várias explicações. As oficiais tentam convencer que o desemprego decorre da falta de qualificação da mão de obra ou por que o custo com a contratação da mão de obra tem sido bastante onerosa. Daí decorrem as atuais legislações de redução ou praticamente de anulação dos direitos ligados ao trabalho.

No entanto como afirma o mesmo autor citado acima, o desemprego é algo estrutural, ou seja, está relacionado diretamente ao sistema econômico que impera a partir da exploração do trabalho, muito embora em cada conjuntura ele adquira níveis mais ou menos penosos para a classe trabalhadora.

Podemos, ainda, apontar que essa relação de superexploração atrelada ao exército de reserva traz ainda consequências nefastas para a organização política dos trabalhadores, da organização destes em classe para si. Neste aspecto, Antunes (2015, p.199) refere que

É nesta contextualidade adversa que se desenvolve o sindicalismo de participação em substituição ao sindicalismo de classe. Participar de tudo..., desde que não se questione o mercado, a legitimidade do lucro, o que e para quem se produz a lógica da produtividade, a sacra propriedade privada, enfim, os elementos básicos do complexo movimento do capital.

Marx e Engels (2003, p. 54) também apontam em *O Manifesto do Partido Comunista* que “essa organização do proletário em classe e, com isso, em partido político, é incessantemente abalada pela concorrência entre os próprios operários.” muito embora na época em que foi escrita a obra eles considerassem que esta organização do proletariado renascia sempre e cada vez mais forte apesar da concorrência entre os próprios operários. O que para nós tal afirmação referente a organização cada vez mais forte do proletariado não cabe na atual conjuntura.

Neste campo é possível reconhecer que a organização dos trabalhadores através, por exemplo, dos sindicatos hoje está mais atrelada à defesa para ao menos garantir algumas condições mínimas de trabalho como, por exemplo, a jornada de trabalho do que propriamente um confronto direto com o próprio sistema capitalista. Isto por que também o contexto é totalmente desfavorável. O direito ao trabalho em condições dignas está totalmente ameaçado e o que é pior: vem de uma forma totalmente legalizada, metamorfoseado como algo natural!

Todas estas tendências fazem parte assim do movimento do capital de manter a sua hegemonia e continuar se reproduzindo à custa da exploração dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, nos vem o seguinte questionamento: Como em um contexto tão adverso elaborar e dar concretude a outra alternativa econômica em que todos os trabalhadores sejam emancipados e livres de qualquer exploração?

Pensamos assim que o desafio é grande e que também não deve ser uma luta corporativa, de uma categoria profissional. E aí neste caso, apontamos que esta luta não é apenas do assistente social, por exemplo, como alguns profissionais consideram por que a categoria possui um projeto profissional com um viés claramente anticapitalista, mas é uma luta da classe trabalhadora; luta esta que a nosso ver na atual conjuntura está mais enfraquecida principalmente por conta da ingerência do capitalismo na subjetividade do trabalhador e sua consciência de classe como apontei anteriormente. Neste aspecto a solidariedade intraclasse é fortemente afetada, pois diante de poucas “oportunidades” disponíveis no mercado formal de trabalho, os trabalhadores acabam por se ver como concorrentes entre si, estratégia eficaz em uma sociedade em que o pensamento de que “todos tem as mesmas oportunidades” tem se tornado cada vez mais hegemônico.

Na trilha dessas indicações é que podemos afirmar que os assistentes sociais, assim como os demais trabalhadores assalariados, sofrem os mesmos processos relacionados à exploração do trabalho na sociedade capitalista. Primeiro por que o assistente social para ter seu trabalho efetivado necessita ser demandado por uma instituição empregadora. Neste caso o Estado continua sendo ainda o maior empregador, principalmente no âmbito municipal (IAMAMOTO, 2007).

Segundo por que ao ser demandado por uma instituição para prestar seus serviços, este se insere em uma relação de compra e venda da sua força de trabalho em troca de um equivalente geral que neste caso vem sob forma de salário.

Terceiro por que na condição de trabalhador assalariado e, portanto, não detentor dos meios de produção, necessita de vários recursos sejam humanos, financeiros, físicos, etc... para poder efetivar seu trabalho.

Isto explica por que muitos assistentes sociais têm ingressado no mercado de trabalho de forma extremamente precarizada, tendência mundial expressa através dos baixos salários, ausência de vínculos empregatícios trazendo assim um sentimento de grande instabilidade. Neste contexto é que muitos profissionais são levados a buscar dois ou mais empregos, expressão presente em vários municípios do Maranhão⁴ além de não raras vezes terem os seus direitos profissionais violados a exemplo do não respeito às 30 horas semanais de trabalho conforme preconizado no artigo 5^a da lei 12.317, de 26 de agosto de 2010.

Mas o que vem a ser condições de trabalho? Condições de trabalho se referem não apenas ao salário pago ao trabalhador ao vender a sua força de trabalho, mas também a tudo aquilo que este precisa ter para realizar trabalho. O que envolve ainda não ter apenas os recursos financeiros e materiais como ressaltado acima, mas envolve também as relações sociais presentes no ambiente de trabalho.

É neste aspecto que a precarização do trabalho significando a degradação das condições de trabalho tem sido a realidade vivenciada por muitos trabalhadores, tanto físicas (piores instalações, grandes distâncias do local de trabalho, calor, ruídos, etc.); subjetivas (pressão para cumprimento de metas, falsa noção de autonomia, etc.); organizacionais (mais burocracia, autoritarismo, assédio moral, etc.) e sociais (menos proteção social, insegurança no emprego, menor proteção ao trabalhador, etc.).

Neste sentido, a começar pelo desemprego como fenômeno mundial e estrutural como apontado anteriormente, a quantidade de assistentes sociais

⁴ Esta foi uma observação realizada em várias viagens que fizemos ao interior do Maranhão. Ao visitar os equipamentos sociais (CRAS, CREAS, etc...) de vários municípios pudemos perceber que havia assistentes sociais trabalhando em dois e até quatro municípios geralmente próximos um do outro. Presenciamos também algumas assistente sociais tendo que se inserir em diversos campos como Assistência Social, Educação ou Saúde trabalhando um dia em cada área para poder obter um salário que desse conta de atender a suas necessidades.

desempregadas tem sido cada vez crescente, constituindo assim o que lamamoto (2007) denominou como “exército assistencial de reserva”.

Ao lado desse processo de aumento crescente da quantidade de assistentes sociais fora do mercado de trabalho, a organização capitalista do trabalho está cada vez mais caracterizada pela preponderância de relações cada vez mais precárias, acompanhada de uma legislação “flexível” em torno dos direitos trabalhistas. Pra aqueles que defendem esta flexibilidade, isso seria uma forma de diminuir os níveis de desemprego; no entanto, o que está por traz disto são estratégias cada vez mais profundas de levar o trabalhador a condições mais degradantes de superexploração da sua força de trabalho.

Isto ocorre por que na medida em que se vive a insegurança no trabalho (MATTOSO, 1995), o medo de perder um emprego, de não ter meios para reproduzir a sua própria sobrevivência, a classe trabalhadora acaba se submetendo a níveis salariais mais baixos e em piores condições.

Mattoso (1995, p. 77) neste aspecto aponta que a crescente insegurança do trabalho se daria em diferentes níveis: insegurança no mercado de trabalho; insegurança no emprego; insegurança na renda; insegurança na contratação e insegurança na representação do trabalho.

A insegurança no mercado de trabalho se refere à própria insegurança de pertencer ou não ao mercado de trabalho, fruto do rompimento com o pacto keynesiano, como o autor aponta, que trouxe como resultado uma sobre-oferta de trabalhadores (MATTOSO, 1995).

A insegurança no emprego aponta para uma redução dos empregos considerados estáveis e da ampliação de outras formas de trabalho como os trabalhos temporários, por tempo determinado, trabalho a domicílio, *part-time*, etc.

A insegurança na renda decorre destas novas formas de contratação acima citadas que geram também uma instabilidade no que diz respeito aos níveis salariais ao lado da concentração de renda nas mãos de alguns poucos capitalistas colocando assim em xeque a rigidez dos salários conforme aponta o autor:

Esta flexibilização dos salários segundo a situação de cada empresa (financeira, rentabilidade, etc...) e de cada trabalhador (esforço individual, mérito, participação, etc...) colocou em xeque a rigidez à baixa dos salários nominais e/ou reais (com o auxílio do menor uso de indexadores e dos salários mínimos) e teria tornado os ‘salários mais sensíveis à situação econômica’ [...] (MATTOSO, 1995, p. 93).

O autor aponta também que a insegurança no trabalho leva também a uma insegurança na contratação do trabalho, ou seja, o trabalhador fica à mercê dos movimentos de negociação longe de uma perspectiva mais protetiva do trabalhador, tornando assim as relações de trabalho mais flexibilizadas.

Por fim, Mattoso descreve que todo este contexto de insegurança do trabalho causa também uma insegurança na representação do trabalho:

Em uma situação desta natureza, causaria surpresa se não se ampliasse a insegurança na organização dos trabalhadores, colocando suas organizações na defensiva, enfraquecendo suas práticas reivindicativas de conflito e negociação e, na grande maioria dos casos, reduzindo seus níveis de sindicalização. (MATTOSO, 1995, p.103).

Neste aspecto é que destacamos que os assistentes sociais como os demais trabalhadores também sofrem com estes níveis de insegurança acima citados por Mattoso. A insegurança na renda, por exemplo, é um dos grandes reclamos da categoria que apontam o fato de em muitos campos de trabalho receber até mesmo cerca de um salário mínimo ou um salário mínimo e meio mensal⁵.

Sobre isto, citando Marx (1996, p. 147) mais uma vez, ele afirma que

O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência habitualmente necessários ao trabalhador médio. A massa desses meios de subsistência, ainda que sua forma possa variar, em determinada época de determinada sociedade, é dada, podendo, portanto, ser tratada como uma grandeza constante. O que muda é o valor dessa massa. Dois outros fatores entram na determinação do valor da força de trabalho. Por um lado, seus custos de desenvolvimento, que se modificam com o modo de produção; por outro lado, sua diferença natural, se masculina ou feminina, se madura ou imatura. A utilização dessas diferentes forças de trabalho, por sua vez condicionada pelo modo de produção, acarreta grande diferença nos custos de reprodução da família trabalhadora e no valor do trabalhador masculino adulto.

Portanto, não é de se estranhar que no sistema capitalista, cujo trabalho esteja cada vez mais coisificado e cujo trabalhador seja visto apenas como mercadoria que precisa apenas do mínimo necessário para se reproduzir, o decréscimo do salário do assistente social seja uma tendência que expressa um contexto maior de degradação do trabalho. Neste entendimento, afirmamos, usando

⁵Esta é outra observação feita por nós em entrevistas com várias assistentes sociais trabalhando em diversas instituições ligadas a Assistência Social, Saúde, Educação, etc. em viagens para diversos municípios do Maranhão no ano de 2010.

as palavras de Marx, que o assistente social como qualquer outro trabalhador tem apenas a sua força de trabalho como “uma mercadoria como qualquer outro artigo de comércio e estão, portanto, expostos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado.” (MARX; ENGELS, 2003, p.52).

Outra tendência verificada atualmente no mundo do trabalho é o processo de intensificação do trabalho como afirma Dal Rosso (2008). Fenômeno que iniciou por volta de 1980 e se estende até os dias de hoje, ressalta o autor. Dal Rosso (2008, p. 21) explica que

A intensidade é, portanto, mais que esforço físico, pois envolve todas as capacidades do trabalhador, sejam as de seu corpo, a cuidado de sua mente, afetividade despendida ou os saberes adquiridos através do tempo ou transmitidos pelo processo de socialização.

Neste aspecto, na lógica do sistema capitalista, Marx (2002) observa que com os progressos dos meios de produção (trabalho morto), a força de trabalho humana (trabalho vivo) torna-se apenas uma espécie de acessório da máquina. Diante disto, podemos afirmar que neste caso, em vez de o aperfeiçoamento das máquinas e instrumentos de trabalho favorecerem ao trabalhador um menor esforço a ser utilizado e um tempo “mais livre”, na verdade intensifica os ritmos de trabalho.

Para Marx (2002, p. 748), portanto, no sistema capitalista, as máquinas é que determinam as condições do processo de trabalho:

Graças ao progresso da produtividade do trabalho social, quantidade sempre crescente de meios de produção pode ser mobilizada com um dispêndio progressivamente menor de força humana. Este enunciado é uma lei na sociedade capitalista, onde o instrumental de trabalho emprega o trabalhador, e não este o instrumental [...].

E assim, em sua análise sobre a introdução do maquinário e da redução do trabalhador a acessório da máquina, Marx (1996, p. 50). observa que o aperfeiçoamento da maquinaria nos processos de trabalho traz um aumento da intensificação do trabalho e o desgaste ainda maior da força de trabalho:

Não há a menor dúvida de que a tendência do capital, uma vez que o prolongamento da jornada de trabalho lhe é definitivamente vedado por lei, é de ressarcir-se mediante sistemática elevação do grau de intensidade do trabalho e transformar todo aperfeiçoamento da maquinaria num meio de exaurir ainda mais a força de trabalho [...].

É no processo de produção no sistema capitalista e com os atuais processos de reestruturação produtiva que os adoecimentos no trabalho acontecem, principalmente por que as “políticas neoliberais e a reestruturação produtiva alteram

de modo significativo a organização da produção, a política de empregos e o mercado de trabalho” (RAMALHO, 1995, p. 132) gerando assim dentre outros fatores, ansiedade, estresse, doenças ocupacionais e acidentes no local de trabalho.

O assistente social, como trabalhador, sofre com todos esses processos ao vender a sua força de trabalho e assim vivenciar contextos institucionais permeados por relações burocráticas, autoritárias e de total insegurança, conforme aponta Santos (2010, p.703):

São processos de adoecimentos que nos colocam diante de situações de medo, pânico, desesperança quanto à possibilidade do futuro. Profissionais que são contratados por projetos com validade de um ano falam que conseguem levar uma vida “normal” durante o seis primeiros meses, porém, nos seis meses seguintes tem a nítida sensação que vivem um tempo ausente pois não conseguem viver o presente, angustiados que estão com a proximidade do desemprego e nem conseguem se lançar na busca por novas possibilidades profissionais. Viver no tempo presente de forma ausente é talvez a forma mais intensa de retirar de homens e mulheres a capacidade e a possibilidade de elaborar o futuro em novas bases.

Também, simultaneamente a esse processo de precarização do trabalho e da formação também com a ampliação dos cursos a distância, observa-se uma maior busca por qualificação profissional através da inserção do assistente social em cursos *lato sensu* ou *stricto sensu*. Por um lado isto representa um avanço no que diz respeito ao conhecimento da realidade e de investigação da mesma viabilizando a produção acadêmica em torno de diferentes temas, no entanto expressa também uma necessidade de se adequar às prerrogativas do mercado que na disposição de uma quantidade cada vez maior de assistentes sociais desempregadas estabelece critérios de seletividade de mão de obra. Desta forma, acaba encontrando uma mão-de-obra mais qualificada e passível de receber um equivalente geral cada vez mais decrescente exatamente pela quantidade de força de trabalho disponível a receber este mesmo valor.

Neste contexto, ao lado das mudanças verificadas em relação ao trabalho tanto na organização quanto nas relações de trabalho, temos que perceber como tem sido hoje o padrão de resposta às sequelas da questão social sob as direções neoliberais e de que modo isto afeta tanto os campos de atuação do assistente social quanto o seu trabalho.

Destacamos neste sentido que as políticas sociais como “base de sustentação funcional-ocupacional” (MONTAÑO, 1997) do Serviço Social tem sofrido

alterações na medida em que o Estado diminui sua intervenção nas sequelas da questão social transferido para a sociedade, ao mesmo tempo em que as políticas sociais são desconfiguradas de direito social para medida compensatória e focalista.

Verifica-se assim uma mudança em seu papel na medida em que estas são atualmente direcionadas por uma tendência mercantilista atendendo assim as necessidades sociais mínimas. O que vem a incidir na profissão já que historicamente o assistente social é requisitado também para atender à população através das políticas sociais.

Desse modo, os atuais desafios que se colocam para o assistente social ao trabalhar com políticas sociais se expressam

[...] nos entraves e limites institucionais que revelam simultaneamente, o modo de agir do Estado nas respostas às expressões da questão social, por meio de políticas sociais com ênfase na focalização e em situações específicas de vivência da pobreza [...] Necessidades reais da vida cotidiana dos usuários são respondidas com estratégias que combinam intensificação na responsabilidade individual e familiar com políticas e programas sociais que asseguram, em condições raras de funcionamento, acesso ao mínimo, [...] capaz de tão somente tornar a vida física possível. (SANTOS, 2010, p. 699).

Ainda neste aspecto, com a ampliação das transferências da responsabilidade do Estado em relação às sequelas da questão social para o chamado “terceiro setor”, campo em que os assistentes sociais são também demandados, as respostas profissionais às demandas dos usuários dessas chamadas organizações não-governamentais (ONG’s) acabam adquirindo cada vez mais um cunho filantrópico.

Por sua vez, é importante apontarmos que apesar de uma certa abertura do mercado de trabalho para o assistente social com a ampliação das ONG’s, isto não representa um avanço principalmente no que se refere em relação às condições de trabalho do assistente social como ressalta Montaño (2010, p. 249):

[...] o mercado de trabalho aberto no “terceiro setor” não parece compensar, sob nenhum aspecto, a retração do mercado na órbita estatal para o Serviço Social. Não parece compensar em relação à quantidade dos postos de trabalho para os assistentes sociais criados na sociedade civil. Não compensa o tipo de vínculo empregatício: instável, flexível, sujeito a financiamento externo de projetos pontuais. Não compensa no tipo de prática demandada: dirigida cada vez mais à gestão de recursos humanos (RH), mais do que à implementação de serviços sociais, e voltada geralmente para uma prática voluntarista/assistencialista [...]

Desta forma, a inserção do assistente social no chamado “terceiro setor” não representa um avanço nem no que diz respeito à prática profissional, nem em relação às condições de trabalho.

Tais condições de trabalho (instáveis, sem vínculo empregatício, etc.), sintetizo, não estão presentes apenas no “terceiro setor”, mas em outros campos de atuação do assistente social. Neste sentido, pesquisas feitas em diferentes espaços de atuação do assistente social (GUERRA, 2014; RAICHELIS, 2011; SERRA, 1998; SILVA, 1996; SANTOS, 2010; VASCONCELOS, 2017; CARTEIRO, 2010) tem demonstrado que o profissional de Serviço Social realiza seu trabalho profissional em contextos extremamente adversos, marcados por condições precárias com baixa remuneração, desrespeito às prerrogativas legais da profissão, em condições físicas dos locais inadequadas e ainda tendo que responder a inúmeras demandas impostas pelos agentes que demandam seus serviços trazendo assim uma sobrecarga de trabalho.

Outro aspecto ainda a ser observado nos contextos institucionais de trabalho dos assistentes sociais e que carecem ainda mais de pesquisas se refere ao assédio moral presente nas relações de trabalho.

Segundo Hirigoyen (2012, p. 65) por assédio moral em um local de trabalho entende-se

toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho.

Neste sentido, as configurações do trabalho na atualidade marcadas cada vez mais por relações trabalhistas instáveis favorecem o controle do patrão em relação ao empregado caracterizando relações abusivas que vão desde o uso de palavras de cunho vexatório até as ameaças ao trabalhador em relação à perda do emprego⁶.

⁶ Neste sentido, relatos de assistentes sociais que trabalhavam como contratadas em Cras e Creas de municípios do Maranhão demonstraram que muitas delas sofriam com assédio moral principalmente em relação as ameaças de perda de emprego caso algumas “tarefas” não fossem cumpridas. Um dos exemplos que mais nos chamou atenção na época (2010) foram os relatos de algumas assistentes sociais serem pressionadas a votar no candidato a gestor municipal do município e de influenciar os usuários dos serviços

As relações de trabalho marcadas pelo assédio moral têm sido tão presentes no cotidiano profissional dos assistentes sociais que o próprio Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) lançou um manifesto reconhecendo esta situação no contexto de trabalho dos assistentes sociais. Baseado em estudo feito pela médica do trabalho Margarida Barreto (2005), o CFESS (ASSÉDIO..., 2011) elencou algumas situações caracterizadas como assédio moral:

- a) dar instruções confusas e imprecisas;
- b) atribuir erros imaginários;
- c) ignorar a presença de funcionário na frente de outros;
- d) pedir trabalhos urgentes sem necessidade;
- e) fazer críticas em público;
- f) sobrecarregar o funcionário de trabalho;
- g) não cumprimentá-lo e não lhe dirigir a palavra;
- h) impor horários injustificados;
- i) fazer circular boatos maldosos e calúnias sobre a pessoa;
- j) forçar a demissão;
- k) insinuar que o funcionário tem problemas mentais ou familiares;
- l) transferi-lo do setor, para isolá-lo;
- m) não lhe atribuir tarefas;
- n) retirar seus instrumentos de trabalho (telefone, fax, computador, mesa);
- o) agredir preferencialmente quando está a sós com o assediado;
- p) proibir os colegas de falar e almoçar com a pessoa.

São situações como estas expressas em muitos casos de maneira sutil que tem permeado as relações de trabalho não somente dos assistentes sociais, mas dos trabalhadores em seu conjunto, principalmente por aqueles que não têm nenhum vínculo empregatício com o contratante a exemplo dos serviços terceirizados.

Assim, entendemos que os órgãos de defesa do trabalhador, conselhos, sindicatos, etc... incluindo os órgãos de defesa da categoria dos assistentes sociais, devem estar atentos a estas situações, incluir o tema em debates, bem como se articular na busca de estratégias para defesa do trabalhador. Pensamos, neste

sócioassistenciais a votarem no mesmo. Casos como este são comuns nos interiores do Maranhão principalmente em ano de eleição.

sentido, que uma das exigências que deveriam ser feitas incansavelmente seria a realização de concursos públicos em todos os campos profissionais com vagas condizentes às demandas de cada local.

Esta luta é um grande desafio devido à própria concorrência entre os assistentes sociais e a submissão a condições precárias diante de índices tão altos de desemprego e *subsunção formal* (MARX, 1985) dos trabalhadores às necessidades do capital.

Por fim, destacamos ainda que as atuais exigências feitas aos trabalhadores em tempos de financeirização, globalização e de *capital fetiche* (IAMAMOTO, 2007) tem trago também uma mudança no perfil do assistente social que expressam novas requisições à categoria. Neste sentido, Antunes (2015) aponta que diferentemente da época do fordismo/taylorismo, as exigências atuais para os trabalhadores é que sejam mais “polivalentes”, “multifuncionais”, o que representa também a intensificação dos ritmos nos processos de trabalho e exploração do trabalhador. Tais exigências também afetam os assistentes sociais.

Neste sentido, lamamoto (2007, p. 49) aponta que

Alteram-se os requisitos dos processos seletivos para os postos de trabalho valorizados pelo mercado, acompanhando a globalização. No campo do Serviço Social hoje se exige, por exemplo, um técnico versado em computação, capaz de acessar as redes de comunicação *on-line*, com domínio fluente de inglês, etc.

Como desdobramento dessas tendências, exige-se atualmente que os assistentes sociais não fiquem restritos apenas na execução de atividades que são tradicionalmente postas. O mercado de trabalho exige assim cada vez mais qualificação profissional estabelecendo dentre outros critérios a busca por novos conhecimentos aliados à procura de soluções além de saber usar as tecnologias e conceitos como “gerenciamento”, “autonomia” e “criatividade” para lidar com diversos problemas tanto institucionais (exemplo: recursos humanos, financeiros e materiais escassos) como os relacionados às demandas dos usuários.

Assim, o atual contexto de reestruturação produtiva e de mudanças no trabalho que caracterizam a exploração do trabalho pelo capital e ainda os processos de controle sobre o trabalho, além do atual padrão de intervenção nas sequelas da questão social acabam por trazer consequências nefastas em relação

ao mercado de trabalho para o assistente social, a prática profissional e suas condições de trabalho.

Destarte, ressaltamos ainda que diante das condições de trabalho do assistente social, torna-se ainda um grande desafio desenvolver cotidianamente práticas orientadas pelo Projeto ético-político-profissional.

3 PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS NA ATUAL CONJUNTURA BRASILEIRA

Vivemos em tempos de incertezas quanto ao futuro, incertezas sobre em que nos apoiar. Em tempos de coisificação humana e de entendimento da liberdade como capacidade de adquirir aquilo que está exposto nas vitrines do mercado, pensar em uma direção política anticapitalista no cotidiano, na teia complexa das relações sociais no mundo capitalista torna-se um grande desafio. No entanto, como disse Rosa Luxemburgo (1900) “quem não se movimenta não sente as correntes que o prendem.” Portanto, é preciso se movimentar, e acrescentamos, é preciso sonhar, por que o sonho alimenta a vida e nos faz lutar por aquilo que acreditamos.

É com esse entendimento que consideramos o Projeto Ético Político profissional do Serviço Social como uma direção que norteia a formação e a prática profissional e impulsiona a luta coletiva dentro da categoria profissional. Ao mesmo tempo, representa, não de maneira homogênea, a luta daqueles que se movimentam na busca de construção de uma sociedade igualitária.

Neste aspecto, como todo projeto profissional, nasce a partir do movimento dos sujeitos da categoria que estabelecem coletivamente os valores, requisitos, objetivos e funções para o exercício da profissão. Desta forma, conforme aponta Netto (2007, p. 1), a construção deste projeto não é tão recente:

[...] a própria construção deste projeto no marco do Serviço Social no Brasil – tem uma história que não é tão recente, iniciada na transição da década de 1970 à de 1980. Este período marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional. É neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando projeto ético-político.

3.1 Projeto ético-político profissional do Serviço Social e os desafios para a organização política dos trabalhadores

Um marco fundamental para a construção do Projeto Ético Político Profissional foi o Congresso da Virada, o qual, ficou conhecido por esta denominação por que no ano de 1979, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado nos dias 23 a 28 de setembro em São Paulo, promovido pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS, hoje CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) foi marcado por uma atitude questionadora das assistentes sociais em relação às bases conservadoras do Serviço Social embora o objetivo do congresso naquele momento fosse discutir assuntos relacionados ao Serviço Social tradicional.

O Congresso da Virada foi realizado em um contexto bastante adverso, pois sua realização se deu em meio às pressões e ao terror da ditadura militar. No entanto, conforme relata Netto (2009, p.29), a opressão do regime ditatorial da época não foi suficiente para que não houvesse a resistência de profissionais da categoria, na luta pela democracia no país:

Mas é igualmente falso supor que todo esse corpo profissional foi um obediente batalhão a bater continência aos donos do poder. De 1964 a 1979 uma diminuta minoria de profissionais, docentes e estudantes, resistiu à ditadura pelos meios que encontrou e boa parte deles recebeu do regime a resposta do terror estatal. Também em nosso corpo profissional contam-se exemplos de destemor, fidelidade a grandes ideais, sacrifícios, solidariedade, enfim, grandeza humana em meio a perseguições, tortura, prisão e exílio. Efetivamente, na imediata sequência do golpe de 1º de abril de 1964 dezenas de assistentes sociais foram objeto de perseguição, e muitas agências de formação (escolas, faculdades) sofreram constrangimentos ponderáveis, envolvendo seus corpos docentes e discentes. E, no período entre o golpe e a edição do AI-5, os impactos da luta anti-ditatorial refletiram-se entre assistentes sociais, especialmente entre jovens estudantes de Serviço Social, conduzindo-os à mobilizações contra o regime de abril. Enfim, no momento de auge do regime ditatorial não poucos profissionais, docentes e estudantes, foram alvo da sanha repressiva, engrossando o rol das vítimas do terror estatal. Em suma, profissionais, docentes e estudantes de Serviço Social marcaram presença na resistência democrática e no combate à autocracia burguesa.

Este período marca um momento fundamental no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, especialmente pela luta em defesa da classe trabalhadora e contra toda e qualquer forma de opressão.

Ao situar este marco fundamental para o Serviço Social e lembrando também das lutas contra a violação de direitos da classe trabalhadora nos últimos 40

anos, compreendemos que o Serviço Social historicamente possui uma dimensão política, o que significa dizer que os sujeitos envolvidos na dinâmica da construção e legitimidade da profissão, do fazer profissional, seja de maneira consciente ou inconsciente, de maneira aberta ou não, expressam um vínculo com uma das classes, seja a classe trabalhadora ou a classe burguesa. Como ressalta Netto (2009, p.27):

É necessário, antes de prosseguir, desfazer quaisquer equívocos acerca de um fato elementar: em toda a sua história (também) no Brasil, o Serviço Social possuiu uma dimensão inequivocamente política, desde a sua gênese e os seus primeiros momentos de consolidação – como o demonstrou a clássica e até hoje indesmentida análise de Carvalho (cf. Carvalho, in Iamamoto e Carvalho, 1983). E mais: esta dimensão política traduziu-se, de modo também cristalino, na colagem de assistentes sociais a projetos político-partidários – quase sempre conservadores (recorde-se o velho Partido Democrata Cristão/PDC). Mesmo que se distinga (distinção, aliás, legítima) a dimensão necessariamente política do Serviço Social tomado como exercício profissional da sua politização (e, eventualmente, da sua partidarização), há que sublinhar que ambas acompanham toda a história da profissão no Brasil. Numa palavra: também no Brasil, os assistentes sociais sempre participaram da política, conscientemente ou não (e ressalte-se que a omissão é, em geral, a forma mais inconsciente de participação política).

Desta forma, consideramos que as profissões de um modo geral possuem uma dimensão política expressa a partir das ações profissionais e dos valores históricos que a legitimam que indicam a quais interesses de classe se vinculam.

Nesse sentido, a construção do Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social vinculado à classe trabalhadora é fruto também não apenas da luta das entidades representativas da categoria profissional (CFESS, CRESS, etc...), mas de uma ampla interlocução de assistentes sociais com outras profissões e movimentos sociais como destaca Ramos e Santos (2016, p. 216):

É histórico o envolvimento de várias gerações de assistentes sociais na elaboração e disseminação da cultura profissional e de inserção nos espaços políticos para além da profissão. A participação política constituiu-se num legado grandioso do Serviço Social no Brasil. Aqui nos referimos diretamente, mas não exclusivamente, ao protagonismo das entidades representativas da categoria (conjunto CFESS-CRESS/ ABEPSS/ ENESSO) e a instituição de eventos, destinados à reflexão crítica sobre a formação e o trabalho profissional, que reúnem a base da categoria profissional. Torna-se relevante destacar que este protagonismo político, seja das entidades, seja de alguns assistentes sociais, não foi produzido de forma endógena à profissão. Destaca-se, nesse processo, a

interlocução com diferentes sujeitos políticos (segmentos de outras profissões, movimentos sociais e partidos políticos), unificados por um ideário de esquerda.

No entanto, cabe ressaltar que, a construção de um projeto profissional se desenvolve no confronto de ideias, de embate de conceitos, visões de mundo por que os próprios indivíduos que fazem parte da categoria profissional, cada um tem a sua origem, suas preferências teóricas, intelectuais, etc... fazendo assim com que o corpo profissional seja algo plural nos termos de Netto (2007, p. 5):

O sujeito coletivo que constrói o projeto profissional constitui um universo heterogêneo: os membros do corpo (categoria) profissional são necessariamente indivíduos diferentes – têm origens, situações, posições e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas etc. O corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes.

Afirma ainda Netto (2007) que esse pluralismo, o confronto de ideias não pode ser confundido com o ecletismo, mas deve haver um respeito pelas hegemonias legitimamente conquistadas.

Desta forma, compreendemos que um dos grandes desafios para afirmação do projeto ético político profissional encontra-se dentro da própria categoria na medida em que nem todos consentem com a direção dada no projeto. Neste aspecto é que consideramos importante a promoção de conferências, seminários, reuniões em geral com a categoria, bem como outros meios de difusão do projeto e de abertura de espaços para debate de ideias.

Ainda neste entendimento, supomos que ao lado do desafio de convencer, persuadir um número cada vez maior de indivíduos não apenas da categoria de profissionais de Serviço Social para adesão a este projeto vinculado à classe trabalhadora, temos que ter em vista que na sociedade como um todo há diversos projetos societários que estão em constante conflito e que, historicamente os projetos vinculados à classe trabalhadora enfrentam inúmeras condições desfavoráveis para sua consecução comparado aos projetos ligados à classe dominante.

Isto não quer dizer que não há condições de um projeto ligado à classe trabalhadora lograr êxito, se não cairíamos em um fatalismo (IAMAMOTO, 2007) que

pouco nos seria benéfico. No entanto, temos que ter clareza, especialmente na atual conjuntura, de retrocessos de direitos sociais, de precarização das relações de trabalho e de insegurança quanto à vida, que os limites impostos pelo capital tornam as lutas para construção de uma nova sociedade mais desafiadoras.

Citamos assim a ideologia neoliberal, a qual para além de uma forma de gestão estatal, supõe uma cultura que desvaloriza o conhecimento crítico e que utiliza estratégias de consentimento das classes subalternas ao projeto da classe dominante, como refere Barroco (2009, p.14) ao dizer que a sociedade burguesa

tende a suprimir e/ou negligenciar as abordagens críticas, humanistas e universalistas, donde a desvalorização do conhecimento filosófico, o apelo ao conhecimento instrumental, ao utilitarismo ético, ao relativismo cultural e político. A reflexão filosófica, base de fundamentação da ética profissional, incorpora referenciais que nem sempre permitem um conhecimento crítico, o que coloca contradições entre a dinâmica social e sua apreensão profissional.

Neste sentido, a investida neoliberal principalmente em relação ao trabalho, em que a precariedade das relações trabalhistas, o desemprego, a quebra de direitos sociais e a diminuição do Estado no âmbito social tem sido uma característica marcante no Brasil a partir do processo de reestruturação produtiva, trouxe ainda como consequência a neutralização do “processo de luta autônoma e independente das classes trabalhadoras.” (ABRAMIDES, 2006, p.334).

Desta forma, como sintoma também deste processo de enfraquecimento das lutas dos trabalhadores, houve ainda um crescente esvaecimento das organizações sindicais que passam muito mais a lutar defensivamente ou até mesmo se adequar às diretrizes da ofensiva neoliberal do que se posicionar radicalmente pela via anticapitalista.

Ressalta Abramides (2006, p. 335) que

A transmutação sindical no campo do novo sindicalismo acontece no momento de reestruturação do capital no país, cujas medidas de ampliação da superexploração da força de trabalho humana, a dilapidação do Estado pela desresponsabilização de suas funções públicas, e de ampliação do processo mercantil e privado sob hegemonia neoliberal internacional, recai sobre as massas trabalhadoras, que respondem por intermédio de suas direções, na agenda “da ordem” em nome da “conquista democrática”.

Desse modo, como também ressalta Alves (2006, p. 465) é no decorrer da década de 1990 que o sindicalismo brasileiro passou a enfrentar

contundentemente inúmeros desafios em face da ofensiva neoliberal e dos processos de desestruturação no mundo do trabalho. Salienta o autor que

O desemprego e a terceirização fulminaram as bases sindicais. No plano ideológico- político, a principal central sindical do país, a CUT, perdeu seu cariz socialista e de confronto de classe, assumindo cada vez mais estratégias sindicais propositivas no interior da ordem do capital. Consideramos tal determinação político-ideológica um sintoma da crise do sindicalismo. Ou seja, o sindicalismo hegemônico perdeu seu vínculo com o horizonte de classe e deixou-se levar – sob a pressão das circunstâncias -pela fragmentação de classe.

Tendeu a disseminar-se, como expressão do sindicalismo brasileiro nos anos 1990, uma cultura sindical neocorporativista e de cariz propositivo. Constrangido pela constituição exacerbada de um novo e precário mundo do trabalho, o sindicalismo submeteu-se à lógica da empresa, perdendo a perspectiva de classe. Deixou-se de lado, sob pressão do capital, os movimentos sindicais de caráter geral e adotou-se o sindicalismo por empresa. Tal mudança da cultura sindical e da política de negociação pode ser vista, por exemplo, 1) na redução da abrangência e do conteúdo das convenções coletivas e 2) na descentralização das negociações coletivas. Ela contrasta com a práxis sindical de classe, de confronto, que tinha caracterizado os anos 1980. São elementos importantes que demonstram a crise da perspectiva de classe.

Consideramos assim que devido à constância dos altos índices de desemprego, fenômeno que tem atingindo praticamente todos os segmentos sociais (POCHMANN, 2006), ao lado das desregulações nas esferas do mundo do trabalho (ANTUNES, 2006), o enfraquecimento da organização política dos trabalhadores continua sendo uma tendência em curso na atual conjuntura.

Sendo assim, um dos grandes desafios para a consolidação e fortalecimento de um projeto anticapitalista na sua essência é a força de organização da classe trabalhadora, pois somente por meio de um movimento prático dos trabalhadores, é que será possível “instaurar a sociedade sobre novos fundamentos” (MARX, 1977, p.106)

Neste entendimento, em tempos de “subproletarização intensificada” (ANTUNES, 2015), e, portanto, de expansão das formas mais precárias de trabalho e de instabilidade de emprego, de renda e de sobrevivência, a organização dos trabalhadores em classe é fortemente abalada pela concorrência entre os próprios trabalhadores, já apontava Marx (2003).

É fato que o capitalismo para continuar se reproduzindo, em seus períodos cíclicos de manifestação das suas crises e, portanto, na tentativa de

imprimir elevadas taxas de lucro e de acumulação, busca estratégias de consentimento da classe trabalhadora e de desorganização desta.

Desta forma, o capitalismo também cria mecanismos de intensificação da exploração da classe trabalhadora através, por exemplo, dos processos de reestruturação produtiva, que no caso do Brasil foram levados à risca no governo FHC e se perpetuaram no governo Lula.

Vale recordar que os governos Lula e Dilma (os governos do partido da classe trabalhadora) exercitou uma política totalmente aberta à programática neoliberal, favorecendo o grande capital e ao mesmo tempo adotando medidas compensatórias da extrema pobreza que viviam parcelas dos trabalhadores. Sobre isto Antunes (2018, p. 229, grifo do autor) aponta que

[...] o governo procurou implementar uma política social mais abrangente, ainda que sempre assistencialista, buscando minimizar em alguma medida a brutal miséria brasileira. Mas é imperioso enfatizar que *nenhum dos pilares estruturantes desta miséria foi efetivamente enfrentado*. Essa era uma imposição das classes dominantes para garantir seu apoio ao governo Lula e foi aceita servilmente.

Portanto, seria ingênuo pensar que a simples mudança de governo levaria à efetivação de um projeto de classe, anticapitalista, já que compreendemos que se trata de algo estrutural, não apenas conjuntural.

A par dessas considerações, podemos compreender que a liberdade como valor central e as demandas políticas a ela inerentes- autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; direção social expressa no projeto ético-político do Serviço Social é um desafio tendo em vista que os movimentos sociais, não desconsiderando os poucos que mantêm uma luta radical e contrária ao sistema imperante, tem adquirido um perfil institucionalizado ao lado da adesão à ordem dominante.

O resultado de todas estas determinações afeta ainda consideravelmente a categoria profissional que da mesma forma que os demais trabalhadores como já foi elucidado aqui neste estudo sofrem todas as imposições da lógica destrutiva do capital inclusive no que se refere à participação política como apontam Ramos e Santos (2016, p. 220):

[...] os indivíduos e, em particular, alguns profissionais do Serviço Social perdem progressivamente potencial de enfrentamento dessas condições concretas. Tem se tornado comum a desistência da

militância política, seja na organização política da categoria, seja em outras instâncias de participação; além de processos de adoecimento decorrentes das condições e relações de trabalho, bem como do próprio rumo mais estrutural que toma o capitalismo contemporâneo, devastando o trabalho e a natureza, com intensa banalização da vida, em termos materiais e subjetivos. É um tempo histórico bastante adverso quanto ao reconhecimento e à valorização dos indivíduos em suas singularidades, diversidade humana, vontades políticas, profissionais e no terreno da efetivação dos direitos.

Posto isto, consideramos que o atual momento histórico para os trabalhadores e dentre eles, o assistente social, é intensamente desfavorável. No caso específico do Serviço Social podemos fazer uma retrospectiva no tempo e relembrar momentos históricos marcantes para conquistas e avanços na profissão, que reafirmam a história como processo permeado por contradições e que é nestas contradições que desafios são postos e lutas são deflagradas.

Além do Congresso da Virada como marco da Reconceituação do Serviço Social no Brasil, é importante destacar, aqui, o movimento de reconceituação do Serviço Social, no período de 1965 a 1975 na América Latina, mesmo período em que no Brasil a ditadura impunha seu poder. Este movimento foi fundamental para o Serviço Social brasileiro como destaca Iamamoto (2017, p. 25):

O período de vigência da reconceituação coincide com a vigência da ditadura militar no Brasil (1964-85), fazendo com que o nosso debate assumisse outras tonalidades e recebesse distintas influências, especialmente do vetor modernizador e tecnocrático, combinado com extratos da filosofia aristotélico-tomista no âmbito dos valores e princípios éticos, expresso nos Documentos de Araxá e de Teresópolis. Ou, nos termos de Aquin (2005), uma “reconceituação conservadora”.

Mas o país dispunha, nesse período, de um polo de resistência a essa vertente modernizadora, liderado pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG), integrado aos rumos do movimento de reconceituação latino-americano, tal como se expressou nos países de língua espanhola. É considerada por Netto (1991) como a formulação inicial e mais abrangente da vertente profissional no pós-1964, qualificada por ele de “intenção de ruptura” com as marcas conservadoras e modernizantes do Serviço Social brasileiro.

Desta forma, as lutas que afloraram em defesa da liberdade, da democracia e contra a ditadura militar, além do contato com amplos movimentos sociais foram importantes condicionantes para o desenvolvimento do Serviço Social em bases críticas, o que também propiciou alterações nos campos do “ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais. Revigora-se

uma ampla e fecunda organização da categoria em suas bases sindicais, acadêmicas e profissionais.” (IAMAMOTO, 2017, p. 26)

Dentre algumas das conquistas construídas ao longo desse processo de lutas podemos ainda citar:

- a) As atuais diretrizes curriculares do curso de Serviço Social propostas pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social- Abess, juntamente com o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – CEDEPSS e Unidades de Ensino de Serviço Social no país, que apontam três núcleos fundamentais constitutivos da Formação Profissional: 1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2-Núcleo de fundamentos da particularidade da formação socio-histórica da sociedade brasileira . 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Tais núcleos baseados nos princípios e fundamentos do projeto ético político profissional visam fortalecer uma formação crítica, bem como propiciar a apreensão sobre a formação histórica brasileira, os processos sociais contemporâneos e as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo;
- b) O Conselho Federal de Serviço Social- CFESS, que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS;
- c) A Lei n. 2.317/2010, uma vitória histórica para o Serviço Social pois define a jornada máxima de trabalho de assistentes sociais em 30 horas semanais sem redução salarial, fruto de anos de lutas em defesa dos direitos da categoria e em busca de melhores condições de trabalho;
- d) E a ampliação nos últimos anos dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social, conforme aponta relatório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES (CAPES, 2013, p.3):

A implantação da pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social no Brasil tem quatro décadas. Os cursos de mestrado pioneiros foram os da região Sudeste: PUC-RJ e PUC-SP, em 1972, e UFRJ, em 1976. Ainda na década de 1970 verificou-se a expansão da pós-graduação para a região Sul, com a criação do mestrado na PUC-RS em 1977 e para o Nordeste, com o mestrado da UFPB-JP, em 1978,

e da UFPE, em 1979. Em 1981 foi criado, na PUC-SP, o primeiro curso de doutorado, constituindo-se o pioneiro na América Latina. Contudo, na década de 1980 não foram criados outros programas de pós-graduação na área. Portanto, na década de 1970, foram criados 06 programas.

A expansão da pós-graduação na Área foi retomada nos anos 1990, no mesmo ritmo da década de 1970, com a criação de 06 programas novos. Registrou-se maior impulso no período 2000-2009, com a criação de 15 novos programas e nos anos 2000 foram criados mais 5 novos programas.

Estes dados demonstram uma ampliação da qualificação de assistentes sociais, além do crescimento da pesquisa e produções científicas na área, elementos fundamentais para o fortalecimento da profissão para a busca de alternativas fundadas na realidade e para a efetivação do projeto ético-político profissional de Serviço Social.

É no movimento da realidade que as possibilidades também vão se construindo e nos trazendo perspectivas em torno do projeto ético político profissional. Ao mesmo tempo, são perceptíveis os retrocessos principalmente no que se refere aos direitos sociais, a crescente precarização das condições de trabalho e o aumento do desemprego, gerando uma insegurança na vida dos trabalhadores e a sua plena organização em classe para si como já foi explicitado neste estudo.

Esse quadro afeta consideravelmente o trabalhador assistente social que ao enfrentar todos estes processos, percebem as crescentes dificuldades para a execução de serviços com qualidade, coerência e criticidade e que possibilitem a organização política dos trabalhadores para além de uma relação com estes como meros usuários de uma política social, por exemplo.

3.2 Projeto ético-político profissional: possibilidades e desafios no cotidiano profissional na atualidade

No contexto das relações capitalistas em que muitas das contradições são vistas de uma maneira psicologizante⁷ das relações sociais e do não

⁷ Conforme Vasconcelos (2015, p. 18): é no contexto das necessidades de reprodução do capital e da burguesia que somos levados a um modo de pensar e ser capitalistas. Portanto, é muito fácil e sedutora a adesão às teorias que tratam da epiderme da vida social, das aparências das contradições, do imediato, cujas teses favorecem posturas

reconhecimento da sociedade de classes é necessário ter uma elucidação destas a partir de uma teoria que procure desvendar estas contradições.

Consideramos que a teoria social marxiana e os estudos de alguns autores marxistas são importantes para esclarecer e fornecer instrumentos para o entendimento e luta pela superação da ordem do capital.

Tal caminho não é fácil, principalmente diante de um contexto de supremacia do poder econômico sobre as necessidades humanas e de intensificação da superexploração do trabalho e das desigualdades sociais.

Neste sentido, para os assistentes sociais, torna-se particularmente desafiador dar materialidade na prática profissional ao projeto ético-político profissional cuja direção política é voltada para as classes subalternas.

Em que pese o fato de sermos a única profissão que ao buscar suas referências ético-políticas e teórico-metodológicas em uma perspectiva revolucionária e elaborar um projeto não somente profissional, mas a favor de construção de uma sociedade pautada no trabalho livre, e de sujeitos vivendo relações calcadas em valores humanitários, frequentemente ouvimos de vários assistentes sociais falas em que é possível perceber um certo desalento, um sentimento de impotência em construir alternativas práticas direcionadas por este projeto no cotidiano profissional.

Nota-se ainda fortes discursos do tipo “a teoria é uma e a prática é outra” fortalecidos mais ainda dentro de contextos institucionais permeados por demandas urgentes e pela busca de soluções destas.

Foi vivenciando contextos como este que nosso interesse por abordar a prática profissional foi despertado e principalmente por considerarmos um desafio construir alternativas no contexto da prática profissional orientados pelo projeto ético-político da profissão.

Neste sentido, concordo com Abreu (2002) quando aponta que a prática profissional do assistente social é uma prática pedagógica que pode assumir uma

pragmáticas em que a psicologização das práticas sociais ganham relevo sob a forma de justificativas que beiram o senso comum. E isto se manifesta, entre outras posturas, mas essencialmente, na recusa dominante em reconhecer a existência das classes sociais e do seu caráter antagônico, na utilização das mais diferentes formas de exploração, opressão, discriminação, que obscurecem, quando não impedem de serem consideradas, reveladas e apreendidas as raízes de classe desse ser e desse pensar.

perspectiva conservadora ou de rompimento com a ordem burguesa. Ou seja, o assistente social consciente ou não das finalidades de suas ações no cotidiano profissional, é um transmissor de valores, de conhecimentos e ainda um instrumento para a formação de opinião, seja ela baseada no senso comum ou em um pensamento radical crítico.

Portanto, entendemos que o profissional de Serviço Social pode assumir na sua prática uma postura mais crítica ou conservadora. No entanto, consideramos como fatores determinantes dentre outros para essas posturas:

- a) A formação deste profissional no nível da graduação, a qual ao nosso ver deve ser estruturada a partir de um viés crítico que possibilite ao estudante e futuro profissional uma formação sólida para apreensão profunda dos movimentos contraditórios da sociedade capitalista;
- b) A construção de mediações ou ações práticas que podem dar concretude ou não ao direcionamento político social vinculado ao projeto ético-político da profissão.

Ressaltamos assim que estes dois fatores são determinantes na prática profissional e estão organicamente vinculados.

No entanto, consideramos também que as determinações estruturais no movimento da sociedade burguesa, as relações estabelecidas nesta sociedade, bem como a condição de trabalhador assalariado trazem determinações nesta prática profissional.

Marx em “Contribuição à crítica da economia política” afirma que “na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independente da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais.” (MARX, 1983, p. 5). Neste sentido, entendemos que as relações estabelecidas entre os homens, incluindo as relações profissionais, o desenvolvimento da profissão, os modos de atuar incorporados pela profissão, etc... são atravessadas por determinações para além da simples vontade do indivíduo.

Com esta clara afirmação marxiana, podemos inferir que o próprio surgimento do Serviço Social nasce a partir de um contexto histórico-conjuntural que no caso está diretamente relacionado às contradições da relação capital-trabalho. Seus fundamentos teórico-metodológicos relacionados à prática profissional

estiveram, portanto, durante muito tempo, determinados pelos setores patronais. O que não quer dizer, por exemplo, que qualquer fundamento da profissão permaneça estanque, ou não possa ser questionado. Entendemos assim, que as profissões em um sentido geral fazem parte de uma totalidade maior, mas ao mesmo tempo se desenvolvem a partir dos movimentos dos sujeitos que imprimem à profissão um determinado modo de ser, de atuar, de pensar.

Partindo desse entendimento, podemos inferir que a busca pela consolidação do projeto ético-político do Serviço Social na atual conjuntura brasileira é desafiador.

Um dos primeiros desafios, como já apontado acima, se refere à formação profissional do assistente social, momento crucial para a consolidação deste projeto no dia a dia do futuro profissional.

Neste aspecto, as atuais transformações que tem ocorrido na sociedade capitalista e particularmente a brasileira, principalmente no mundo do trabalho como referenciadas nos capítulos anteriores, tem apontado a necessidade do Serviço Social assegurar uma formação sintonizada com essas novas mudanças. Uma formação que viabilize ao mesmo tempo uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para que o futuro profissional exerça suas atribuições profissionais de maneira competente, crítica e reflexiva.

Conforme ainda afirmado anteriormente, o Serviço Social é uma profissão que principalmente nas últimas décadas buscou ao longo do seu processo de desenvolvimento enquanto profissão, questionar as bases da sociedade, desvendar as contradições nela presente de maneira a propor ações baseadas em concepções e teorias histórico-críticas que contribuam na transformação da sociedade, no sentido de construção de uma sociedade igualitária, onde haja uma distribuição equânime da riqueza socialmente produzida, onde o trabalho- como forma de afirmação do homem como um ser social- não seja destituído do seu real sentido.

Neste sentido, o projeto ético-político do Serviço Social é uma síntese das concepções que fundamentam a profissão, e embora não sendo algo homogêneo na categoria, contém em si, princípios que norteiam a prática profissional e a formação profissional. Alguns destes princípios como o reconhecimento da liberdade como valor central, além da perspectiva de construção de uma nova ordem social sem exploração de classes apontam o movimento contraditório da profissão numa

sociedade permeada por relações de exploração, cujo projeto se processa em oposição às atuais tendências.

Com isto, é importante que haja um constante repensar a respeito dos princípios do Serviço Social dentro da realidade, de maneira que a formação do assistente social seja tanto solidificada nestes princípios como construídas as devidas mediações para a sua manutenção. Porém, como ressalta Netto (2007, p. 19), em decorrência do projeto neoliberal e do processo de reestruturação produtiva no Brasil,

A cruzada antidemocrática do grande capital, expressa na cultura do neoliberalismo-cruzada entre nós capitaneada por setores político-partidários autointitulados social-democratas e, mais recentemente, por setores que outrora se reivindicaram de esquerda, é uma ameaça real à implementação do projeto profissional do Serviço Social. Do ponto de vista neoliberal, defender e implementar este projeto ético-político é sinal de 'atraso', de 'andar na contra-mão da história'.

Com isto, é possível dizermos que não somente a prática profissional do assistente social tem sofrido rebatimentos, mas também a formação profissional, visto que ela possui também uma perspectiva crítica e emancipatória, na qual o projeto ético-político vem a fundamentá-la.

A educação entendida como um processo que busca atingir determinadas finalidades; dentro da sociedade atual possui um grande peso na formação de uma determinada concepção a respeito dos processos contraditórios que fazem parte dela. Neste sentido, pode tanto viabilizar a construção de um pensamento adequado aos novos padrões, os quais dizem respeito também à formação de profissionais que atendam às exigências do mercado como também pode ser um instrumento para a construção de um pensamento crítico que vislumbre o movimento contraditório da sociedade e assim viabilizar a construção de uma nova ordem social.

Sob tais considerações, Luckesi (1994, apud OLIVEIRA, 2004, p. 63-64), aponta que a educação é direcionada para três tendências:

- a) Tendência Redentora- A educação é a responsável pela direção da vida social: "Um instrumento de equalização social, [...] uma força homogeneizadora que tem por função reforçar os laços sociais, promover a coesão e garantir a integração de todos os indivíduos no corpo social." (SAVIANI, 1999, apud OLIVEIRA, 2004, p. 64).

- b) Tendência Reprodutora- A educação é um elemento da própria sociedade, direcionada totalmente para os seus interesses, reproduzindo assim o modelo dominante.
- c) Tendência Transformadora- A educação é compreendida como mediadora de um projeto de sociedade, possuindo um papel ativo na realidade social.

Com isto, Oliveira afirma que é nesta compreensão histórico-crítica da educação que se situa a formação profissional atual do Serviço Social, a qual possui uma concepção crítica, um projeto profissional que visa a transformação social e é vinculado às classes subalternas (OLIVEIRA, 2004).

Com respeito ainda a essa concepção histórico- crítica da educação, Oliveira e Andrade (2006, p. 70) acrescentam que

Na concepção histórico-crítica, a educação, aqui, em nível superior, é compreendida como instrumento de luta, pois a partir do conhecimento sistematizado da realidade é possível agir sobre ela, inclusive transformado-a. A educação é entendida, portanto como uma atividade mediadora da prática social global, que contribui para um movimento maior de alterações/superação das relações sociais como estão postas.

A Universidade, enquanto espaço de formação acadêmica e profissional também tem sofrido os impactos das transformações ocorridas no mundo do trabalho, principalmente as universidades públicas e aquelas que têm primado por uma educação de qualidade pautada em uma visão histórico-crítica. Tal afirmativa pode ser verificada nas tendências atuais do ensino superior no Brasil, onde há uma expansão de cursos superiores privados e aqueles não presenciais, preocupados muito mais com a lucratividade do que com a qualidade do ensino.

Tal processo de expansão das instituições de ensino superior privadas, iniciado no governo FHC, cresceu no governo Lula, conforme observa Boschetti (2004, p. 19-20):

Os dados do censo do ensino superior, divulgados pelo INEP no final de 2003, revelam as tendências do crescimento acelerado deste nível de ensino no Brasil nos últimos anos. São dados impressionantes e mostram que, entre 1998 e 2003, anos que abrangem o segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso e o começo do governo Lula, houve um crescimento de 107% dos cursos presenciais de graduação. Em 1998, existiam 6950 cursos de graduação e, em 2003, já totalizavam 15.006. Neste período, foram criados em média 1490 cursos por ano, 124 por mês e 4 novos cursos a cada dia. Num país onde apenas 9% da

população entre 18 e 24 anos tem acesso ao ensino superior, esta expansão pode significar uma importante medida de ampliação do acesso dos jovens ao ensino superior. O problema é que a aceleração na abertura de cursos, induzida governamentalmente, é uma tendência de crescimento forçado e orientado por uma política neoliberal que prioriza o ensino superior privado e não a expansão do ensino público.

Com isso, a concepção de uma Universidade pública, gratuita e de qualidade, tem sido objeto de discussões e críticas ao passo que o ensino superior tem caminhado para uma tendência mercantil e conseqüentemente a formação do aluno tem sido direcionada por uma visão tecnicista, submetida aos ditames neoliberais.

Neste sentido, é que se justifica na atualidade a defesa de uma educação histórico-crítica e uma universidade de qualidade, onde haja a formação de profissionais críticos, conscientes da realidade regional, brasileira e mundial, além de comprometidos ética, teórica e politicamente tendo em vista a afirmação de valores como igualdade, liberdade, justiça e cidadania, valores estes que balizam a formação profissional em Serviço Social e estão explicitados no projeto ético-político e no código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993.

Neste entendimento, a aproximação do Serviço Social com a teoria marxiana nas últimas décadas foi fundamental para um avanço no que diz respeito a apreensão da sociedade como totalidade concreta e das relações sociais contraditórias nela presentes. Foi assim no final da década de 70 que o projeto ético político profissional do Serviço Social foi iniciado culminando com a lei de regulamentação da profissão, as diretrizes curriculares e o código de ética profissional, os quais não representam simplesmente instrumentos legais e formais da profissão, mas também são a expressão de uma cultura profissional em que princípios e valores fundamentam a formação e a prática profissional do assistente social.

Desta forma, é importante esclarecer que

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o

reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 2007, p. 4).

No caso do projeto ético-político do Serviço Social, a sua direção é claramente anticapitalista vinculado aos interesses da classe trabalhadora na medida em que tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central; o compromisso com a autonomia, bem como com a qualidade dos serviços prestados à população.

Este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. Se posiciona também a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais, além da ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.

Defende ainda o aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida. O projeto ético-político do Serviço Social aponta assim, a importância da articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios do Código de ética profissional e com a luta geral dos trabalhadores.

O Código de ética profissional e a lei de Regulamentação da profissão (Lei n.º 8.662, de 7 de Junho de 1993) são desta forma instrumentos normativos que materializam o Projeto Ético-Político profissional construído pela categoria profissional. Eles fortalecem e respaldam as ações profissionais na direção de um projeto em defesa dos interesses da classe trabalhadora e que aponta a busca de articulação com outros sujeitos sociais na construção de uma sociedade anticapitalista sem, portanto, a exploração do homem pelo homem e onde o trabalho tem um sentido emancipador.

Neste aspecto é que também as atuais diretrizes curriculares propostas pela ABEPSS, como produto de constantes debates e oficinas realizadas a partir de 1994, contém em si uma visão clara da direção social da profissão, da tendência política hegemônica, de processos que devem ser repensados em relação ao Serviço Social; ou seja, de componentes que dizem respeito não apenas a

conteúdos, mas a princípios, concepções e diretrizes referentes tanto a formação profissional como à prática profissional.

Portanto,

O currículo, longe de constituir uma simples justaposição de conteúdos programáticos, é a expressão de um conjunto de concepções, é a explicitação de tendências políticas, teóricas e metodológicas que são imanentes à direção social que se deseja imprimir a um projeto de formação profissional, incorporado a um projeto educacional. Significa, pois, um meio articulado e intencional de formação, não podendo ser reduzido a simples definição de disciplinas que irão compor a grade curricular. (OLIVEIRA; ANDRADE, 2006, p.72).

Referindo-se ao significado desse momento histórico na trajetória da profissão, lamamoto (2007, p. 50) ressalta que:

A década de 80 foi extremamente fértil na definição de rumos técnico-acadêmicos e políticos para o Serviço Social. Hoje existe um projeto profissional, que aglutina segmentos significativos de assistentes sociais no país, amplamente discutido e coletivamente construído ao longo das últimas décadas. As diretrizes norteadoras desse projeto se desdobram no Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social e, hoje, na nova Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.

Esse projeto de profissão e de formação profissional, hoje hegemônico, é historicamente datado. É fruto e expressão de um amplo movimento da sociedade civil desde a crise da ditadura, afirmou o protagonismo dos sujeitos sociais na luta pela democratização brasileira. Foi no contexto de ascensão dos movimentos sociais, das mobilizações em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988, das pressões populares que redundaram no afastamento do presidente Collor- entre outras manifestações-, que a categoria dos assistentes sociais foi sendo questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil.

[...]

Assim sendo, tanto a formação profissional quanto o trabalho de Serviço Social, nos anos 1980, se solidificaram, tornando possível, hoje, dar um salto qualitativo na análise sobre a profissão.

No entanto, importa ressaltar que o contexto de ofensiva do pensamento burguês das últimas décadas e a conjuntura atual de desmonte de direitos e exploração do trabalho afetaram significativamente a profissão no seu aspecto tanto formativo quanto à prática.

Como apontado anteriormente, o processo de expansão das instituições de ensino superior sob a lógica do Mercado em que busca-se o lucro em detrimento de um ensino de qualidade acaba por interferir na afirmação do Projeto Ético-

Político na formação profissional e conseqüentemente na prática profissional. Portanto, sob esse entendimento, o primeiro grande desafio diz respeito à formação profissional, ou seja, concretizar uma prática profissional direcionada pelo projeto profissional torna-se algo mais difícil se primeiramente não houver uma preparação teórico-metodológica e técnico-operativa respaldada pelo projeto.

O que se vê hoje, portanto, é a expansão de cursos de Serviço Social com disciplinas desconectadas do currículo mínimo aprovado pela ABEPSS e distantes do direcionamento do Projeto Ético-Político⁸ além de uma formatação que acentua o pragmatismo como fundamento da profissão em detrimento dos fundamentos teóricos-metodológicos elencados no currículo mínimo da ABEPSS.

Percebemos, na atualidade, inúmeros cursos de curta duração cuja conexão entre ensino, pesquisa e extensão está longe de ser considerada. Essa característica tem impossibilitado assim a apreensão de conteúdos que possibilitem uma aproximação mais profunda com a teoria que apreende a realidade em sua totalidade e permeada por relações contraditórias.

Por outro lado, há também certo descompasso entre o que é ensinado na academia no que diz respeito à apreensão crítica de conteúdos em especial aqueles que se aproximam da teoria social de Marx e a continuidade destes estudos na prática profissional. Referimo-nos à falta de estratégias no espaço de atuação que visam a apreensão crítica da prática profissional, característica acentuada ainda mais pelo imediatismo presente no cotidiano profissional.

Desse modo, deixamos claro que a quantidade e emergência dos problemas cotidianos que se colocam aos assistentes sociais, principalmente àqueles que estão “na ponta” da atuação profissional, a exemplo dos que executam serviços ligados às Políticas Sociais, acabam por “sufocar” o desenvolvimento de

⁸ Neste contexto, pode-se observar, por exemplo, a adoção em muitos cursos a distância de apostilas com conteúdos distantes do que se poderia chamar de uma reflexão crítica da sociedade capitalista e suas contradições. Tal afirmação parte de observações feitas por nós enquanto docente na área de Serviço Social e também pesquisando grades curriculares de cursos de Serviço Social em faculdades privadas do Maranhão. Em uma destas pesquisas tive acesso a uma apostila de uma disciplina denominada “Responsabilidade Social” em que foi perceptível conteúdos ligados totalmente a uma exaltação do terceiro setor e da filantropia empresarial. Cito ainda outras disciplinas presentes nos cursos de Serviço Social sob a mesma lógica como “Empregabilidade” e ainda a ausência de coordenadores formados em Serviço Social na coordenação de cursos de Serviço Social em faculdades privadas.

alternativas para buscar as raízes e contradições de tais problemas que se colocam no cotidiano profissional.

Tal reflexão parte também do entendimento de que mesmo aquelas práticas profissionais direcionadas pelo projeto ético– político, elas estão “dialeticamente determinadas tanto por um ‘complexo causal’, como por circunstâncias, que mesmo antecipadas em planejamento, se deparam com o imprevisível no momento de sua realização.” (VASCONCELOS, 2015, p. 342).

É neste contexto que se reforça entre segmentos dos assistentes sociais, que há um distanciamento entre “teoria” e a “prática” como se fossem duas vias totalmente distintas. Também podemos apontar que o próprio desenho das Políticas Sociais, como a Assistência Social, cujo acesso acaba sendo de forma burocratizada na medida em que estabelece critérios de seletividade para acesso a programas e benefícios (como os verificados no acesso ao BPC, a inserção no Cadastro Único, etc...), o cotidiano do assistente social se reduz muito mais a práticas que reforçam o praticismo.

Neste aspecto, compreendemos ainda que a incorporação de conceitos que atualmente estão tão comuns no cotidiano profissional como “empoderamento do indivíduo”, “desenvolvimento de potencialidades”, etc. podem contribuir para a reprodução de ideias conservadoras que ressaltam dentre outras coisas apenas a subjetividade do indivíduo e não a sua condição objetiva de classe. São conceitos que são introduzidos na prática profissional de uma forma acrítica, reproduzindo ideias neoliberais, carregados de um discurso “a favor da classe trabalhadora”.

Dessa forma, podemos compreender, neste aspecto, que o assistente social está, independente da consciência e da intencionalidade de suas ações favorecendo ou a classe trabalhadora ou a classe dominante (VASCONCELOS, 2015).

Por outro lado, podemos ainda ressaltar que a cultura neoliberal enquanto uma forma de pensar que tenta inculcar na mente dos indivíduos que o mais importante é o saber puramente técnico, “prático”, impõe também essas requisições para as profissões em geral como o Serviço Social. Neste aspecto, é que tem sido desprezado no dia a dia as análises que vão além da aparência. Na verdade, há o que se poderia chamar de uma equalização entre aparência e essência em que o imediato aparece como o real e por vezes como algo individual, ou seja, negam-se

as análises que ultrapassam a aparência da realidade social, negam-se as suas contradições.

Outro aspecto ainda destacado, é o ecletismo presente no cotidiano profissional com uma mistura de posturas ora conservadoras, ora na perspectiva de luta pelos direitos da classe trabalhadora, ainda que em nome do Projeto Ético-Político. Nesse sentido, o Projeto ético-político tem como um de seus princípios a defesa do pluralismo com respeito às correntes democráticas existentes. No entanto é importante entender que o pluralismo não significa ecletismo, mas a abertura para o debate de ideias, entre posturas diferentes, o que é fundamental para que se tenha uma ampliação do conhecimento, mais abrangente. Segundo Coutinho (1991, p. 14):

Pluralismo, no terreno da ciência natural ou social, não é assim sinônimo de ecletismo. É sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que essa posição, ao nos advertir para os nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento da nossa posição e, de modo geral, da ciência.

Somado a este ambiente cultural do pragmatismo, do imediatismo, do ecletismo, tem-se ainda um conjunto de determinações da dinâmica do capitalismo que desenvolve e reatualiza formas de exploração do trabalhador, o que afeta substancialmente as relações desenvolvidas no âmbito institucional, espaço de trabalho do assistente social, quais sejam: as relações com os usuários, a relação com outros profissionais, a relação com a instituição, etc.

Nesses termos, podemos apontar, por exemplo, que na atual conjuntura de focalização das políticas sociais e de redução de recursos destas, o assistente social vê-se diante de limites impostos no âmbito institucional que reforçam uma prática mais ligada à resolução de problemas imediatos ou de “acolhimento” do usuário para o mero repasse de informações pontuais.

Para o capital, é fundamental que diante de suas crises haja a reprodução de padrões de comportamento, difusão de ideias com aparência de liberdade que na verdade sejam compatíveis com as necessidades de reprodução do sistema.

Nesse aspecto, a reprodução do sistema passa necessariamente pela formação de uma cultura que busque a conformação da classe trabalhadora através, por exemplo, de uma aparente participação equânime na sociedade e da riqueza

socialmente produzida e ainda de criminalização de todo e qualquer movimento que conteste a ordem do sistema.

Não são raras, assim, a difusão de informações que culpabilizam os trabalhadores pela sua condição de pobreza, ou a estigmatização destes quando “beneficiários” de alguma política social.

A cultura que vem sendo difundida internacionalmente sob a égide do neoliberalismo, e neste caso, o Brasil tem a seguido à risca é que são necessárias reformas no âmbito social para o bem-estar da sociedade. Desta forma, uma das primeiras consequências destas medidas é a “mutilação dos direitos sociais” (MOTA, 2015).

Tal mutilação ocorre principalmente na esfera do trabalho em que os processos de reestruturação produtiva expresso nas modificações nos padrões de produção, organização e gestão da força de trabalho afetam consideravelmente os direitos trabalhistas. Neste caso, o assistente social padece nestes processos ao se inserir na esfera de compra e venda da sua força de trabalho.

Portanto, não podemos desconsiderar que a condição de trabalhador assalariado do assistente social e a sua relativa autonomia (IAMAMOTO, 2007) faz com que este sofra todos os processos de exploração do trabalhador como a necessidade de vender a sua força de trabalho em troca de um salário cada vez mais ínfimo para o atendimento de suas necessidades básicas e as exigências presentes no contexto institucional. Neste sentido, não é o assistente social, por exemplo, que vai determinar os usuários que irá atender, a quantidade que irá atender ou quais os recursos ou benefícios que irá repassar para os mesmos.

É cada vez maior a quantidade de profissionais que vivem no cotidiano profissional com explorações de toda ordem (sobrecarga de trabalho, pressão para cumprimento de prazos, metas, etc.) além do não respeito às competências e atribuições garantidas na Lei de Regulamentação da profissão. Como assegurar, assim, condições concretas de enfrentamento das reais situações de exploração do assistente social e ainda dar um direcionamento vinculado ao projeto ético-político em sua prática se ele mesmo como trabalhador assalariado sofre como já ressaltado anteriormente, todas as condições aviltantes do trabalho na sociedade capitalista?

E ainda: como enfrentar a atual conjuntura de desemprego estrutural em que o exército de reserva de assistentes sociais só tem aumentado e há ainda uma

gradual substituição deste profissional por outras funções como educador social, técnico social ou visitador social no trabalho com políticas sociais, além de outras áreas?

Neste contexto é emergente o papel de fiscalização dos órgãos da categoria que não se restrinjam simplesmente à tarefa de fiscalizar o exercício ilegal da profissão, mas de exigir das instituições empregadoras de assistentes sociais condições de trabalho e requisições institucionais condizentes com as prerrogativas legais da profissão.

Por outro lado, entendemos também que a falta de atitude investigativa no cotidiano de trabalho do assistente social acaba por impedir essa ação de reflexão sobre a realidade e de dar direcionamentos a favor da classe trabalhadora. Atitude investigativa entendida como

Uma postura aberta do sujeito para investigar, a permanente curiosidade, expectativa para aprender e entender o inesperado, o acaso, o que extrapola suas referências e o leva a ir além. A atitude investigativa consiste numa postura inquieta e curiosa, por isso é fundamental na bagagem cotidiana do profissional. A ausência dessa postura pode levar à cristalização das informações, à estagnação do aprendizado profissional, o que, conseqüentemente, comprometerá o compromisso do assistente social com a qualidade dos serviços prestados à população usuária. (FRAGA, 2010, p. 7).

Neste aspecto, consideramos que a atitude investigativa do profissional possibilita que este possa refletir sobre as contradições, possibilidades e limites presentes no cotidiano profissional e não cair no mero pragmatismo que conforme Faleiros consiste “numa atitude voltada para a solução de problemas imediatos, sem pensar e refletir as conseqüências teóricas e históricas desta ação imediata.” (FALEIROS, 1986, p. 5).

Vale ressaltar que essa atitude investigativa não é exclusiva daqueles profissionais que estão na academia. Deve ser algo presente no cotidiano dos assistentes sociais que trabalham, por exemplo, com as políticas sociais, na relação com os usuários, nos contextos institucionais permeados por limitações. O cotidiano profissional é assim um terreno fértil para se desvendar as relações impostas no dia a dia e problematizar a realidade social.

Não se trata aqui de culpabilizar os profissionais que não realizam cotidianamente esse movimento de ida e volta de questionamento e problematização das expressões do real, mas de entender que os grilhões da

ignorância que o capitalismo tenta colocar a nós enquanto classe trabalhadora podem ser quebrados (e é claro que isso depende também da correlação de forças presentes nas diferentes esferas da vida social) na medida em que fazemos um esforço de análise das reais contradições que permeiam a sociabilidade capitalista, se não acabaremos por cair naquilo que lamamoto (2007) denomina como “fatalismo”.

Sobre isto, Montañó (1997, p. 15) aponta que

o primeiro passo para quebrar com o conservadorismo no campo da intervenção profissional, assumindo a responsabilidade e o desafio de enfrentar as demandas novas ou emergentes, significa imbuir-se do conhecimento crítico sobre a dinâmica da realidade. Neste conhecimento do social, o diálogo com as teorias sociais em geral deve ser fluído e constante. E para manter uma relação horizontal com as demais disciplinas sociais, o Serviço Social como um todo deve produzir também conhecimento teórico científico sobre as relações e questões sociais, deve aportar elementos ao debate teórico e não apenas recebê-los de fora (como é costume se fazer fundamentalmente nas áreas temáticas tradicionais de intervenção profissional) e, ainda, deve pesquisar a realidade social.

Não compartilhamos com o entendimento de que o Projeto Ético Político é algo inviável. Ao contrário, na atualidade, torna-se mais ainda um instrumento fundamental diante da barbárie que estamos vivendo.

O Projeto ético político construído a partir do movimento de Reconceituação do Serviço Social, conforme afirmado anteriormente, não é a mediação, mas sim um norte, um direcionamento. Ou seja, não se trata de querer “aplicar” o projeto ético político profissional no dia a dia como se fosse uma “receita de bolo”. Trata-se de uma perspectiva, um horizonte que norteia não somente a formação profissional, mas também a prática interventiva na dinâmica da sociedade em que o Serviço Social está inserido e possui um vínculo com o projeto emancipatório das classes sociais.

Neste sentido, também é importante entendermos que não cabe ao assistente social o dever de “revolucionar” a sociedade, ou da transformação social. A transformação social, a construção de uma nova ordem societária é um processo complexo que cabe ao conjunto de todos os trabalhadores, incluindo neste caso o assistente social, embora nem todos se percebam nesta condição.

4 A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: recuperação histórica-conceitual.

4.1 Demarcações históricas-conceituais da Política de Assistência Social

A passagem do Estado liberal para o Estado Social no final do século XIX e início do século XX nos países de capitalismo avançado trouxe mudanças referentes às políticas sociais. Nesse período, caracterizado pela ampliação de direitos sociais, os movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora foram fundamentais como mostra Behring (2011, p. 67):

O enfraquecimento das bases materiais e subjetivas de sustentação dos argumentos liberais ocorreu ao longo da segunda metade do século XIX e no início do século XX, como resultado de alguns processos políticos-econômicos, dos quais vale destacar dois. O primeiro foi o crescimento do movimento operário, que passou a ocupar espaços políticos e sociais importantes, como o parlamento, obrigando a burguesia a “entregar os anéis para não perder os dedos”, diga-se, a reconhecer direitos de cidadania política e social cada vez mais amplos para esses segmentos (...) o segundo e não menos significativo processo foi a concentração e monopolização do capital, demolindo a utopia liberal do indivíduo empreendedor orientado por sentimentos morais.

O processo de implantação gradativo de políticas sociais no contexto dos países de capitalismo avançado teve como terreno as crises econômicas, em destaque a crise de 1929 que colocou em cheque os pressupostos do liberalismo econômico, e a intensa luta de trabalhadores por direitos sociais.

No caso do Brasil, cujo processo de desenvolvimento das bases tipicamente capitalistas foi diferente dos países de capitalismo central, a implantação das políticas sociais veio com algumas particularidades históricas.

Em primeiro lugar, devemos considerar que o processo de colonização do Brasil serviu à acumulação do capital nos países centrais (PRADO Jr., 1991), processo este de dependência que até hoje é sentido nas dimensões econômicas, políticas e sociais da nossa sociedade.

Segundo, porque mesmo depois da Independência do Brasil em 1822, vários elementos conservadores permaneceram como a dependência do mercado externo ao mesmo tempo em que elementos mais “modernizadores” eram incorporados na sociedade.

Como ressalta Coutinho (2008), o nosso processo de independência representou uma espécie de rearranjo entre frações das classes dominantes e longe de ser um rompimento com a ordem estatal e socioeconômica anterior.

Em relação às políticas sociais no Brasil, devido às permanentes marcas do escravismo ainda presentes no contexto do desenvolvimento do capitalismo, não houve “uma radicalização das lutas operárias, sua constituição em classe para si, com partidos e organizações fortes.” (BEHRING, 2011, p. 78). A questão social e consequentes desigualdades inerentes ao modo de produção capitalista é colocada na pauta política a partir do século XX. Para Coutinho (2008), o movimento liderado por Getúlio Vargas contribuiu para a transição do Brasil para o capitalismo sendo que o principal protagonista da industrialização foi o próprio Estado, um Estado “burguês- intervencionista e corporativista.” (COUTINHO, 2008, p.113). Portanto, o período conhecido como “período populista” veio acompanhado de uma noção de modernização, ou seja, o desenvolvimento econômico impulsionado pelo Estado, mas no campo das Políticas Sociais, uma fraca expansão e com formato corporativista e fragmentado.

Nos períodos da ditadura militar, houve uma expansão das Políticas Sociais no Brasil, porém ainda com uma configuração de tutela e favor.

No período tecnocrático-militar (1964-1985) caracterizado por um Estado tecnocrático, centralizador e tendo como base um modelo econômico concentrador, excludente e que valorizava o capital estrangeiro, as políticas sociais eram entendidas como consequências do desenvolvimento econômico. Para Pereira 2002, p. 137):

Até 1974, os governos militares foram fundo na persecução da eficiência econômica e na defesa do sistema capitalista, optando por usar a repressão cruenta aos direitos civis e políticos para alcançar essa meta. Só a partir de 1975 é que, emaranhado nos desacertos internos e externos desse propósito, tais governos demonstraram, ao lado do crescimento relativo obtido na área econômica, uma inusitada preocupação com os mais pobres.

Conforme ressalta a autora supracitada, essa “preocupação” com os pobres foi, na verdade, uma estratégia de reaproximação do Estado com a sociedade, principalmente as massas, com o intuito de dar respostas aos descontentamentos da sociedade civil.

No período conhecido como “transição democrática”, várias conquistas democráticas se fizeram presentes no país, especialmente no campo da proteção social, conforme ressalta Pereira (2002, p.148):

Data dessa época, a inclusão, pela primeira vez na história política do país, da assistência social (com a proposta de satisfação de “mínimos sociais”) numa Constituição Federal, na condição de componente (integral e endógeno) do Sistema de Seguridade Social e de direito de cidadania.

Mas toda essa conquista não veio de uma forma simples, importante ressaltar. Todas elas vieram a partir de uma intensa mobilização da sociedade, de lutas por direitos sociais, as quais culminaram na Constituição Federal de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”. Nela, vários conceitos se tornaram fundamentais para o entendimento das políticas sociais, não mais como favor, mas como direito do cidadão e dever do Estado.

Neste sentido, avanços fundamentais foram perceptíveis nas novas diretrizes contidas na Constituição, especialmente no campo da Assistência Social como bem ressalta Pereira (2002, p. 156):

Foi, contudo, no terreno da Assistência Social que a Constituição Federal de 1988 mais se diferenciou das Constituições passadas, ao encampar um projeto que se tornou revolucionário- de transformar em direito o que sempre foi tratado como favor e de reconhecer os “desamparados” como titulares ou sujeitos de direitos. Para tanto, rompeu com a prática assistencialista largamente utilizada como instrumento de barganha populista ou de patronagem política, herdada da era Vargas, bem como o padrão eminentemente contributivo de proteção social.

Em 1993, temos a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8742, que veio para regulamentar a Assistência Social, estabelecendo critérios e diretrizes para sua organização.

Tendo como base o disposto no artigo 194 da Constituição Federal, a LOAS definiu a Assistência Social como

Direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993b).

Outras garantias na época foram também o estabelecimento de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que não

disponham de meios para a sua própria manutenção ou não possam ser mantidos por sua família- o benefício de prestação continuada (BPC).

No entanto, no caso do Brasil, mal foram estabelecidos esses avanços a nível constitucional, uma onda de argumentos contra esses avanços tenta desconstruir aquilo que com muita luta estava sendo concretizado, favorecida pelo ideário neoliberal já em implantação nos países de capitalismo avançado.

Em que pese o fato de o neoliberalismo enquanto projeto econômico e político-ideológico contra o Estado intervencionista ou de bem-estar, ser gerado na região da Europa e na América do Norte, países de capitalismo central; suas influências perniciosas atingiram, profundamente, os países de economia periférica como é o caso do Brasil.

Na época do auge de crescimento econômico do capitalismo nos países de economia avançada, na chamada “idade do ouro” ou “anos dourados”, as prerrogativas neoliberais não encontraram um terreno favorável para serem implantadas. No entanto, com a crise do padrão keynesiano fordista, as condições para adoção das medidas neoliberais estavam dadas, conforme ressalta Anderson (1995, p.10):

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicatórias sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

Neste sentido, o Estado para o neoliberalismo, teria como função intervir em tudo aquilo que estivesse dificultando o avanço da ideologia neoliberal; porém, na área econômica, as intervenções estatais seriam os mínimos possíveis. E embora houvesse variações das mais diversas entre os países que adotaram o modelo neoliberal, um pacote de medidas fora proposto para que a acumulação capitalista se mantivesse.

As regras do Consenso de Washigton⁹ foram as diretrizes para que os países se adequassem para retomar o crescimento econômico. Entre as regras, podemos destacar: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; abertura comercial; investimento estrangeiro direto com eliminação de restrições; privatização das estatais e desregulamentação das leis econômicas e trabalhistas.

Portanto, as Políticas sociais a partir deste período, adquiriram uma conotação longe do que se poderia chamar de direito. Medidas como a diminuição do orçamento destinado a elas foram colocadas como primordiais, pois para as classes defensoras do neoliberalismo, a estabilidade monetária estava sendo afetada devido aos gastos com Políticas Sociais.

Neste aspecto, o princípio da universalidade das Políticas Sociais vai aos poucos se definindo transformando-as em meras medidas compensatórias, focalizadas às camadas sociais mais vulnerabilizadas.

Instala-se ainda no campo dos direitos trabalhistas uma série de medidas que acabaram por influenciar o movimento operário. O contexto de desemprego, de rebaixamento de salários e de ameaças acabou enfraquecendo o movimento de organização política dos trabalhadores que passaram a lutar muito mais para sobreviver do que lutar ofensivamente por direitos sociais. Portanto, se nos “anos dourados” havia uma política trabalhista de pleno emprego e de benefícios sociais, depois da onda neoliberal, a supressão de direitos sociais, a fragmentação no atendimento às necessidades sociais e o enfraquecimento do movimento sindical foi evidente.

A incorporação dos países de economia periférica nos ditames do programa neoliberal veio logo em seguida. A “necessidade” de se inserir no processo de globalização, de aumentar os investimentos estrangeiros na economia nacional ao lado da crise econômica desde o início dos anos 1980, no caso

⁹ O Consenso de Washington foi uma recomendação internacional elaborada em 1989, que visava a propalar a conduta econômica neoliberal com a intenção de combater as crises e misérias dos países subdesenvolvidos, sobretudo os da América Latina. Sua elaboração ficou a cargo do economista norte-americano John Williamson. As ideias defendidas por Williamson ficaram conhecidas por terem se tornado a base do neoliberalismo nos países subdesenvolvidos, uma vez que depois do Consenso de Washington, os EUA e, posteriormente, o FMI adotaram as medidas recomendadas como obrigatórias para fornecer ajuda aos países em crises e negociar as dívidas externas. (PENA, 2017)

brasileiro, abriram caminho para conduzir o programa neoliberal. Neste aspecto, para Santos (2002, p. 31):

[...] são os países periféricos e semiperiféricos os que mais estão sujeitos às imposições do receituário neoliberal, uma vez que este é transformado pelas agências financiadoras multilaterais em condições para a renegociação da dívida externa através dos programas de ajustamento estrutural.

No caso do Brasil, os progressos constitucionais foram logo alvos de ideias reformistas que se iniciaram no governo Sarney, foram reforçadas no governo Collor e se intensificaram no governo Fernando Henrique Cardoso (PEREIRA, 2002), digam-se: reformas em favor do mercado, principalmente na área social:

- a) Retorno da prática assistencialista pulverizada e passível de manipulação clientelista e fisiologista, de antiga memória, como, por exemplo, a desenvolvida por meio do Programa de Ação Comunitária comandado pela Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC), vinculada diretamente à Secretaria de Planejamento da Presidência da República [...];
- b) Paralisação, descontinuidade, retrocesso, extinção ou engavetamento de várias conquistas ou propostas reformistas, tais como: estancamento do projeto de reforma agrária, com extinção, inclusive, do Ministério que levaria a cabo tal projeto (Ministério da Reforma Agrária); fechamento do Banco Nacional de Habitação (BNH), com transferência de suas funções para a caixa Econômica Federal, seguido do processo de engavetamento do projeto de reforma do sistema financeiro de habitação [...];
- c) Redução orçamentária e desmonte institucional na área social, atingindo mais severamente os setores de transporte público, alimentação e reforma agrária;
- d) Franca oposição governamental aos avanços constitucionais, com o uso inclusive de manobras que visavam retardar ou dificultar a regulamentação de vários dispositivos da Lei Maior ou mesmo descumprir esses dispositivos. Segundo Azevedo (*apud* Fagnani, 1996:88), a área mais duramente atingida por esses expedientes foi a do financiamento da Seguridade Social. (PEREIRA, 2002, p. 158).

Ao longo da história do Brasil, como apontado na discussão acima, as Políticas Sociais se caracterizaram por sua subordinação a interesses de rentabilidade do capital, ocasionando assim, por vezes, ações focalizadas nos mais pobres ou nos trabalhadores fundamentais para a reprodução do capital. Da mesma forma, a Política de Assistência se caracterizou por muito tempo, por uma prática assistencialista, de favor para as classes subalternas.

No entanto, com a Constituição Federal de 1988, a Política de Assistência Social adquire um novo patamar dentro do Sistema de Seguridade Social,

assumindo a lógica do direito social como bem ressalta Yazbek:

A Constituição Federal em vigência no país desde 1988 (capítulo II artigos 194 a 204) e a Lei Orgânica da Assistência Social – Loas (1993) trouxeram a questão para um campo novo: o campo da Seguridade Social e da proteção social pública, “campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, iniciando um processo que tem como horizonte torna-la visível como política pública e direito dos que dela necessitarem”. (YAZBEK, 1995 apud COUTO, 2012, p.10).

Tendo como base a Constituição Federal de 1988, foi criada uma Lei complementar que trouxe regulamentações para as ações, onde foram definidos os objetivos e responsabilidades dessa política. Posteriormente a vários projetos de Lei apresentados, no dia 07 de dezembro de 1993, a Lei 8.742/93- Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi sancionada pelo então Presidente da República Itamar Franco.

Também foi aprovada pela Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), como resultado de amplas mobilizações a nível nacional e de vários atores sociais que contribuíram para a sua construção. A mesma vem materializar as diretrizes da Loas e os princípios enunciados na Constituição Federal de 1988, entendendo a Assistência Social Brasileira, no campo da Seguridade Social.

Apontamos também que em 2011 foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff, a Lei no. 12.435, que complementa a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS, conforme disposto na referida lei tem os seguintes objetivos:

- I - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva;
- II - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma do art. 6o-C;
- III - estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;
- IV - definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais;
- V - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social;
- VI - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e
- VII - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.(BRASIL, 2011d)

A PNAS aponta a Assistência Social como Proteção Social não

contributiva, direcionada para a realização de ações com o intuito de proteger os cidadãos contra riscos sociais inerentes aos ciclos de vida e para o atendimento das necessidades sociais. Ela propõe também um pacto federativo entre os três entes federados, no qual os três níveis de governo tem suas atribuições e responsabilidades na provisão das ações socioassistenciais, em conformidade com o preconizado na LOAS.

Também, podemos destacar na LOAS, a referência à necessidade de a Política de Assistência Social ser realizada de forma integrada às demais políticas sociais:

A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (BRASIL, 1993b, p. 7).

Tal perspectiva é ao mesmo tempo essencial no campo das políticas públicas e desafiadora, pois ao entender que a população tem necessidades sociais a serem supridas, impõe o fato de que a Assistência Social para se realizar precisa estar articulada com outras políticas setoriais. E para isto, a superação da fragmentação no atendimento às necessidades sociais torna-se fundamental.

Outro aspecto que chama atenção está relacionado à organização da Assistência Social, a qual tem como base as seguintes diretrizes:

- I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;
- II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo. (BRASIL, 1993b, p. 9).

Entendemos assim que a Política de Assistência Social estabelece a questão da participação dos indivíduos como destinatários da Política através do controle das ações, articulação por meio das organizações políticas, principalmente por meio dos Conselhos municipais, estaduais e federais.

O controle social, neste sentido, deve voltar-se dentre outras ações, para a fiscalização dos padrões de qualidade dos serviços socioassistenciais, dos

recursos alocados e pela execução orçamentária de forma a garantir que os mesmos sejam aplicados com efetividade e transparência.

Compreendemos assim, pela leitura da Política de Assistência Social, que a participação popular é fundamental para o próprio avanço desta, tendo em vista que foi por meio da mobilização popular que importantes direitos foram conquistados. Neste sentido, conforme ressalta Pereira (2000), muda-se a concepção dos usuários da Política de Assistência Social de meros clientes em sujeitos com direito à proteção social sob responsabilidade do Estado.

Outra dimensão, que cabe destacar, refere-se à lógica da organização da Assistência Social. Segundo a Lei no. 12.435 de 06 de julho de 2011, a Assistência Social organiza-se através do SUAS que se apresenta em dois níveis de atenção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (de alta e média complexidade).

A Proteção Social Básica

apresenta caráter preventivo e processador da inclusão social. Tem como objetivos prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos dentre outros) e/ou, fragilização de vínculos afetivos-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, entre outras). (BRASIL, 2005b, p.27).

A Proteção Social Básica se estabelece através dos diversos serviços, os quais são executados de forma direta nos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), ou de forma indireta pelas entidades e organizações de Assistência Social da área de abrangência dos CRAS, sob coordenação do órgão gestor da política de Assistência Social.

Nesse sentido, a proteção social básica, dentro da PNAS aponta que seu objetivo principal é desenvolver a autonomia do cidadão por intermédio de suas potencialidades, fazendo com que no decorrer desse processo possam surgir aquisições fortalecendo os vínculos com sua família e comunidade. O público dessa proteção são assim, aqueles que estão vulneráveis socialmente seja pela pobreza, seja pela fragilização dos seus vínculos afetivos. Também estão incorporados na configuração da proteção social básica os serviços, programas e projetos, bem como os benefícios de prestação continuada (BPC) e os benefícios eventuais.

Em relação à Proteção Social Especial, esta conforme a PNAS deve ser

voltada para indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal e social decorrentes de diversas situações. Dentre elas: abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, etc.

Seus serviços se dividem em:

- a) Serviços de Média Complexidade: ocorre quando os indivíduos tiveram seus direitos violados, mas os vínculos familiares ainda não foram rompidos;
- b) Serviços de Alta Complexidade: ocorre quando os indivíduos tiveram seus direitos violados e os vínculos familiares foram rompidos. Neste serviço, moradia, alimentação, higienização são garantidos. Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente físico adequado que se assemelhem o mais próximo possível do ambiente familiar. São serviços assim executados em unidades residenciais ou institucionais com característica domiciliar.

É importante também destacar que conforme a PNAS 2004, todos esses serviços devem garantir algumas seguranças, conforme (RAICHELIS, 2008, p. 46-47):

[a] *segurança de acolhida*: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços adequados para a realização de ações de recepção, escuta profissional qualificada, informação, referência, concessão de benefícios, aquisições materiais, sociais e educativas. Supõe abordagem em territórios de incidência de situações de risco, bem como a oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média ou longa duração;

[b] *segurança social de renda*: é complementar à política de emprego e renda e se efetiva mediante a concessão de bolsas-auxílios financeiros sob determinadas circunstâncias, com presença ou não de contrato de compromissos; e por meio da concessão de benefícios continuados para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de seguridade social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;

[c] *segurança de convívio*: realiza-se por meio da oferta pública de serviços continuados e de trabalho socioeducativo que garantam a construção, restauração e fortalecimento de laços de pertencimento e vínculos sociais de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança, societários. A defesa do direito à convivência familiar, que deve ser apoiada para que possa se concretizar, não restringe o estímulo a sociabilidades grupais e coletivas que ampliem as formas

de participação social e o exercício da cidadania. Ao contrário, a segurança de convívio busca romper com a polaridade individual/coletivo, fazendo com que os atendimentos possam transitar do pessoal ao social, estimulando indivíduos e famílias a se inserirem em redes sociais que fortaleçam o reconhecimento de pautas comuns e a luta em torno de direitos coletivos;

[d] *a segurança de desenvolvimento da autonomia*: exige ações profissionais que visem o desenvolvimento de capacidades e habilidades para que indivíduos e grupos possam ter condições de exercer escolhas, conquistar maiores possibilidades de independência pessoal, superar vicissitudes e contingências que impedem seu protagonismo social e político. O mais adequado seria referir-se a processos de autonomização, considerando a complexidade e a processualidade das dinâmicas que interferem nas aquisições e conquistas de graus de responsabilidade e liberdade dos cidadãos, que só se concretizam se apoiadas nas certezas de provisões estatais, proteção social pública e direitos assegurados.

[e] *a segurança de benefícios materiais ou em pecúnia*: garantia de acesso à provisão estatal, em caráter provisório, de benefícios eventuais para indivíduos e famílias expostas a riscos e vulnerabilidades circunstanciais, de emergência ou calamidade pública.

Outro ponto fundamental se refere ao financiamento que a partir da Política de Assistência Social traz uma nova configuração através do cofinanciamento baseado em pisos de proteção social básica e especial e em repasses fundo a fundo em cada esfera de governo, de acordo com os critérios de partilha e elegibilidade de municípios, estados e o Distrito Federal, pactuados nas comissões intergestoras e aprovados pelos conselhos de Assistência Social.

Desta forma é previsto dentro da Política, recursos das três esferas de governo, trazendo assim o fundamento da corresponsabilidade que perpassa a proteção social brasileira. Além disso, cabe ao órgão gestor da Política de Assistência Social a responsabilidade da administração do fundo e também o controle e fiscalização deste fundo pelos Conselhos de Assistência Social nas suas respectivas esferas.

Em relação aos usuários da Política de Assistência Social, segundo a PNAS (BRASIL, 2004, p. 33), usuários são os cidadãos e grupos

que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de

trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

Finalmente, a PNAS reconhece a necessidade de construção de uma política de recursos humanos que valorize os trabalhadores da Política de Assistência, incluindo neste sentido a realização de concursos, plano de cargos, carreiras e salários e ainda mecanismos para capacitação dos trabalhadores para que estes tenham um arcabouço teórico- técnico-operativo.

Neste aspecto, é perceptível na PNAS a afirmação da necessidade de constantes, planejadas e sistemáticas ações para qualificação dos recursos humanos:

A construção de uma política nacional de capacitação que promova a qualificação de forma sistemática, continuada, sustentável, participativa, nacionalizada e descentralizada para os trabalhadores públicos e privados e conselheiros, configura-se ademais como importante instrumento de uma política de recursos humanos. (BRASIL, 2004, p.56).

Foi seguindo esta linha que a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS, 2006) foi construída através de amplos debates entre os trabalhadores, gestores, conselheiros, etc... para definir, dentre outras coisas, a composição das equipes técnicas de referências (formação, perfil, atributos, qualificação, etc.).

A par de todas estas apontamentos referentes às principais mudanças a partir da LOAS e de outros regulamentos relativos à Política de Assistência Social e considerando todo o desenho desta Política, fruto de amplas mobilizações, lutas e debates em todo o país como assinalado acima, é importante problematizarmos algumas questões que dizem respeito aos principais dilemas em torno da Política de Assistência Social e seus atos normativos levando também em consideração a atual e adversa conjuntura.

No art. 203 da nossa constituição federal afirma-se: “A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.” (BRASIL, 1988, p. 122).

Por esse ângulo, pergunta-se: quais são os indivíduos que necessitam de Assistência Social? Esta é uma pergunta que traz algumas reflexões. Primeiro por que o contexto atual vivido pela classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2015) é desfavorável para esta classe. Se levarmos em consideração que grande parte dos

usuários atendidos pela Política de Assistência Social são aqueles que estão fora do mercado de trabalho ou que não têm acesso a serviços sociais públicos, vamos chegar a um percentual muito grande de pessoas que necessitam ser atendidas pela Assistência Social. E ressalta-se: é um percentual que se amplia cada vez mais. Isto por que além dos que estão na condição de desempregados, existem aqueles que têm algum tipo de emprego, cuja precariedade tem sido marcante na atualidade, e que à vista disso ganham pouco e estão desprovidos de qualquer proteção trabalhista e acabam tendo que acessar os serviços, benefícios e programas socioassistenciais.

É neste contexto que muitos trabalhadores acabam se inserido na informalidade como uma forma de sobrevivência e acessam os programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família como forma de complementar a renda. O contexto em que vivemos, portanto, é adverso!

Segundo, porque consideramos que o Brasil não viveu a experiência do Welfare State no modelo Keynesiano, sistema de proteção social com alguns princípios conforme aponta Mishra (apud BEHRING, 2011, p. 94):

Os princípios que estruturam o Welfare state, [...] são aqueles apontados no Plano Beveridge: 1) responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de Mercado a fim de manter elevado nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais; 2) universalidade dos serviços sociais; e 3) implantação de uma “rede de segurança” de serviços de assistência social.

É neste sentido que Oliveira (1982) aponta que a nossa experiência assemelha-se mais a um *Estado de mal-estar social*. Isto porque embora as bases legais tenham sido construídas a respeito do que talvez poderia ser chamado de Estado de Bem- Estar Brasileiro, a experiência mostrou que o Brasil logo se inseriu nos ditames neoliberais trazendo assim uma retrocesso na efetivação dos direitos sociais.

Ainda nesta linha de pensamento, Sposati caracteriza o Brasil como país de *Regulação Social tardia*, que são aqueles

Nos quais os direitos sociais foram legalmente reconhecidos no último quartel do século XX e cujo reconhecimento legal não significa que estejam sendo efetivados, isto é , podem continuar a ter direitos de papel que não passam nem pelas institucionalidades, nem pelos

orçamentos públicos. (SPOSATI, 2002, p. 2).

Neste segmento, é interessante apontar a questão da “descentralização político-administrativa”, o que em tese seria uma descentralização com transferência de poder de decisão, e de recursos, conforme elencado também pela Norma Operacional Básica (BRASIL, 2012).

O artigo 11º da LOAS (BRASIL, 1993b) coloca, ainda, que as ações que envolvem as três esferas de governo na área da Assistência Social realizam-se de forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera Federal e a coordenação e execução dos programas, em suas respectivas esferas, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Temos ainda a diretriz da “participação” a partir do elencado na Política de Assistência Social e na LOAS, em seu artigo 5º que destaca “a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.” (BRASIL, 2016a, p. 9).

No entanto, conforme algumas discussões apontadas por alguns autores, dentre eles Meszáros (2002), Abreu (2001), Abrucio (2001) e Raichelis (2000), a questão da ideia de descentralização e de participação principalmente na atual conjuntura traz algumas reflexões.

Neste sentido, podemos apontar que a ideia de participação ganha força principalmente a partir da Constituição de 1988, a qual institui o arcabouço jurídico que permitiu a consolidação do regime democrático no Brasil.

Foi nos marcos da Constituição de 1988 que muitas conquistas foram concretizadas, inclusive o reconhecimento dos Conselhos de Direitos, sejam em âmbito municipal, estadual ou federal como instâncias com função deliberativa em relação às Políticas Sociais como é o caso da Política de Assistência Social.

Por outro lado, a ideia de controle social coloca algumas questões importantes como: até que ponto é possível exercer de fato um controle social principalmente em relação ao fundo público? Como é possível tendo em vista a diretriz da participação ressaltada pela Política de Assistência Social, a população de fato exercer o controle sobre o Estado na perspectiva de alcançar os interesses da maioria?

Conforme estudos apontados por Raichelis (2000) alguns problemas relacionados à participação são visíveis como a própria falta de visibilidade do

orçamento da Seguridade Social no que diz respeito aos gastos públicos e detalhamento da gestão dos mesmos por cada ente federativo.

Além disso, como apontado ainda pela autora, “não se estabelece um sistema de informação aos usuários da Política de Assistência Social quanto aos seus direitos e aos meios necessários para sua efetivação.” (RAICHELIS, 2000, p. 116).

Sob este ângulo, conforme Abrucio (2001), a descentralização político-administrativa trouxe alguns impasses. Para ele, muito embora houvesse um aumento significativo de participação dos municípios na receita tributária entre as décadas de 1980 e 1990, outras situações vieram acompanhadas deste processo. Abrucio (2001, p.62) aponta a

[...] multiplicação desenfreada dos municípios, diminuindo a receita dos mais pobres sem criar novas formas de financiamento; gastos públicos sustentados por transferência intergovernamentais sem que a sociedade local controle tal processo- como na elevação impressionante das despesas das Câmaras municipais na década de 90; criação de conselhos de políticas públicas de fachada, para conseguir apoio técnico e financeiro das instâncias de governo superiores e evitar problemas com o Ministério Público; e, finalmente, os processos de corrupção em larga escala em cidades dos mais variados tamanhos [...]

Além disso, como o autor esclarece, a descentralização também trouxe o problema do repasse de funções do âmbito federal para o âmbito municipal criando assim uma instabilidade para os municípios e enfraquecimento na cooperação entre os entes federados. Tal processo, acrescenta ele, ainda trouxe uma competição entre os mesmos em nome da descentralização político-administrativa:

Neste processo, houve o aumento exarcebado da competição entre os entes federativos- por vezes até de forma predatória- e a instituição de poucos instrumentos de coordenação e cooperação intergovernamentais, em sua maioria com pouca eficácia. Em resumo, descobrimos, que descentralização pensada, primordialmente, como o contrário da centralização, não resolverá nossos problemas políticos e administrativos. (ABRUCIO, 2001, p.13).

De fato, concordando com Abrucio (2001), houve um avanço em relação ao modelo de participação anterior centralizador e autoritário, modelo alvo de críticas e de mobilizações e debates que culminaram com a Constituição Federal de 88. No entanto, é importante ressaltar que apesar dos inúmeros avanços, há um paradoxo entre a implementação de novos mecanismos de participação e controle social na

gestão das políticas públicas no contexto brasileiro e a inserção do Brasil na era da ideologia neoliberal.

Neste sentido, para Abreu (1999, p. 64), a institucionalização dos conselhos de direitos reflete

interesses contraditórios de inscrição da sociedade civil no sistema descentralizado e participativo de gestão das políticas públicas. Vincula-se às iniciativas da classe trabalhadora referentes à democratização e universalização das políticas públicas; e aos objetivos neoliberais de descentralização e partilha de poder integrados às estratégias de desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade.

Nesta linha de pensamento, a autora aponta como hipótese que a experiência dos Conselhos de Direitos pode representar muito mais uma estratégia de controle do capital através de um discurso de colaboracionismo entre as classes do que propriamente a luta da classe trabalhadora pela emancipação econômica e política.

Portanto, é necessário refletirmos sobre a função contraditória dos novos mecanismos de participação e controle das políticas públicas, como é o caso da Política de Assistência Social, mecanismos que respondem tanto às demandas das lutas sociais populares e que ao mesmo tempo integram o sistema de controle dominante.

Deste modo, é possível apreender que o capital precisa se utilizar de várias estratégias de controle como forma de também manter a sua hegemonia e que ele “pela sua própria natureza somente pode ser controle.” (MESZÁROS, 2002, p. 991).

Assim a questão da participação e da descentralização de poder se trata de uma forma de fazer com que os indivíduos sejam envolvidos em um pensamento de que todas as suas necessidades estejam sendo atendidas pelo capital o qual tem o Estado como aliado e que pareçam ter poder de decisão sobre o sistema.

Portanto, o capitalismo pela própria necessidade de reprodução, submete

cegamente aos mesmos imperativos os cuidados com a saúde e o comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, impondo impiedosamente seu próprio critério de viabilidade a tudo, das menores unidades de seu ‘microcosmo’ às mais gigantescas empresas transnacionais, e das mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão no âmbito dos monopólios industriais, sempre favorecendo os mais fortes contra os mais fracos. (MÉSZÁROS, 1999, p.86).

Frente a isto, temos ainda outro aspecto que chama atenção na Lei Orgânica da Assistência Social e na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 204. Refere-se à execução das ações na área da Assistência Social que podem também ser organizadas por entidades de Assistência Social tendo como “parceira” a própria sociedade.

CAPÍTULO III

Da Organização e da Gestão

Art. 6º As ações na área de assistência social são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas por esta lei, que articule meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores envolvidos na área. (BRASIL, 1993b, p. 9).

Neste aspecto, a Política de Assistência Social também reforça essa ideia de parceria ao ressaltar que

A gravidade dos problemas sociais brasileiros exige que o Estado assuma a primazia da responsabilidade em cada esfera de governo na condução da política. Por outro lado, a sociedade civil participa como parceira, de forma complementar na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social. Possui, ainda, o papel de exercer o controle social sobre a mesma. (BRASIL, 2004, p. 47).

Seguindo o disposto nos normativos da política de Assistência Social, convém ressaltar os impactos do neoliberalismo para a própria legislação da mesma, bem como sua execução a começar pela centralidade que a Assistência Social ganha no trato à questão social principalmente nos anos 2000, conforme aponta Mota (2010).

Neste sentido, como falado anteriormente, o processo de implantação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil foi diferente comparado aos países europeus e ao norte-americano cuja principal característica foi a constituição de um “capitalismo oligárquico-dependente” (MONTAÑO, 2010). Neste aspecto, ainda hoje é possível percebermos a presença de traços oligárquicos principalmente em municípios com poucos habitantes como é o caso do Maranhão em que o gestor municipal se apresenta como a figura do dono da grande terra “mandando e desmandando” na organização política, econômica, cultural, etc. do município, ou seja, determinando em grande parte as relações sociais constituídas dentro do município. (ARAÚJO, 2013)

Além disso, o capitalismo brasileiro desenvolve-se totalmente dependente do capital financeiro e da política internacional, sendo, portanto, o adequamento ao “ajuste” neoliberal mais uma dessas conformações.

Muito embora o processo de democratização vivido no país na década de 1980 com a culminância em 1988 da Constituição Federal tenha trago bastante avanços apontando para a construção de um Estado de Bem-Estar Social, o contexto para estabelecimento deste tipo de Estado foi bem contraditório pois surge no momento em que internacionalmente haveria um profundo questionamento da intervenção social do Estado. Portanto, o horizonte de consolidação de um Estado de Bem- Estar no Brasil é rapidamente desfocado para uma perspectiva neoliberal. Os anos 90 representam assim no Brasil um momento de conformação às pressões do Consenso de Washigton. É nesta fase que começam também o processo de reestruturação capitalista no Brasil afetando principalmente os direitos sociais, trabalhistas e as conquistas da então Constituição de 1988. Neste sentido, é que conforme aponta Montaño, “começa a amadurecer a ideia de reforma do Estado” (MONTAÑO, 2010, p. 36), ou como ele mesmo esclarece, se inicia uma verdadeira contra-reforma no sentido de pôr em prática uma série de mecanismos para esvaziamento de direitos civis e trabalhistas materializados principalmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Nesta época, começa assim a se efetivar ações orientadas pelo Consenso de Washigton sob uma retórica de crise de intervenção do Estado, um dos grandes argumentos do então ministro da Reforma do Estado no governo FHC, Bresser-Pereira (1999, p. 49):

A partir dos anos 70, porém, face ao seu crescimento distorcido e ao processo de globalização, o Estado entra em crise e se transforma na principal causa da redução das taxas de crescimento econômico, de elevação das taxas de desemprego e do aumento da taxa de inflação que, desde então ocorreram em todo o mundo.

Interessante notar que nos discursos do então ministro é apresentada a proposta da Reforma do Estado como se fosse uma terceira via para além do Estado de Bem –Estar Social ou do Estado mínimo, denominado por ele de “Estado Social- Liberal” (BRESSER-PEREIRA, 1999).

Por outro lado, para além da aparência do fenômeno da Reforma do Estado, o que se percebe é uma ideologização no sentido de falsa consciência

(MARX; ENGELS, 1977) das relações imbricadas no processo em curso da Reforma do Estado, escondendo a verdadeira luta de interesses presentes na sociedade.

Destarte, o Estado, diga-se “Estado Burguês” é colocado como parceiro da sociedade, ou do que ele destaca como cidadão:

O resultado dessa reforma será um Estado mais eficiente, que responda a quem de fato deve responder: o cidadão. Logo, será um Estado menos voltado para a proteção e mais para a promoção da capacidade de competição. Será um Estado que não utilizará burocratas estatais para executar os serviços sociais e científicos, mas contratará competitivamente organizações públicas não estatais. (BRESSER-PEREIRA, 1999, p. 90).

Portanto, o que se percebe a partir desse projeto de Reforma do Estado é a forte propaganda que aponta o Estado como sinônimo de ineficiência e burocracia e ainda como um Estado extremamente paternalista. Para os autores da Reforma do Estado, ela era fundamental por que favorecia os cidadãos que seriam “mais livres” e “mais maduros politicamente”:

A Reforma do Estado nos anos 90 é uma reforma que pressupõe cidadãos e para eles está voltada. Cidadãos menos protegidos ou tutelados pelo Estado, porém mais livres na medida em que o Estado reduz sua face paternalista, torna-se ele próprio competitivo, e, assim, requer cidadãos mais maduros politicamente. (BRESSER-PEREIRA, 1999, p. 90).

É importante destacar também que o processo de implementação da Reforma do Estado sob a égide do projeto neoliberal, a qual surge como uma alternativa discursada pelos seus idealizadores para inserir o Brasil no crescimento econômico, trouxe algumas graves sequelas como o contexto de agravamento da pobreza e do desemprego. Fatores determinantes para que se pensasse também em alternativas para amenização do quadro de miséria social brasileiro.

Destarte, a pobreza e alternativas para seu alívio tornaram-se assim objeto de “preocupação” principalmente dos organismos internacionais na década de 1990 a exemplo do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Organização das Nações Unidas. Surge assim em torno da discussão sobre a pobreza, a ideia de que esta poderia ser amenizada através da iniciativa de toda a sociedade, comprometida em resolver os problemas sociais.

A Reforma do Estado entra assim como uma das medidas neoliberais frente a crise do capital que traz um cenário de agravamento da pobreza, marcado principalmente pelo desemprego e desregulamentação do mercado de trabalho.

Assim, a crença que o alarmante quadro de miséria pode ser solucionado através de iniciativas solidárias movidas pelo amor e compaixão torna-se a retórica do momento:

Estamos numa nova ordem social em que a modernidade trouxe a a valorização de um importante elemento para a humanidade: o tempo livre. Todos devem aproveitar o tempo livre para atuar como voluntários no desenvolvimento de um mundo melhor. Os cidadãos, de modo geral, podem contribuir na superação da exclusão social: desde os desempregados aos funcionários de empresas, que vem se revelando, nos últimos anos, como importantes agentes de desenvolvimento local. Para os desempregados, dedicar-se ao trabalho voluntário significa uma forma de aliviar a desocupação e para o trabalhador da empresa, um meio de expressar afeto, amor e compaixão. (MELO NETO; FROÉS, 2001, p. 45).

Atrelada a esta ideia de superação da exclusão social surge também a concepção do voluntariado, bastante evidente na Lei do voluntariado concebida na época da Reforma do Estado e tida como a ser seguida por toda a sociedade:

O voluntário é na concepção que prevalece nos dias de hoje, o cidadão que, motivado pelos valores da solidariedade e da participação social, doa seu tempo, seu trabalho e seus talentos, de modo espontâneo e não remunerado para causas de interesse comunitário, humanitário e social. (BRASIL, 1998).

Dentro desses componentes básicos da Reforma do Estado como a diminuição da intervenção do Estado no âmbito social é que surgem inúmeras organizações sociais ligadas ao dito “terceiro setor”, um conceito ideológico e funcional ao capitalismo, que nas palavras de Montaño, representa na verdade “um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de resposta às sequelas da ‘questão social’, seguindo os valores da solidariedade voluntária e local, da auto-ajuda e da ajuda-mútua” (MONTAÑO, 2010, p.22)

Neste aspecto, destaca-se que o objetivo principal de todo esse processo de surgimento das organizações ligadas ao “terceiro setor” é na verdade retirar do Estado (tido pela Reforma do Estado como sinônimo de ineficiência) a responsabilidade pelas sequelas da questão social para os setores filantrópicos ligados tanto ao empresariado quanto para as organizações não-governamentais (ONGs), organizações sem fins lucrativos (OSFL), organizações da sociedade civil (OSC), etc.

Assim, direcionando a atenção para algumas refrações da questão social

é que as respostas do “terceiro setor” surgem. Neste sentido, verifica-se um crescimento das chamadas organizações não-governamentais principalmente entre a década de 1990 e anos 2000 conforme pode ser visto nos dados abaixo:

Entre 1996 e 2005, o Brasil viu o número de organizações não governamentais mais que dobrar, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) [...] Em estudo publicado em 2008, com dados que abrangem o período entre 1996 e 2005, feito a partir do Cadastro Central de Empresas (Cempre), o IBGE registrou a existência de 338 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) no país. Em 1996, de acordo com os dados, elas eram em 107.332, o que representa um crescimento de 215,1%. O ritmo de criação de novas associações, porém, diminuiu a partir de 2002. Segundo o IBGE, entre 1996 e 2002, o crescimento foi de 157% e, entre 2002 e 2005, de 22,6%. "Em 1996, existiam 66,5 organizações para cada 100 mil habitantes, enquanto que em 2005 esse número alcançou 184,4", diz o levantamento do instituto.[...] Segundo o estudo, se encaixam na classificação tanto as organizações de defesa de direitos quanto as de cunho religioso, as associações patronais e profissionais e as de desenvolvimento. Os dados do texto mostram que as regiões Sul e Sudeste são as que concentram o maior número de associações em comparação com a população, sendo que a região Sul liderou a lista: em Santa Catarina, foram registradas, em 2005, 373,3 organizações para cada 100 mil habitantes. No Rio Grande do Sul e no Paraná existiam, no mesmo ano, 278,1 e 248 associações para cada grupo de 100 mil habitantes, respectivamente. Minas Gerais e São Paulo são os estados brasileiros com maior número absoluto de ONGs, associações e fundações. (NÚMERO..., 2012)

Dessa maneira, podemos inferir que o contexto de reforma do Estado e as alternativas de amenização da pobreza são mais uma das estratégias do capital frente às suas contradições. Não obstante todas as suas crises, o sistema capitalista tem atestado que é capaz de se reatualizar como um processo de transmutação que não muda a sua natureza perversa de extração da riqueza por meio da exploração do trabalho, mas que cria e recria formas para continuar ampliando seus lucros e enfrentar suas crises.

Portanto, muito embora este sistema não seja auto-sustentável por que se sustenta através da exploração do trabalhador, ele tem uma capacidade ironicamente apreciável de se restaurar, de se recuperar e fazer com que muitos acreditem que todas as consequências decorrentes da contradição capital/trabalho podem ser resolvidas individualmente ou simplesmente por atitudes “solidárias”.

Analisando mais detalhadamente sobre essas organizações não governamentais, percebemos que há uma mistificação no que diz respeito ao seu

próprio conceito. Aparentemente, estas instituições são vistas como instrumentos a favor da “sociedade civil” em contraponto ao dito “primeiro setor” (Estado) e ao “segundo setor” (mercado). O quê significaria dizer que a ideia de “terceiro setor” viria para resolver essa separação ente público-privado.

Neste sentido, esta ideia de separação esconde na verdade os interesses de classes divergentes, além de homogeneizar os sujeitos da sociedade como se todos tivessem interesses e objetivos iguais. Além disso, devido a uma falta de clareza do que exatamente significa “terceiro setor”, percebe-se em alguns estudos e pesquisas que os movimentos populares a exemplo dos movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra não entra no rol dessas organizações ao passo que movimentos ligados á defesa do meio ambiente, a exemplo do Green Peace e instituições ligadas á caridade individual são inseridas no título de “terceiro setor”.

É neste aspecto também que outra contradição pode ser vista que é a questão do financiamento dessas organizações. O fato de elas serem denominadas “não governamentais” seria em tese uma característica em que não envolveria a presença do Estado. No entanto, o que há é principalmente a transferência de recursos deste para estas organizações que entram como “parceiras”, o que já desqualifica o conceito, pois se o próprio Estado seleciona uma organização em detrimento de outra e neste caso interesses políticos são envolvidos, onde está na prática a ideia da “autogovernabilidade”?

Outra questão é a ideia de “não-lucratividade” dessas organizações. Porém quando se fala em financiamento e critérios para receber recursos principalmente do Estado, já é possível identificar as disputas pelos mesmos, recursos estes decorrentes dos impostos pagos pela sociedade que deveriam ser repassados em forma de serviços públicos. Além disso, ainda existem as fundações empresariais que objetivando um marketing pessoal exercem algumas atividades filantrópicas sendo ainda beneficiadas pela isenção de impostos e outros incentivos fiscais.

Nesta linha de análise, Silva (2003, p. 98) ressalta que

A condição de público não-estatal é um exemplo desse deslocamento de fronteiras. Adapta-se aos principais postulados neoliberais, uma vez que responde às necessidades de flexibilidade da gestão estatal, coloca-se em um espaço virtual/híbrido que não é nem público e nem privado, dificultando a identificação da responsabilidade institucional e facilitando a apropriação dos

recursos públicos. De acordo com a conveniência, pode assumir a face pública ou a face privada. Para receber recursos estatais, assume a face pública, mas para submeter-se à fiscalização das entidades dos movimentos populares e sindical e definir as normas de atendimento e de relações trabalhistas, assume a face privada, recorrendo ao direito da inviolabilidade da propriedade privada. Em suma, é estatal pelos recursos que recebe, mas é privada pela autonomia na gerência desses recursos e nas normas de funcionamento. Na verdade, o público não-estatal expressa uma nova gestão privada dos recursos públicos, adaptada às necessidades atuais da dominação de classe.

Feitos esses apontamentos, cabe destacar que a Assistência Social hoje, vem sendo executada e crescentemente por estas organizações não governamentais que entram no rol das entidades socioassistenciais. Tal perspectiva representa assim uma transferência também de responsabilidades do Estado para estas entidades. É assim a legitimação da “parceria público-privado” contraposta ao que deveria se firmar concretamente como política pública de responsabilidade do Estado.

Os defensores desta parceria argumentam, por exemplo, que ela é necessária devido a ausência histórica do Estado no trato da questão social ou que a existência dessas entidades ampliaria a participação da sociedade principalmente nas decisões relacionadas às políticas públicas sob a égide da “publicização” e “participação”. Conceitos que representam também um deslocamento das responsabilidades do Estado para a sociedade e aponta a falsa ideia de que todos “participam” de maneira igual.

Portanto, elemento fundamental para se pensar as atuais formas de participação da sociedade tanto em relação às políticas sociais como as formas de atuação sobre as sequelas da questão social é a correlação de forças presentes na atual conjuntura sob o padrão de acumulação capitalista na ótica neoliberal. Padrão baseado na financeirização do capital e na flexibilização das relações de produção, trabalho e direitos sociais.

Podemos afirmar assim que as iniciativas na atual conjuntura relacionadas a ações para alívio da pobreza constituem assim estratégias do capital já que sob o ponto de vista do capital, “a pobreza representa um mal e um perigo constante [...] É preciso controlar seus efeitos, a fim de não formarem obstáculos para o crescimento do lucro.” (VAN BALEN, 1983, p. 48).

Norteados por este entendimento é que consideramos que a legislação

vigente da Política de Assistência Social organizada ainda pelo SUAS, abre um leque para a “participação” dessas chamadas “organizações não- governamentais” para execução de ações por vezes assistencialistas retomando assim “velhas” práticas sob novas roupagens.

Outro ponto destacado na Política de Assistência se refere à concepção de matricialidade sociofamiliar. Neste sentido, de acordo com a Política de Assistência Social, a família ganha centralidade na atenção dos serviços prestados pela Política, não apenas o indivíduo. Destaca-se ainda em sua estrutura, a concepção de família como núcleo fundamental da relação entre os sujeitos e a sociedade e que deve levar em consideração as diferentes configurações, arranjos que a mesma tem assumido na sociedade.

Nesta linha de entendimento, a família é concebida “como núcleo afetivo, vinculada por laços consangüíneos, de aliança ou afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero.” (BRASIL, 2005b, p. 90).

Neste aspecto, podemos entender que a família dentro da concepção da Política de Assistência Social é entendida como a responsável pelo bem-estar de seus membros, o que nos faz refletir sobre a responsabilização desta em detrimento do papel do Estado e ainda a falta de clareza sobre a família como vítima de um sistema que os explora e ao mesmo tempo os exclui da riqueza socialmente produzida. Sobre o assunto, Castilho e Carloto (2010, p.18) analisam que

Este modelo protetivo denominado ‘neo-liberalismo familiarista’ por De Martino (2001) apud Miotto (2008,p.139), compreende que a proteção social cabe preferencialmente à família e que o Estado pode reduzir os serviços públicos enquanto proteção. Tal modelo ancora-se no discurso (ideológico) recorrente de apelo ao solidarismo e ao voluntarismo do mercado, da família e da sua rede de sociabilidade, que enquanto parceiros contribuem para a “redução” do papel protetivo do Estado na garantia dos direitos sociais. E à medida que delega à família em primeira instância a proteção de todos os seus membros. Leva-nos a recorrer às análises de Sunkel (2006), Miotto (2008) e Saraceno (1997) a respeito do papel da família no modelo protetivo, que quando ela é o pilar central da proteção social, nomina-se modelo familista.

Tais aspectos nos levam ainda a compreender que o trabalho realizado com estas famílias, além da forte presença do assistencialismo, é carregado ainda de um viés moralista e distante de uma perspectiva de mobilização dos usuários no que se refere à resistência a opressão do sistema capitalista, sua organização como

classe trabalhadora e reflexões mais profundas e críticas da realidade social, como destaca Silva (2015, p.45):

O autoritarismo é traço característico do trabalho social. As possíveis formas de organização coletiva dos usuários, de suas resistências, bem como suas realidades de classe e limites relativos às suas privações não são matérias sobre as quais se debruça a política de assistência social realizada. Predomina a ausência de incentivo à mobilização social, à organização dos usuários, à participação da população nas instâncias de controle democrático e, sobretudo, a ausência de reflexão crítica de sua realidade e conhecimento dos direitos relativos à política de Assistência Social. Nesse sentido, a possibilidade de controle social dos pobres é um deleite para a perspectiva autoritária: ambas trabalham juntas e são predominantes na ação dos poderes públicos municipais. No mesmo viés autoritário, a relação com os usuários é estabelecida, muitas vezes, com caráter clientelista e imediatista.

Ainda neste entendimento outro aspecto relevante de ser considerado é a ideia de protagonismo presente também na Política de Assistência Social e a concepção de que as ações relacionadas aos serviços socioassistenciais visam identificar as “potencialidades” dos indivíduos:

A dinâmica da rede socioassistencial em defesa dos direitos de cidadania: considera o cidadão e a família não como objeto de intervenção, mas como sujeito protagonista da rede de ações e serviços; abre espaços e oportunidades para o exercício da cidadania ativa no campo social, atuando sob o princípio da reciprocidade, baseada na identidade e reconhecimento concreto; sustenta a auto-organização do cidadão e da família no desenvolvimento da função pública. (BRASIL, 2005b, p. 93).

Neste sentido, é importante entendermos que não é simplesmente o “protagonismo”, a iniciativa de um indivíduo ou da família, o “empoderamento da mulher” que vão superar as suas condições de exploração presente na sociedade capitalista; que não é apenas identificando “potencialidades” de uma família que seu contexto será mudado. Temos que pensar para além disto, em uma nova sociabilidade e desta forma compreender que as desigualdades decorrentes deste sistema é que ocasionam as mazelas sociais e que os indivíduos que são usuários da Política de Assistência Social fazem parte de uma classe social de explorados por este sistema onde as riquezas socialmente produzidas estão cada vez mais concentradas nas mãos de uma elite.

Por último, queremos ainda levantar outra questão: a defesa pela Assistência Social, pelo SUAS não estaria despolitizando a luta pelo trabalho? Ou

dito de outra forma: a defesa pelo trabalho digno não estaria sendo deslocado pela defesa do Suas, programas e projetos socioassistências da Política de Assistência Social? Na conjuntura em que vivemos deveria ser direito ao SUAS; direito ao trabalho ou direito a ambos?

Não se trata de aqui dizer o que é certo ou errado, mas de suscitar algumas reflexões preponderantes em um contexto em que o emprego com todos os direitos trabalhistas tem sido peça de museu e as formas de exploração do trabalhador e controle deste tem se ampliado. Como apontamos anteriormente, os usuários da Política de Assistência Social são em sua maioria aqueles que estão fora do mercado formal de trabalho ou exercem alguma atividade “autônoma” que ao nosso ver são muito mais formas de sobrevivência e geralmente se utilizando de estratégias precarizadas.

Se levarmos em consideração a realidade de alguns estados, vamos perceber o grande número dos que vivem de programas de transferência de renda, principalmente no Nordeste, onde os índices de pobreza são os maiores. Cerca de 43,5% da população do Nordeste se enquadram na situação de pobreza, conforme pesquisa do IBGE (2017) que aponta um número de cerca de 50 milhões de brasileiros, o equivalente a 25,4% da população que vivem na linha de pobreza e têm renda familiar equivalente a R\$ 387,07 – ou US\$ 5,5 por dia. A pesquisa indica ainda que a situação é ainda mais grave se levadas em conta as estatísticas envolvendo crianças de 0 a 14 anos de idade. No país, 42% das crianças nesta faixa etária se enquadram nestas condições e sobrevivem com apenas US\$ 5,5 por dia.

No Maranhão a realidade ainda é pior: considerado o estado com menor renda per capita, cerca de R\$ 597 (AQUILES, 2018) comparado ao salário mínimo no valor de R\$ 954; vivemos em uma realidade em que grande parte da população vive de programas de transferência de renda.

Estudos, neste sentido, apontam que os Programas de Transferência de Renda trazem alguma melhoria para a situação de pobreza de muitas famílias, mas não as retiram desta e nem superam a pobreza (SILVA, 2012).

No caso dos municípios, principalmente aqueles considerados de pequeno porte, os relatos de gestores e profissionais que trabalham com a política

de Assistência Social¹⁰ revelam que os recursos advindos dos programas de transferência de renda representam ainda importante fator para movimentação da economia local. Neste sentido, é perceptível que a renda proveniente de alguns benefícios a exemplo do Benefício de Prestação Continuada (BPC) acaba sendo a única fonte de renda de muitas famílias e de acesso a mercadorias.

Neste aspecto, é possível apreendermos que o Estado tanto assume os trabalhadores fora do mercado de trabalho, mas ao mesmo tempo limita o acesso a programas e benefícios da Assistência Social ao estabelecer critérios como é o caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC), o qual estabelece o critério para poder ter acesso: o idoso com 65 anos ou mais ou a pessoa com deficiência devem ter um total de sua renda mensal e dos membros de sua família, dividido pelos integrantes menor que 1/4 (um quarto) do salário mínimo vigente.

Portanto, é sob as condições atuais de desemprego e precarização das relações trabalhistas que a Assistência Social vai adquirindo centralidade no trato da questão social tanto por meio das organizações do “terceiro setor” quanto por meio do Estado que acaba abarcando aqueles que estão fora do mercado de trabalho por meio de programas e benefícios socioassistenciais como afirma Sitcovsky (2010, p. 156):

[...] na impossibilidade de garantir direito ao trabalho - quer pelas condições que assume o trabalho no capitalismo, quer pelo nível de desemprego estrutural no qual nos encontramos, ou, ainda, pela orientação da política econômica posta em prática no país- o Estado amplia seu campo de atuação na medida em que também assume os aptos. Ou seja, em tempo de crise, os pobres sobre os quais incide a assistência social são: os miseráveis, desempregados, desqualificados para o trabalho, os trabalhadores precarizados, além dos tradicionalmente considerados inaptos para tarefas laborais.

Neste aspecto, consideramos que apesar dos avanços relativos à Assistência Social nos governos do PT sob a gestão de Lula da Silva e Dilma Roussef, temos que entender que retrocessos em relação aos direitos do trabalhador com uma crescente precarização do trabalho além do desemprego

¹⁰ Referimo-nos aqui à nossa experiência na qualidade de técnica de monitoramento da Política de Assistência social e coordenadora de programas e projetos sócioassistenciais na Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) no ano de 2010, momento em que tivemos a oportunidade de ir a vários municípios e conhecer um pouco mais as realidades locais.

estrutural não podem ser jamais compensados simplesmente pela prestação de serviços socioassistenciais.

4.2 Perfis pedagógicos da prática profissional do assistente social no processo histórico do Serviço Social

Para fundamentar esta reflexão, utilizamos autores que elucidam de maneira crítica a temática ora tratada.

Neste sentido, partindo da afirmação de Cardoso de que o Serviço Social é uma expressão da práxis enquanto “uma totalidade em menor nível de complexidade” (CARDOSO, 2014, p.314), podemos compreender que há uma distinção clara entre práxis ou prática social enquanto movimento totalizante da sociedade e a prática profissional do assistente social como um expressão desse movimento.

Sobre isto, a autora supramencionada afirma ainda que

na perspectiva materialista de Marx, a história é construída pela relação entre o homem ativo e real e seu mundo objetivo; é a praxis como atividade humana que compreende a produção material, reprodução da sociedade e produção de representação, de ideias; é a reconstrução de processos ontológicos do ser social como totalidade. (CARDOSO, 2016, p. 148).

Tal afirmação nos leva ainda a entender que dentro do modo de produção capitalista, o qual se reproduz a partir da extração da mais-valia, ou seja, da apropriação do trabalho excedente da classe trabalhadora, podem existir práticas voltadas para a reprodução do sistema ou de transformação da sociedade.

Isto não quer dizer, por exemplo, que o enfiamento da classe trabalhadora para transformação da sociedade seja algo automático. Primeiro por que dentro da sociedade capitalista existem as práxis voltadas para inculcar na mente dos indivíduos determinados padrões que se referem a uma maneira de pensar de uma determinada classe. Segundo, por que a construção de uma práxis emancipatória é um processo permeado de lutas e desafios, que depende ainda de uma intensa mobilização da classe trabalhadora.

Neste caso, o contexto atual em que vivemos é ainda mais desafiador para a transformação da sociedade, para a concretização de uma práxis revolucionária. A cultura neoliberal tem avançado com toda força para desarticular a organização política da classe trabalhadora, como as representações através dos

sindicatos. E mesmo dentro dessas organizações das classes populares há interesses diversos.

Sobre isso, Antunes (2015, p.87) aponta que há

Uma tendência crescente de burocratização e institucionalização das entidades sindicais, que se distanciam dos movimentos sociais autônomos, optando por uma alternativa de atuação cada vez mais integrada à institucionalidade, ganhando, com isso, “legitimidade” e estatuto de moderação, pelo distanciamento cada vez maior de ações anticapitalistas e a conseqüente perda de radicalidade social.

Portanto, compreendemos que diante da atual conjuntura de pobreza, profundas desigualdades sociais e de perda de direitos historicamente conquistados, o movimento revolucionário da classe trabalhadora tem se enfraquecido cada vez mais.

Com base neste entendimento, podemos ainda afirmar que muito embora o Serviço Social tenha um projeto ético político direcionado para a construção de uma nova ordem societária; práticas voltadas para manutenção da ordem vigente estão presentes nos diferentes espaços de atuação do assistente social, principalmente no contexto atual.

Sobre isto, Cardoso (2016, p.160) aponta que

Nas instâncias de organização das classes subalternas, o trabalho dos assistentes sociais tende a assumir duas grandes perspectivas teórico-políticas que perpassam os projetos profissionais e os projetos societários em disputa na sociedade brasileira, na atualidade: 1) a perspectiva de superação da sociedade capitalista, tendo como horizonte a conquista da emancipação humana, passando pelo fortalecimento de processos emancipatórios das classes subalternas; 2) a perspectiva de manutenção da ordem capitalista, tendo como exigência a subalternidade dessas classes.

Com base nestas afirmações, é importante trazer elementos para o debate que explicitam como se desenvolve a prática profissional do assistente social nos diversos espaços ocupacionais. Quais fatores, por exemplo, pontuam uma prática profissional voltada para a organização da classe trabalhadora como resistência às diferentes formas de exploração ou reforçam essa exploração.

Sobre isto, consideramos importante a obra de Abreu (2002) que trata dos perfis pedagógicos da prática profissional.

Para a autora, a prática do assistente social incide diretamente sobre a organização da cultura enquanto uma “maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática.” (ABREU, 2002, p. 17). Ou seja, as ações

desenvolvidas pelo assistente social, nos diferentes espaços socio-ocupacionais em que o assistente social exerce suas atribuições, influenciam diretamente na maneira de pensar dos sujeitos alvos de suas ações.

Neste sentido, a autora reforça que a relação que se estabelece entre o assistente social e os sujeitos pode ser direcionada para uma perspectiva de consentimento das classes subalternas em relação à exploração capitalista ou para uma perspectiva emancipatória das referidas classes.

A partir deste entendimento, a autora faz uma ampla análise da função pedagógica do assistente social tendo como base a referência gramsciana e destaca três perfis pedagógicos na constituição do Serviço Social na sociedade brasileira: a pedagogia da “ajuda”; da “participação” e a construção da pedagogia emancipatória.

A perspectiva da “ajuda”, presente desde a institucionalização do Serviço Social como profissão nos Estados Unidos na segunda década do século XX, influenciou a prática dos assistentes sociais latino-americanos a partir da criação da Seção de Serviço Social junto ao departamento de Assuntos Econômicos e Sociais na estrutura da Organização dos Estados Americanos (OEA) e com a difusão dos métodos de caso, grupo e comunidade como técnica de intervenção profissional (ABREU, 2002).

Neste sentido, a questão social não era entendida como uma contradição da relação capital/trabalho, mas como um problema moral. Portanto, neste caso, o assistente social deveria “ajudar” o indivíduo a se reintegrar na sociedade.

Ainda sob esse ponto de vista, o indivíduo deveria se readaptar à sociedade, pois esta era harmônica e os problemas surgidos eram simplesmente pela falta de iniciativa ou ajustamento do indivíduo nesta sociedade. E neste caso, as desigualdades sociais eram também naturais.

A “ajuda” psicossocial estava fundada, assim, em valores como:

Respeito à pessoa e à sua autonomia, convicção de que o homem é capaz de progredir e de que cada um possui os meios da própria promoção social (Verdès- Leroux, 1986), bem como sob a influência das ideias e princípios operativos tayloristas, centra-se no desenvolvimento da personalidade. Por isso, prioriza os componentes individuais e subjetivos da questão social em detrimento de suas expressões materiais e coletivas. Em consequência, desloca para o campo psicológico o que é expressão dos antagonismos de classes, reforçando o fetiche do colaboracionismo entre capital e trabalho, cerne da racionalização taylorista. (ABREU, 2002, p. 88).

Conforme aponta a autora, a necessidade de estabelecer esta prática pedagógica com caráter de “ajuda” tem seus determinantes históricos. O padrão de acumulação e superexploração que se estabelecia naquele momento, especialmente antes da primeira Guerra Mundial e imediatamente ao pós-guerra, trouxe a necessidade de se estabelecer mecanismos de consentimento da classe trabalhadora principalmente com o agravamento da questão social. Era, portanto, necessário um controle da grande massa de trabalhadores que agora também representavam uma ameaça, pois diante do profundo quadro de pauperização, estavam se organizando politicamente.

É neste momento que o assistente social é mais requisitado como um profissional que media esta relação entre algumas necessidades da classe trabalhadora e o controle por parte do capital com o intuito de se obter o consentimento dos trabalhadores ao novo sistema de trabalho fordista/taylorista.

No caso do Brasil, é importante frisar que apesar de o padrão fordista/taylorista não ter se concretizado plenamente como nos países de capitalismo avançado; muitas das formas de “gestão” da força de trabalho foram implantadas aqui bem como outras medidas para atenuar as manifestações da questão social.

Destarte, o Serviço Social brasileiro foi nesta época bastante influenciado pelos métodos de intervenção europeus e norte-americanos que contribuíram também para práticas que reforçavam a dependência dos indivíduos de receber “ajuda” para atendimento das suas necessidades. Sob esta lógica, Abreu (2002, p.100) aponta que

A “ajuda” psicossocial individualizada, no contexto brasileiro, traz as marcas desta dupla dominação, apresentando-se como uma dimensão da assistência em suas diferentes formas de manifestação, contribuindo para naturalizar as desigualdades sociais e formar identidades subalternas (Yazbek, 1993) marcadas pela passividade e acomodação. Em outros termos, constitui-se como uma forma de ideologização das práticas de assistência, que tende a encobrir a determinação econômica, política e ideológica dessas práticas na contradição entre a produção e reprodução do trabalhador e justifica o deslocamento do acesso às condições de subsistência do campo das relações de trabalho para o das relações políticas, definidoras das políticas e práticas assistenciais.

Atualmente, as práticas assistencialistas sob o formato da “ajuda” tem sido retomadas ou reatualizadas mesmo sob o discurso do direito social e ainda reforçam o controle da classe trabalhadora, como aponta Abreu (2002, p. 102)

Desta discussão sobre a pedagogia da “ajuda”, extraio o entendimento de que a mesma, em seu desenvolvimento histórico, vem atualizando/reatualizando a perspectiva de subalternização e controle das massas trabalhadoras pauperizadas, envolvendo atitudes, mecanismos, instrumentos e rituais compatíveis com os interesses dominantes, em que se sobressaem a seletividade/elegibilidade e a qualificação/desqualificação dos sujeitos submetidos ao processo de ‘ajuda’.

Ainda nesta discussão, a autora destaca que a seletividade presente principalmente no acesso a programas e benefícios é um desdobramento da função pedagógica da “ajuda”. Isto pode ser observado, por exemplo, dentro dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), bem como outros órgãos relacionados à política de Assistência Social, onde para que o usuário tenha “direito” a determinados serviços e benefícios socioassistenciais, é necessário que o mesmo esteja dentro dos critérios de elegibilidade.

Tal perspectiva, na verdade, reforça a dependência dos sujeitos ao processo da “ajuda” e esconde as contradições presentes na sociedade capitalista. Ao mesmo tempo, entendemos que ainda que tenhamos obtido um avanço em termos legais sobre a Política de Assistência Social e até uma ampliação desses equipamentos sociais principalmente após a implantação do SUAS para acesso aos “mais vulneráveis”, como vimos anteriormente, os critérios de elegibilidade para acesso a programas e benefícios escondem os limites do capital, o qual para manter a reprodução da classe trabalhadora estabelece níveis mínimos para subsistência desta.

Desta forma, é que conforme aponta Sitcovsky (2010, p. 153), a Política de Assistência Social vai ganhando centralidade no trato das contradições sociais, pois

[...] o trabalho assalariado para uma parcela significativa da população, deixa de ser, gradativamente, o ideário de integração à ordem, e a assistência social, particularmente pelos programas de transferência monetária; como política compensatória, parece cumprir este papel econômico e político, na medida em que possibilita, ainda que precariamente, o acesso aos bens de consumo. A parcela da população que não tiver suas necessidades atendidas nas vitrines do Mercado, mediante os seus salários, tornar-se-á público alvo da Assistência Social.

Sobre a pedagogia da “participação” Abreu (2002) aponta que a mesma se desenvolveu nos países latino-americanos a partir da expansão do capital monopolista e é intensificada nos anos 50, 60 com a ideologia desenvolvimentista.

Neste sentido, é principalmente com as propostas do Desenvolvimento de Comunidade (DC) combinadas com técnicas de integração aos programas de governos (ABREU, 2002) que a pedagogia da “participação” se desenvolve no Serviço Social. Profissionais, assim, são requisitados para intervir nas expressões da questão social, vista ainda como um problema moral.

Neste quadro, é possível identificar que as práticas profissionais são sustentadas por um pensamento conservador ainda focado numa visão psicologista do indivíduo.

Por outro lado, é ainda diante deste contexto, ressalta a autora, que contraditoriamente começam a se questionar esses fundamentos tradicionais da prática profissional culminando no denominado “Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina”. Este movimento, segundo Iamamoto, foi “dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional” (IAMAMOTO, 2010, p. 205) cuja principal característica foi o questionamento da profissão, de seus fundamentos e da direção social da prática profissional. Tal movimento buscou assim, um redimensionamento da profissão para uma prática mais voltada para as classes subalternas na perspectiva de emancipação das mesmas.

No entanto, as influências do projeto desenvolvimentista na própria formação do assistente social, naquele momento, trouxe um perfil pedagógico de uma prática marcada por uma visão funcionalista da sociedade e, portanto, o profissional, deveria promover o “bem-estar coletivo e a superação do atraso.” (ABREU, 2002, p. 115).

Neste período também, é importante frisar, o crescimento econômico teve como principal impulsionador o próprio Estado, restrito à área social, característica muito presente nos dias atuais sob a determinação do modelo neoliberal. Neste caso, o Estado passa a intervir mais ainda no processo produtivo, regulando ainda as relações de classe, determinante fundamental para que as “barreiras” ao projeto desenvolvimentista naquele momento fossem se não cessadas, ao menos diminuídas.

Chama atenção neste período, o fato também de na área social serem implementados apenas alguns benefícios trabalhistas e assistenciais e a ênfase também na qualificação da mão-de-obra como uma peça fundamental para a grande engrenagem que ora se concretizava no período; uma espécie de combinação “perfeita” entre capital estrangeiro no país; intervenção do Estado no processo produtivo e mão-de-obra qualificada para aumento da produtividade no trabalho.

No entanto, o processo de avanço do projeto desenvolvimentista começa a se enfraquecer quando alguns fatores como a aceleração do processo inflacionário, redução do crescimento econômico e aumento da dívida externa (ABREU, 2002) se tornam evidentes, terreno favorável para a instauração do regime militar em 1964.

Sob esse regime, baseado na ideia de Segurança Nacional e Desenvolvimento, as intervenções estatais em relação à questão social tinham um cunho ora repressor, ora ligado às políticas sociais. Neste sentido, Abreu (2002, p. 123) ressalta que:

O Serviço Social, efetivando-se, fundamentalmente, nas mediações da políticas sociais estatais, avança em seu redimensionamento face às exigências do desenvolvimento com segurança, traduzidas em novas demandas que inflexionam as funções e competências profissionais, bem como ampliam o campo ocupacional do assistente social no mercado de trabalho. Este processo de redefinição profissional, seguindo a tendência profissional comprometida com esse projeto, reflete no âmbito da profissão as falácias de um transformismo inerente a esse padrão de desenvolvimento, que se explicitam na reorientação da função pedagógica do assistente social face às necessidades postas pelas mudanças operadas na esfera da estrutura produtiva e na esfera da reorganização da cultura, não significando, como já mencionado, mudanças substanciais no projeto profissional.

Em relação ao movimento de construção de uma pedagogia emancipatória, a autora aponta que o mesmo ganha força a partir dos anos 60/70, momento de enfrentamento da crise profissional marcado pelo confronto entre as perspectivas conservadora da profissão e a de vinculação ao um projeto ético-político ligado às classes subalternas. Sobre a crise profissional, Abreu (2002, p. 129) aponta que esta:

Define-se, portanto, pelas contradições presentes no processo de desenvolvimento do Serviço Social na dinâmica da sociedade, configurando, por um lado, a negação das bases conservadoras da profissão frente às demandas e necessidades das classes subalternas e a necessidade de superação das referidas bases mediante construção de um projeto profissional vinculado às forças

progressistas no movimento de formação de uma nova ordem social; e, por outro, a resistência à mudança, que exige a reatualização e a reafirmação do projeto profissional tradicional conservador.

Neste contexto, conforme situa a autora, as práticas do assistente social voltadas para a “participação” e “integração” das classes subalternas ao sistema dominante são questionadas. E ainda, novas estratégias de mobilização e organização dessas classes são elencadas como intervenções fundamentais indicando assim um novo princípio educativo, “base de construção de uma perspectiva pedagógica emancipatória pelas classes subalternas.” (ABREU, 2002, p.135).

É, assim, em um contexto de lutas e protagonismo dos movimentos sociais no final da década de 1970 e início dos anos 1980 que a perspectiva de construção de uma pedagogia emancipatória se delineia tendo como base a referência marxista conforme aponta a autora. Para ela, três aspectos referentes às estratégias profissionais podem ser destacados neste período:

- a) A educação popular como instrumento da prática do assistente social nos diferentes espaços de atuação profissional;
[...]
- b) Formação de alianças políticas visando alteração da correlação de forças políticas nos espaços de intervenção profissional e na sociedade, a partir dos interesses das classes subalternas;
[...]
- c) Inserção profissional nos processos de luta pela conquista e garantia com ampliação de direitos sociais fundados em princípios de democratização da gestão pública, universalização dos atendimentos e justiça social. (ABREU, 2002, p.161).

No entanto, como elucida a autora, a partir dos anos 1990, as “bases socio-históricas da função pedagógica do assistente social na sociedade brasileira” (ABREU, 2002, p. 163) são tensionadas no contexto da crise estrutural do capitalismo.

Neste sentido, a crise do capitalismo traz também uma necessidade de redefinições das práticas sociais e também alterações nas requisições profissionais. Com base nisto, podemos inferir que as transformações societárias ocorridas na época trazem consequências para o Serviço Social, inclusive em relação ao que Abreu (2002) aponta como redefinição da função pedagógica do assistente social.

Destaca-se assim que o contexto de redefinição da função pedagógica do assistente social é marcado primeiramente pelo processo de reestruturação

capitalista através da adoção de um novo padrão de produção, o toyotismo como forma de controle e gestão da mão-de-obra. Segundo, essa ampla reestruturação produtiva e tecnológica traz repercussões nos movimentos de organização da classe trabalhadora. E em que pese a intensa mobilização da classe trabalhadora nos marcos iniciais da crise capitalista global, os movimentos políticos das classes trabalhadoras nos últimos anos vêm passando por um processo de regressão, ou o que Antunes (2015) destaca como crise do sindicalismo que podem ser evidenciadas nos números reveladores de uma diminuição das taxas de sindicalização, principalmente na década de 1980, afirma o mesmo autor.

Portanto, é no contexto de busca de estratégias de recuperação da taxa média de lucro materializada através da adoção de um “novo” padrão de produção e acumulação e com intensa repercussão no mercado de trabalho e nas requisições profissionais que reatualizações no perfil pedagógico da prática profissional do assistente social são desenvolvidas.

Neste contexto de reestruturação produtiva, destacam-se algumas características fundamentais que trarão consequências não apenas na esfera da produção, mas também na adoção de estratégias para manutenção da hegemonia do capital.

A reestruturação produtiva é neste sentido um processo em que há uma adoção de novos métodos ou de reatualização de métodos de produção com vistas a valorização do capital. Exemplo disto são as formas de organização do capital em cada fase como a cooperação, a manufatura e a grande indústria. Cada uma destas fases representam formas de desenvolvimento do capitalismo numa busca de sua autovalorização e produção de mais-valia.

Desta forma, são características marcantes no atual processo de reestruturação produtiva sob a orientação neoliberal as inovações tecnológicas na produção que acentua assim a ampliação do trabalho morto e também a alienação no trabalho. Isto ocorre não somente por que o trabalhador produz a mercadoria como um objeto alheio a este, mas também por que se torna cada vez mais uma simples mercadoria, reduzido a um “ser mental e fisicamente desumanizado.” (MARX, 1844 apud FERNANDES, 1983, p. 111)

Neste contexto, podemos citar a introdução do sistema Toyota de produção, o qual mais do que meramente um modelo japonês de produção, é na

verdade um sistema carregado de princípios e conceitos ideológicos de “gestão” do trabalho e de organização da produção com vistas a acumulação capitalista.

No livro *O Sistema Toyota de Produção: além da produção em larga escala* (1997), Taichi Ohno expõe uma série de princípios relativos ao toyotismo, os quais se observarmos a atualidade são princípios e conceitos que estão presentes não apenas na esfera da produção, em fábricas, por exemplo, mas também em setores em geral da sociedade, na organização dos serviços e na esfera da administração pública.

Um dos princípios, por exemplo, descritos por Ohno em seu livro, é o que ele chama de “dar inteligência à máquina” (ONHO, 1997, p. 28), ou seja, conforme ele ressalta, é dar um toque humano à máquina ou “autonomação” significando com isso que caso a máquina apresentasse alguma possível anormalidade, ela seria logo identificada e assim desperdícios na produção como a fabricação de produtos defeituosos seriam evitados. Segundo a perspectiva de Ohno (1997, p. 28), essa “autonomação” geraria também uma melhor gestão da força de trabalho humana:

A automação também muda o significado da gestão. Não será necessário um operador enquanto a máquina estiver funcionando normalmente. Apenas quando a máquina pára devido a uma situação anormal é que ela recebe atenção humana. Como resultado, um trabalhador pode atender diversas máquinas, tornando possível reduzir o número de operadores e aumentar a eficiência da produção.

Neste aspecto, na medida em que este princípio entra no contexto da produção e reprodução e intervindo, portanto, nas relações de trabalho, o número de desempregados é ampliado tendo em vista a redução de custos. Por isso é que dentre outras consequências desta reestruturação produtiva, a redução dos postos de trabalho tem sido significativa ao lado de diversas formas de precarização das relações de trabalho e aumento do desemprego.

Tendo em vista ainda a redução de custos apregoada pelo sistema Toyota é que a flexibilização do trabalho entra como parte do pacote. Exemplo disto pode ser presenciado na criação do chamado “banco de horas¹¹”, uma forma de

¹¹ Para Dal Rosso (2017, p. 175) na década de 1990, o país (Brasil) estava no auge das políticas neoliberais e foram introduzidas algumas medidas de flexibilização das horas, sendo a principal delas o banco de horas, que abre a possibilidade de compensar horas e desempenhar o papel efetivo de eliminar tempos mortos no processo de trabalho. [...] Sumarizando o cenário da distribuição de pessoas ocupadas por categorias de horas

aproveitar ao máximo o tempo disponível do trabalhador, intensificando assim o trabalho e diminuindo os tempos “livres” nos processos de trabalho.

Nesse movimento de reestruturação produtiva, uma tendência a ser considerada é a introdução de conceitos como trabalho em equipe, a busca da qualidade total e outros como forma de obter consentimento do trabalhador nos processos de trabalho e envolvimento deste na ordem produtiva do capital, conforme apontado no primeiro capítulo.

Desta forma, ainda reportando ao livro *O Sistema Toyota de Produção: além da produção em larga escala*, Ohno (1997) expõe que o trabalho em equipe é fundamental. Neste sentido, para convencer seus leitores disto, Ohno (1997, p. 43) faz uma comparação do trabalho com o esporte:

O trabalho em equipe combinado com outros fatores pode permitir que um time menor vença. O mesmo é verdadeiro num ambiente de trabalho. Os esportes nos dão muitas indicações úteis. No beisebol, por exemplo, se alguém traçasse limites ao redor da zona de defesa interna e dissesse que apenas o segundo homem de base poderia jogar ali, enquanto que o terceiro homem de base poderia apenas jogar em outra área indicada, o jogo não seria tão divertido de acompanhar. Do mesmo modo, as coisas não funcionam necessariamente bem no trabalho só porque áreas de responsabilidade foram atribuídas. O trabalho em equipe é essencial.

Neste entendimento, o toyotismo representa assim não apenas uma forma de organização do trabalho, mas também uma pedagogia no sentido de inculcar no trabalhador padrões adequados à ordem do capital.

Alves (2011, p.43) nesta linha de raciocínio acrescenta que

O toyotismo é a “ideologia orgânica” do novo complexo de reestruturação produtiva do capital que encontra nas novas tecnologias da informação e comunicação e no sociometabolismo da barbárie, a materialidade sociotécnica (e psicossocial) adequada à nova produção de mercadorias. Existe uma intensa sinergia entre inovações organizacionais, inovações tecnológicas e inovações

encontradas no Brasil no ano de 2000, chega-se ao panorama de um país prevalentemente “flexível” em relação às horas laborais. São 66% de pessoas ocupadas em horários “flexíveis”, em contrapartida a 34% em horários “rígidos”, o que indica um paradoxo. Consequência do elevado grau de informalidade do trabalho no país e do descaso com a legislação do trabalho existente e reguladora, as jornadas excessivas são um indicador da produção de valor a ferro frio, isto é, pelo emprego descomunal de horas extras, neste país. Tal flexibilidade para cima e para baixo parece ser uma característica de países que a construção de direitos do trabalho está em andamento, donde procede a imagem de uma transição “incompleta”, sendo uma representação quente do grau desmensurado de exploração da força de trabalho.

sociometabólicas, constituindo o novo empreendimento capitalista que coloca novos elementos para a luta de classes no século XXI. Esta é a a marca da cooperação complexa da nova produção do capital.

De que forma isto se relaciona com a prática profissional do assistente social e ainda, conforme aponta Abreu (2002), com a reatualização da função pedagógica tradicional do assistente social?

Um primeiro ponto neste sentido a ser destacado é que essa “nova” racionalização produtiva traz uma falsa ideia de colaboracionismo entre as classes e aponta ainda o capitalismo como fim, como único sistema capaz de atender às necessidades da sociedade tendo como um dos pilares para essa noção as inovações tecnológicas.

Cria assim a ideia de que as relações sociais não são contraditórias, de que a regulação da vida social deve passar necessariamente pelos princípios capitalistas da eficiência, do consumismo, da satisfação das necessidades humanas pelo mercado. Reforça a noção de uma identidade individualista e o consentimento em relação às contradições do sistema.

Tais noções são transmitidas à sociedade por seus diversos veículos como a mídia, as escolas e universidades, etc. de tal forma que práticas sociais vão sendo construídas em conformidade com a “racionalidade” capitalista.

Assim, as práticas profissionais também são estabelecidas, muitas vezes sem um mínimo de questionamento crítico. Citamos, por exemplo, dentro da sociedade e, neste caso, no âmbito profissional a difusão de noções que estão aquém dos direitos sociais principalmente com a desresponsabilização do Estado sobre as sequelas da questão social a partir da adoção da ideologia neoliberal.

Nessa perspectiva, são reproduzidas ideias de responsabilização do indivíduo como alguém que pode, por seus próprios meios, progredir socialmente em uma sociedade em que todos são livres. E ainda a ideia de que a intervenção do Estado principalmente no âmbito das políticas sociais aumentaria a tutela dos indivíduos e acomodação destes em relação ao trabalho.

Este é um segundo ponto importante de ser destacado, ou seja, como o Estado tem intervindo nas expressões da questão social e de que maneira isto afeta diretamente a prática do assistente social e reatualiza a função pedagógica da “ajuda” e da “participação”. Isto por que as respostas do Estado tem sido através de

políticas cada vez mais focalizadoras e há ainda uma ênfase em deslocar estas funções para a sociedade através do chamado “terceiro setor”, um campo em que houve a inserção de muitos assistentes sociais principalmente a partir da década de 90 e anos 2000¹².

Para Abreu (2002, p. 196)

A requisição dos assistentes sociais para atuar em experiências que integram o chamado terceiro setor, isto é, em práticas assistenciais e de outras naturezas, desenvolvidas por instituições filantrópicas, caritativas, ONGs, e outras organizações da sociedade civil, financiadas quase em sua totalidade com repasses do fundo público, tende a recolocar a intervenção profissional a partir da focalização das necessidades na esfera individual em detrimento da universalização de direitos. Da mesma forma, sob essa perspectiva, é apontada a subsunção da referida intervenção às exigências do envolvimento produtivo do usuário como condição para o acesso aos atendimentos sociais, ainda que, contraditoriamente, o discurso oficial seja o de respeito ao princípio da universalização dos serviços.

Neste aspecto, não apenas o assistente social, mas a sociedade como um todo é convidada a dar a sua “ajuda” ao próximo como forma de resolver os problemas sociais usando assim o seu “tempo livre” em favor da comunidade:

[...] a revolução tecnológica com as novas ferramentas de trabalho permite liberar tempo aos funcionários das indústrias. Com este tempo livre, eles podem contribuir para restaurar a comunidade e colocar a vida cívica novamente no centro da humanidade. (DE MASI, 1999, p. 189).

Tal afirmação acima está distante da verdadeira realidade, pois com as novas ferramentas de trabalho, as inovações tecnológicas, ao contrário do que alega o autor, aumentam a exploração do trabalhador na medida em que os ritmos de trabalho são acelerados através de um mínimo de “desperdício de tempo” e a cooperação do trabalhador na produção.

¹² Montañó (2010, p. 254) analisando a transferência para o “terceiro setor” das políticas sociais e seus rebatimentos para o assistente social em uma pesquisa no Rio de Janeiro e em São Paulo, aponta que há “um elevadíssimo índice de novas contratações de assistentes sociais entre 1991 e 1996, nas entidades filantrópicas e nas ONGs, acima de 80%. Porém a curta história das ONGs não nos permite estabelecer uma clara tendência de crescimento para além desse contexto. Por outro lado, o significativo índice de demissões na década de 90 mostra elevado nível de rotatividade dos assistentes sociais neste “setor”, o que configura instabilidade e precariedade no trabalho desses profissionais, e não crescimento sustentável de emprego de assistentes sociais nessas organizações”.

Portanto, o toyotismo longe de permitir o tempo livre, na verdade aumenta o mecanismo de extração da mais-valia capturando a subjetividade do trabalhador e também com a ideologia neoliberal propõe novas formas de enfrentamento da pobreza através do envolvimento da sociedade.

Com isto, a “ajuda” individual e a “participação” da comunidade no enfrentamento da pobreza são retomadas. Isto afeta consideravelmente a prática profissional do assistente social na medida em que este acaba tendo que trabalhar com poucos recursos disponíveis na instituição e ainda focalizar as demandas sociais.

Sob esta lógica, apontamos também que a atual tendência de mercadorização da educação com o aumento das instituições de ensino superior privadas (embora não todas) acabam também por estabelecer uma frágil formação teórico- metodológica e ético-política distante do compromisso com a classe trabalhadora e dos princípios expressos no projeto ético-político profissional como apontado anteriormente e que se reflete na prática profissional.

É desta forma também que novas requisições profissionais são postas aos assistentes sociais principalmente aquelas relacionadas à gestão da força de trabalho e de participação do trabalhador.

No âmbito das empresas, por exemplo, o assistente social é requisitado para auxiliar nos processos de reprodução dos trabalhadores e facilitar a adesão destes aos objetivos empresariais conforme ressalta Freire em pesquisas feitas sobre os processos cotidianos de trabalho do assistente social em três empresas de âmbito nacional e internacional:

A demanda central comum, mantida em todos os períodos, confirma a finalidade do trabalho desse profissional, historicamente constituída, que tem sido a reprodução física e espiritual (psicológica, social, cultural e política) do trabalhador, através da assistência material e da orientação de um modo de ser, sentir, pensar e agir, em relação ao trabalho, à sociedade e à vida, em todas as expressões da questão social por ele enfrentada. Os objetivos específicos, a partir dessa demanda, são relacionados principalmente ao interesse do empresário, enquanto aliviam as situações de desgaste do trabalhador, que também contribui para construir esses objetivos, caracterizando o espaço contraditório, que tende a favorecer predominantemente a empresa. (FREIRE, 2010, p. 80).

Neste sentido, o assistente social contratado principalmente para compor a equipe de Recursos Humanos (RH) atua nos processos de controle da força de

trabalho que permitam assim a construção de um perfil de trabalhador condizente com as necessidades empresariais.

Ao analisarmos, por exemplo, as atuais configurações do trabalho advindas do processo de reestruturação produtiva, verificam-se dentre outras, as seguintes mudanças: a contratação de trabalhadores mais qualificados e com nível de escolaridade cada vez maior; adoção de mecanismos de avaliação de desempenho dos trabalhadores principalmente no que diz respeito à produtividade no trabalho; programas com “benefícios” e gratificações para aqueles que se destacam na produtividade e criação de programas de treinamento e capacitação dos trabalhadores que envolvem não apenas o aspecto técnico, mas também subjetivo do trabalhador no sentido de padronizar o seu comportamento às exigências da empresa.

Além dessas mudanças, é evidente também a incorporação de um discurso gerencial¹³ em que os trabalhadores se veem como parceiros ou colaboradores da empresa dando assim a suposta noção de que trabalhador e empresa ganham quando todos se envolvem.

Deste modo, o assistente social é demandado para ser um agente de integração do trabalhador na empresa e de consentimento deste atuando assim na organização dos “benefícios” a serem repassados para o trabalhador como também transmitir uma determinada concepção de educar o trabalhador para que este seja o mais produtivo possível.

¹³ Esta é uma observação feita por nós a partir de análises de programas na área de recursos humanos e entrevista feita com funcionária que faz parte do setor de Recursos Humanos do Mateus supermercados, uma empresa com cerca de 51 estabelecimentos nos estados do Maranhão, Pará e Piauí em que no caso do referido setor há diferentes profissionais. Neste sentido, alguns aspectos organizacionais da empresa chamaram atenção: o primeiro é o fato de a empresa ser identificada por todos como “GRUPO MATEUS” ou “FAMÍLIA MATEUS” e que os trabalhadores são chamados de “colaboradores”, favorecendo assim a ideia de que todos fazem parte de uma família com interesses e objetivos comuns. Outro ponto também é que existe uma política interna de cumprimento de metas de dois tipos, uma referente a despesas e outra relacionada a vendas mensais e ainda premiação para o funcionário que atingir a meta mensal, uma das estratégias fundamentais para aumento da produtividade do trabalhador através do cumprimento de metas com adicionais no salário do trabalhador onde em última instância quem lucra é a empresa. Também destaca-se na referida empresa um outro setor responsável pela capacitação e treinamento de funcionários chamado TED (treinamento e desenvolvimento). Suas principais funções são realizar palestras e treinamentos para os funcionários.

É neste sentido que palestras relacionadas ao absenteísmo; problemas com álcool, problemas familiares, motivação para o trabalho, etc... são feitas para promover a sociabilidade do trabalhador à organização empresarial.

Sendo assim, novas exigências vão sendo demandadas ao assistente social, articuladas a conceitos gerenciais como os programas de Círculo de Qualidade Total, além de exigências relacionadas ao uso de tecnologias e manipulação de dados com fins de assessoramento da gerência para que esta possa melhor “gerenciar” a empresa. Portanto, a perspectiva pedagógica da “participação” nas empresas é retomada ao mesmo tempo em que novas atribuições são incorporadas à prática do assistente social.

Tendo em vista a relativa autonomia do assistente social, podemos afirmar que há assistentes sociais nas empresas que dentro dos seus processos de trabalho cotidianos desenvolvem estratégias coletivas de mobilização dos trabalhadores seja dentro ou fora da empresa condizente com o direcionamento do projeto ético-político profissional. Entendemos neste sentido, que é uma área que ainda carece de mais pesquisas, ou seja, de mais dados relativos, por exemplo, de como os assistentes sociais contratados por empresas desenvolvem sua prática a favor da classe trabalhadora.

O assistente social como os demais trabalhadores, tem sofrido com as implicações do processo de reestruturação produtiva no que diz respeito tanto às novas requisições quanto às suas condições de trabalho, o que dificulta mais ainda uma prática reflexiva tendo como base uma pedagogia emancipatória a favor da classe trabalhadora.

Com este entendimento, Cezar (2010, p. 115) ressalta que o perfil exigido ao assistente social nas empresas pode ser resumido nos seguintes aspectos:

- a) Conhecimento: o profissional tem que estar apto a responder a perguntas, tirar dúvidas e resolver problemas. Para isso, é preciso conhecer bem as rotinas de seu trabalho e de todos os setores afins e as políticas da empresa.
- b) Competência: significa que o profissional deve ter agilidade, organização e exatidão na execução de suas atividades, procurando fazer sempre o melhor possível.
- c) Atmosfera positiva: o profissional deve manter um ambiente agradável, receptivo, organizado, limpo e confortável para que o cliente se sinta tranquilo e acolhido. A aparência deve refletir a imagem que o profissional deseja passar ao cliente. É preciso comunicar-se com fluência e expressar-se com clareza.

d) **Cooperação:** a postura de colaborador exige que o profissional contribua para o êxito de sua equipe de trabalho assumindo a responsabilidade em relação às metas e resultados e tomando a iniciativa de melhorar a produtividade e a qualidade.

e) **Esforço extra:** significa que é preciso sair da rotina e fazer algo mais, colocando a satisfação do cliente acima de tudo. Pra isso, é necessário ser flexível e usar o “bom senso”, fornecendo alternativas e soluções adequadas para satisfazer suas necessidades e também demonstrar que se interessa sinceramente por ele, para que possa envolvê-lo e surpreendê-lo. Por isso, não basta apenas satisfazer suas necessidades, é preciso “encantar” o cliente.

Essas características representam um perfil que tem sido exigido ao assistente social em face dos novos processos da reestruturação produtiva e que trazem reatualizações no perfil pedagógico do assistente social. Reatualizações, não apenas no âmbito empresarial, mas também no setor público, referentes principalmente às formas de enfrentamento da questão social.

4.3 Condições de trabalho do assistente social nos CRAS e CREAS em Paço do Lumiar- MA, como referência: possibilidades e limites para a afirmação do Projeto Ético-Político Profissional.

Para iniciarmos a discussão sobre as condições de trabalho do assistente social, em particular nos CRAS e CREAS de Paço do Lumiar, como referência empírica deste estudo, faz-se necessário problematizar alguns aspectos que perpassam a temática acima, referente ao processo de intensificação do trabalho, no sentido de “eliminação da porosidade entre momentos do processo de trabalho, entre seus ciclos.” (LACAZ, 2016, p. 87).

Esse processo de intensificação não se refere simplesmente ao aumento dos ritmos no uso de maquinários em um processo de trabalho, mas também ao aumento das exigências por parte do empregador de competências e habilidades em relação ao trabalhador. Há assim uma exigência cada vez mais forte do chamado trabalhador “multifuncional” conforme aponta Antunes (2015, p. 128):

[...] ele deve ser mais ‘polivalente’, ‘multifuncional’, diferente do realizado pelo trabalhador que se desenvolveu na empresa taylorista e fordista. O trabalho que cada vez mais as empresas buscam não é mais aquele fundamentado na especialização taylorista e fordista, mas o que se gestou na fase da ‘desespecialização multifuncional’, do ‘trabalho multifuncional’, que em verdade expressa a enorme intensificação dos ritmos, tempos e processos de trabalho [...]

No caso do profissional de Serviço Social, é importante para a categoria, analisar que competências e habilidades estão sendo cada vez mais demandadas. Neste sentido, faz-se necessário ampliar as pesquisas nos diversos campos profissionais com o intuito de investigar que requisições estão sendo exigidas ao assistente social e em que medida isso representa a intensificação do trabalho.

A Assistência Social ainda é um dos campos de maior inserção de assistentes sociais, impulsionado ainda pela implantação do SUAS e com todos os marcos regulatórios referentes à Assistência Social que trouxe dentre outros processos a ampliação dos CRAS e CREAS nos municípios.

É desta forma, que o conhecimento não apenas da estrutura física, mas também do cotidiano profissional, das relações e condições de trabalho nos CRAS e CREAS é fundamental, pois o que tem sido observado em grande parte dos municípios é a instalação desses equipamentos apenas para cumprir uma determinação legislativa e receber recursos federais, sem um mínimo de estrutura adequada para o trabalhador e para os usuários e com relações permeadas pelo clientelismo e pelo assistencialismo, características marcantes ao longo da história da assistência brasileira (BREVILHERI e PASTOR, 2013) expressando, assim, que “[...] apesar do arcabouço jurídico consolidado e da defesa dos direitos como fundamento[...], a essência conservadora da Assistência permanece e afirma-se como a estruturação do SUAS.” (PEREIRA, 2008, p. 35).

Portanto, é de suma importância confrontar o que está normatizado em relação aos parâmetros da política de Assistência Social e o que está posto na realidade.

Neste sentido, conforme a LOAS (1993) alterada pela lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011:

Art. 6º-C. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social de que trata o art. 3º desta Lei.

§ 1º O Cras é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

§ 2º O Creas é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal

ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

§ 3º Os Cras e os Creas são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do Suas, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

“Art. 6º-D. As instalações dos Cras e dos Creas devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência. (BRASIL, 2011d).

O CRAS, conforme orientações técnicas, deve atuar com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, principal serviço da Proteção Social Básica. Este serviço conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (aprovada por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009) está voltado para famílias em situação de vulnerabilidade social. Possui caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. Para sua realização deve ter como provisão conforme ainda a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais:

AMBIENTE FÍSICO: Espaços destinados para recepção, sala(s) de atendimento individualizado, sala(s) de atividades coletivas e comunitárias, sala para atividades administrativas, instalações sanitárias, com adequada iluminação, ventilação, conservação, privacidade, salubridade, limpeza e acessibilidade em todos seus ambientes, de acordo com as normas da ABNT. O ambiente deve possuir outras características de acordo com a regulação específica do serviço e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

RECURSOS MATERIAIS: Materiais permanentes e materiais de consumo necessários ao desenvolvimento do serviço, tais como: mobiliário, computadores, entre outros.

MATERIAIS SOCIOEDUCATIVOS: Artigos pedagógicos, culturais e esportivos; Banco de Dados de usuários de benefícios e serviços socioassistenciais; Banco de Dados dos serviços socioassistenciais; Cadastro Único dos Programas Sociais; Cadastro de Beneficiários do BPC.

RECURSOS HUMANOS: De acordo com a NOB-RH/SUAS. (BRASIL, 2009b, p.13).

Além de ser responsável pelo desenvolvimento do PAIF, outros serviços também podem ser ofertados no CRAS, como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos¹⁴, bem como o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas¹⁵, os quais são desenvolvidos no território de abrangência do CRAS e devem ser a ele referenciados e manter articulação com o PAIF.

Em relação à equipe de referência do CRAS, a Norma Operacional de Recursos Humanos define a quantidade mínima de técnicos tanto de nível superior quanto de nível médio, fundamentais para a concretização dos serviços

¹⁴ De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2014), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. Deve prever o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros.

Possui articulação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), de modo a promover o atendimento das famílias dos usuários destes serviços, garantindo a matricialidade sociofamiliar da política de assistência social

¹⁵ De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Sócioassistenciais (2014), o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas, tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento.

O serviço deve contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda a rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas, entre elas educação, trabalho, saúde, transporte especial e programas de desenvolvimento de acessibilidade, serviços setoriais e de defesa de direitos e programas especializados de habilitação e reabilitação. Desenvolve ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter preventivo do serviço

socioassistenciais. É a denominada equipe de referência¹⁶, a qual segundo a NOB-RH deve ser composta por servidores públicos efetivos, evitando assim a rotatividade de profissionais e a continuidade dos serviços. Dentre os técnicos, deve haver no mínimo um assistente social, um psicólogo e dois técnicos de nível médio, variando a quantidade de cada um de acordo com o porte do município:

Quadro 1- Profissionais do CRAS por porte do Município

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CRAS		
Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metrópole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	Até 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS
2 técnicos de nível médio	3 técnicos de nível médio	2 técnicos de nível médio

Fonte: BRASIL (2011)

No que diz respeito ao trabalho do assistente social no CRAS, conforme publicação intitulada “Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social”, exige-se que o mesmo tenha dentre outras características, o seguinte perfil:

Escolaridade mínima de nível superior, com formação em Serviço Social, Psicologia e/ou outra profissão que compõe o SUAS (dependendo do número de famílias referenciadas ao CRAS e porte do município, conforme a NOB-RH); com experiência de atuação e/ou gestão em programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais; conhecimento da legislação referente à política nacional de assistência social; domínio sobre os direitos sociais; experiência de trabalho em grupos e atividades coletivas; experiência em trabalho interdisciplinar; conhecimento da realidade do território e boa capacidade relacional e de escuta das famílias. (BRASIL, 2009a, p. 63)

Acrescenta-se ao perfil, as seguintes atribuições exigidas ao profissional de Nível Superior, neste caso, o assistente social:

¹⁶ Conforme a NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2006), “Equipe de referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários.”

Acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS; planejamento e implementação do PAIF, de acordo com as características do território de abrangência do CRAS; mediação de grupos de famílias dos PAIF; realização de atendimento particularizados e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS; desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território; apoio técnico continuado aos profissionais responsáveis pelo(s) serviço(s) de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos no território ou no CRAS; acompanhamento de famílias encaminhadas pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos ofertados no território ou no CRAS; realização da busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situações de risco; acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades; alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva; articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência; realização de encaminhamento, com acompanhamento, para a rede socioassistencial; realização de encaminhamentos para serviços setoriais; participação das reuniões preparatórias ao planejamento municipal ou do DF; participação de reuniões sistemáticas no CRAS, para planejamento das ações semanais a serem desenvolvidas, definição de fluxos, instituição de rotina de atendimento e acolhimento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações com outros setores, procedimentos, estratégias de resposta às demandas e de fortalecimento das potencialidades do território. (BRASIL, 2009a, p. 63).

Já em relação ao CREAS, conforme orientações técnicas, o mesmo deve atuar com famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos. Neste sentido é responsável pela oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos (PAEFI) principal serviço da Proteção Social Especial de Média Complexidade. Conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (aprovada por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009) o PAEFI.

é um Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. (BRASIL, 2009b, p. 25).

Para sua realização deve ter como provisão conforme ainda a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais:

AMBIENTE FÍSICO: Espaços destinados à recepção, atendimento individualizado com privacidade, atividades coletivas e comunitárias, atividades administrativas e espaço de convivência. Acessibilidade de acordo com as normas da ABNT.

RECURSOS MATERIAIS: Materiais permanentes e de consumo para o desenvolvimento do serviço, tais como: mobiliário, computadores, linha telefônica, dentre outros.

MATERIAIS SOCIOEDUCATIVOS: artigos pedagógicos, culturais e esportivos. Banco de Dados de usuários de benefícios e serviços socioassistenciais; Banco de Dados dos serviços socioassistenciais; Cadastro Único dos Programas Sociais; Cadastro de Beneficiários do BPC.

RECURSOS HUMANOS: De acordo com a NOB/RH-SUAS. (BRASIL, 2009b, p.13)

Além de ser responsável pelo desenvolvimento do PAEFI, outros serviços também podem ser ofertados pelo CREAS ou unidades específicas referenciadas ao CREAS, nos territórios onde se identificar a demanda, como o Serviço Especializado em Abordagem Social¹⁷; o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade¹⁸ e o Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e sua Famílias¹⁹, os quais são desenvolvidos no território de abrangência do CREAS.

¹⁷ De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Sócioassistenciais (2014), o Serviço Especializado em Abordagem Social deve ser ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos

¹⁸ De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2014), o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a resignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

¹⁹ De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Sócioassistenciais (2014), o Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias é um Serviço para a oferta de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por

Em relação à equipe de referência do CREAS , a Norma Operacional de Recursos Humanos também definiu parâmetros para a composição da equipe de referência de acordo com o nível de gestão municipal. Neste aspecto, houve um avanço em relação aos parâmetros para planejamento da composição da equipe técnica a partir da Portaria nº 843, de 28 de dezembro de 2010, a qual passou também a considerar o porte dos municípios como fundamental para estabelecer a quantidade mínima de técnicos tanto de nível superior quanto de nível médio, fundamentais para a concretização dos serviços socioassistenciais. Sendo assim, a equipe de referência, também deve ser composta por servidores públicos efetivos com o intuito de se ter uma continuidade dos serviços. Dentre os técnicos, deve haver no mínimo um assistente social, um psicólogo e dois técnicos de nível médio, variando a quantidade de cada um de acordo com o porte do município:

Quadro 2 – Profissionais do CREAS por porte do Município

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CREAS			
Porte	Nível de gestão	Capacidade de Atendimento/Acompanhamento	Equipe de Referência
Pequeno Porte I e II e Médio Porte	Gestão Inicial, básica ou plena	50 casos (famílias/indivíduos)	1 coordenador 1 Assistente Social 1 Psicólogo 1 Advogado 2 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários) 1 auxiliar administrativo

violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.

O serviço tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes. Deve contar com equipe específica e habilitada para a prestação de serviços especializados a pessoas em situação de dependência que requeiram cuidados permanentes ou temporários. A ação da equipe será sempre pautada no reconhecimento do potencial da família e do cuidador, na aceitação e valorização da diversidade e na redução da sobrecarga do cuidador, decorrente da prestação de cuidados diários prolongados.

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CREAS			
Porte	Nível de gestão	Capacidade de Atendimento/Acompanhamento	Equipe de Referência
Grande Porte, Metrópole e DF	Gestão Inicial, básica ou plena	80 casos (famílias/indivíduos)	1 coordenador 2 Assistentes Sociais 2 Psicólogos 1 Advogado 4 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários) 2 auxiliares administrativos

Fonte: BRASIL (2010)

No que diz respeito ao trabalho do assistente social no CREAS, conforme publicação intitulada “Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social”, exige-se que o mesmo tenha dentre outras características, o seguinte perfil:

Escolaridade mínima de nível superior, com formação em Serviço Social, Psicologia, Direito; conhecimento da legislação referente à política de Assistência Social, direitos socioassistenciais e legislações relacionadas a segmentos específicos (crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres etc.); conhecimento da rede socioassistencial, das políticas públicas e órgãos de defesa de direitos; conhecimentos teóricos, habilidades e domínio metodológico necessários ao desenvolvimento de trabalho social com famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos (atendimento individual, familiar e em grupo); conhecimentos e desejável experiência de trabalho em equipe interdisciplinar, trabalho em rede e atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos; conhecimentos e habilidade para escuta qualificada das famílias/indivíduos. (BRASIL, 2011b, p.99).

Acrescentam-se ao perfil, as seguintes atribuições exigidas ao profissional de Nível Superior, no caso em estudo, o assistente social:

Acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações; elaboração, junto com as famílias/indivíduos, do Plano de acompanhamento Individual e/ou Familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um; realização de acompanhamento especializado, por meio de atendimentos familiar, individuais e em grupo; realização de visitas domiciliares às famílias acompanhadas pelo CREAS, quando necessário; realização de encaminhamentos monitorados para a rede socioassistencial, demais políticas públicas setoriais e órgãos de defesa de direito; trabalho em equipe interdisciplinar; orientação

jurídico-social (advogado); alimentação de registros e sistemas de informação sobre das ações desenvolvidas; participação nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho; participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS, reuniões de equipe, estudos de casos, e demais atividades correlatas; participação de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas; para a definição de fluxos; instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos. (BRASIL, 2011b, p. 99).

Destaca-se ainda que as equipes de referência devem ser compostas por coordenador com formação em nível superior, concursado, com experiência na área social e coordenação de equipes, além de ter conhecimento da legislação referente à Política de Assistência Social e outras legislações como o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), estatuto do Idoso, etc.

Além destas orientações técnicas e normas relativas ao CRAS e CREAS publicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em 2011, o conjunto CFESS/CRESS, publicou um documento intitulado “Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social” (BRASIL, 2011a) onde constam reflexões a respeito da Assistência Social como política de Seguridade Social e do perfil do assistente social ao atuar com esta política.

Neste sentido, a referida publicação chama a atenção para o papel do assistente social no cotidiano profissional, destacando que a intervenção do assistente social não deve se deter apenas ao que está descrito nos documentos institucionais e ainda que este profissional deve ter uma abordagem que não trate as necessidades sociais demandadas pelos usuários como problemas individuais, mas sim como consequência das desigualdades sociais e suas múltiplas determinações:

Nessa perspectiva, a intervenção profissional na política de Assistência Social não pode ter como horizonte somente a execução das atividades arroladas nos documentos institucionais, sob o risco de limitar suas atividades à “gestão da pobreza” sob a ótica da individualização das situações sociais e de abordar a questão social a partir de um viés moralizante. Isso significa que a complexificação e diferenciação das necessidades sociais, conforme apontada no SUAS e na PNAS, e que atribui à Assistência Social as funções de proteção básica e especial, com foco de atuação na “matricialidade sociofamiliar”, não deve restringir a intervenção profissional, sobretudo a do/a assistente social, às abordagens que tratam as necessidades sociais como problemas e responsabilidades individuais e grupais. Isso porque todas as situações sociais vividas pelos sujeitos que demandam a política de Assistência Social têm a

mesma estrutural e histórica raiz na desigualdade de classe e suas determinações, que se expressam pela ausência e precariedade de um conjunto de direitos como emprego, saúde, educação, moradia, transporte, distribuição de renda, entre outras formas de expressão da questão social. (BRASIL, 2011a, p. 7).

É nesta linha de entendimento que a publicação traz as competências e atribuições dos/as assistentes sociais, na política de Assistência Social, com base na Lei de Regulamentação da Profissão:

Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no país e as particularidades regionais; compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento socio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado. (BRASIL, 2011a, p. 17).

Tais competências, conforme ainda a publicação do CFESS, são fundamentais para que se realize um trabalho tendo como base uma apreensão crítica da realidade. Neste aspecto, as competências específicas dos assistentes sociais, no âmbito da política de Assistência Social, abrangem também dimensões interventivas pautadas em um compromisso com a defesa dos direitos sociais e organização das classes trabalhadora com vistas ao acesso a esses direitos:

1. uma dimensão que engloba as abordagens individuais, familiares ou grupais na perspectiva de atendimento às necessidades básicas e acesso aos direitos, bens e equipamentos públicos. Essa dimensão não deve se orientar pelo atendimento psicoterapêutico a indivíduos e famílias (próprio da Psicologia), mas sim à potencialização da orientação social, com vistas à ampliação do acesso dos indivíduos e da coletividade aos direitos sociais;
2. uma dimensão de intervenção coletiva junto a movimentos sociais, na perspectiva da socialização da informação, mobilização e organização popular, que tem como fundamento o reconhecimento e fortalecimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo na luta pela ampliação dos direitos e responsabilização estatal;
3. uma dimensão de intervenção profissional voltada para inserção nos espaços democráticos de controle social e construção de estratégias para fomentar a participação, reivindicação e defesa dos direitos pelos/as usuários/as e trabalhadores/as nos Conselhos, Conferências e Fóruns da Assistência Social e de outras políticas públicas;
4. uma dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços a indivíduos, famílias, grupos e coletividade, na perspectiva de fortalecimento da gestão democrática

e participativa, capaz de produzir, intersetorial e interdisciplinarmente, propostas que viabilizem e potencializem a gestão em favor dos/as cidadãos/ãs;

5. uma dimensão que se materializa na realização sistemática de estudos e pesquisas que revelem as reais condições de vida e demandas da classe trabalhadora, e possam alimentar o processo de formulação, implementação e monitoramento da política de Assistência Social;

6. Uma dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas, dirigida aos/às diversos/as atores/atrizes e sujeitos da política: os/as gestores/as públicos/as, dirigentes de entidades prestadoras de serviços, trabalhadores/as, conselheiros/as e usuários/as. (BRASIL, 2011a, p. 17).

Tais dimensões, conforme a orientação do CFESS, permitem a construção de possibilidades que se desdobram em diversas competências, estratégias e procedimentos específicos, dentre as quais podemos destacar:

Realizar pesquisas para identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida da população, que subsidiem a formulação dos planos de Assistência Social; Formular e defender a constituição de orçamento público necessário à implementação do plano de Assistência Social; Favorecer a participação dos/as usuários/as e movimentos sociais no processo de elaboração e avaliação do orçamento público; Planejar, organizar e administrar o acompanhamento dos recursos orçamentários nos benefícios e serviços socioassistenciais nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS); Estimular a organização coletiva e orientar/as os usuários/as e trabalhadores/as da política de Assistência Social a constituir entidades representativas; Instituir espaços coletivos de socialização de informação sobre os direitos socioassistenciais e sobre o dever do Estado de garantir sua implementação; Prestar assessoria aos conselhos, na perspectiva de fortalecimento do controle democrático e ampliação da participação de usuários/as e trabalhadores/as; Organizar e coordenar seminários e eventos para debater e formular estratégias coletivas para materialização da política de Assistência Social. (BRASIL, 2011a, p. 21-22).

Diante das atribuições enumeradas nas publicações acima descritas e observando a quantidade de Assistentes Sociais presentes nos CRAS e no CREAS de Paço do Lumiar, emergiu a seguinte questão: É possível no cotidiano profissional do assistente social, realizar essas inúmeras atribuições?

Considerando ainda a Norma Operacional de Recursos Humanos (NOB-RH SUAS) que elenca a quantidade de profissionais de nível superior em cada CRAS e CREAS, é possível desempenhar essas atribuições de maneira que o

assistente social, como um profissional executor direto da Política de Assistência Social e em contato direto com o usuário, construa ações na perspectiva de concretização de direitos?

E ainda: em que medida essas atribuições exigidas ao assistente social e a quantidade de famílias referenciadas ao CRAS e ao CREAS acabam por perfilar (ou não) uma prática profissional rotineira e ligada apenas a demandas emergenciais?

Segundo a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2005), um dos requisitos da Gestão Básica é estruturar Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), de acordo com o porte do município, em áreas de maior vulnerabilidade social, para executar ações de proteção básica no território, conforme critério estabelecido no Quadro 3.

Quadro 3 – Quantidade mínima de CRAS por porte do município

PORTE DO MUNICÍPIO	QUANTIDADE MÍNIMA DE CRAS	FAMÍLIAS REFERENCIADAS
Pequeno porte I	Mínimo de 1 CRAS	Para até 2.500 famílias referenciadas
Pequeno porte II	Mínimo de 1 CRAS	Para até 3.500 famílias referenciadas
Médio Porte	Mínimo de 2 CRAS	Cada um para até 5000 famílias referenciadas
Grande Porte	Mínimo de 4 CRAS	Cada um para até 5000 famílias referenciadas
Metrópole	Mínimo de 8 CRAS	Cada um para até 5000 famílias referenciadas

Fonte: Brasil (2005), adaptado pela autora (2018)

Paço do Lumiar é um município do estado do Maranhão. Pertence à Região Metropolitana de São Luís e junto com Raposa, São José de Ribamar, Alcântara, Santa Rita, Rosário, Bacabeira e São Luís formam a maior metrópole do estado do Maranhão (também conhecida como Grande São Luís). Sua população, conforme estimativas do IBGE de 2018, era de 120.621 habitantes.

Em relação ao perfil social, dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que o fornecimento de energia elétrica estava presente praticamente em todos os domicílios. A coleta de lixo atendia 61,5% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água o acesso estava em 64,3% dos domicílios particulares permanentes e 55,2% das residências dispunham de

esgotamento sanitário adequado. Quanto aos níveis de pobreza, em termos proporcionais, 9,0% da população está na extrema pobreza, com intensidade maior na área rural (14,9% da população na extrema pobreza na área rural contra 7,0% na área urbana). Em 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 5,5%. Na área urbana, a taxa era de 4,2% e na zona rural era de 9,6%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 3,6%.

Os dados do Censo Demográfico 2010 e do Ministério do Trabalho e Emprego demonstraram também que o percentual de pessoas de referência no domicílio desempregada no município é de 3,1%. Em relação à população de 16 anos ou mais em situação de informalidade, o percentual observado foi de 26,1%. Já em relação à população de 10 a 13 anos ocupada, o percentual observado foi de 5,5%. A distribuição das pessoas ocupadas: 41,3% tinham carteira assinada, 24,3% não tinham carteira assinada, 22,3% atuam por conta própria e 0,8% de empregadores. Servidores públicos representavam 6,1% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 5,3% dos ocupados.

Em relação à Política de Assistência Social, Paço do Lumiar está no nível de Gestão Básica. A gestora municipal da Política de Assistência Social, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Social é graduada em Serviço Social e conta ainda com uma equipe de 06 (seis) assistentes sociais trabalhando na referida secretaria, além das assistentes sociais que fazem parte da equipe dos CRAS e CREAS. Conforme informações prestadas por funcionária da referida secretaria, a média de atendimentos diários é cerca de 80, referentes a inúmeras demandas como atendimento para acesso a programas sociais e benefícios socioassistenciais como o Benefício de Prestação Continuada.

Sobre o Programa Bolsa Família, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2019), no município de Paço do Lumiar há 13.384 famílias beneficiárias do programa. Essas famílias equivalem, aproximadamente, a 31,47% da população total do município, e inclui 2.427 famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. No mês de março de 2019 foram transferidos R\$ 2.161.893,00 às famílias do Programa e o benefício médio repassado foi de R\$ 161,53 por família.

Em Paço do Lumiar existem 02 CRAS²⁰. Um localizado na Zona Rural (endereço: Rua 8, s/nº, Conjunto Tambaú, Paço do Lumiar-MA) que abrange os seguinte bairros: Conjunto Tambaú, Vila Nazaré, Bacurizal, La Belle Park I e II, Lima Verde, Residencial Saramanta, Residencial Carolina, Residencial Vanessa, Montanha Russa, Orquídea, Jardim Paranã, Conjunto Paranã I, Conjunto Paranã II, Conjunto Paranã III, Conjunto Paranã IV, Novo Paço, Luís Fernando, Nossa Senhora da Luz, Codozinho, Vila Gaspar, Lot. Santa Edvirens, Iguaíba, Multirão, Mercês, Pindoba, Recanto dos Poetas, Mojó, Residencial Safira, Cutuvelo, Residencial Cordeiro, Pirâmide, Cidade Verde, Vila Romualdo, Pindaí, Rio São João, Taboca, Laranjal, Alto do Laranjal, Boa Vista, Cajual, Combique, Nossa Senhora da Vitória, Paço do Lumiar-sede, Alto do Praná, Vila Nova, Sítio Natureza, Nova Esperança, Santa Filomena, Riozinho, São José dos índios, Cururuca, Pedro Careca, Rio Grande, Maracajá, Pau-deitado, Timbuba, Alto da Esperança, Tendal, Morada Nova, Conj. Jaguarema, Conj. Manaira, Joaquim Aroso, Residencial Primavera I e II e Morada do Bosque.

O outro, localizado na Zona Urbana (endereço: Av. 13, Qd. 135, nº 02, Conjunto Maiobão) abrange os bairros: Bacuritiua, Bom Negócio, Caiaré, Residencial Mari Firmina I e II, Maiobão, Lot. Presidente Vargas, Conj. Upaon Açú, Dom Manuel, Residencial Araguaia, Lot. Jardim Santa Clara, Cohabiano, Parque do Farol, Residencial Cralos Augusto, Vila do Povo, Conj. Abdalla I e II, Zumbi dos Palmares, Conj. Roseana Sarney, Habitar Edimnho Lobão, Nova Vida, Vila Cafeteira, Lot. Silvana, Lot. Todos os Santos, Jardim das Mercês, Vila Tauari, Sítio Grande, Vassoural, Novo Horizonte I, Novo Horizonte II, Novo Horizonte III, Novo Horizonte IV, Novo Horizonte V, Vila São José I e II, Parque Thiago Aroso, Parque Marly Abdalla, Parque Copacabana, Nova Jerusalém, Renascer, Armindo Reis, Eugênio Pereira, Parque Horizonte, Itapera, Itaperinha, Pedrinhas, Vila Amadeu Aroso, Maioba-Praça, Maioba Porto, Mocajituba, Surutitiua, Nova Canaã, Bob Kennedy, Cajueiro.

O CREAS que abrange todo o território de Paço do Lumiar está localizado na Rua 76, Quadra 154, numero 16, Conjunto Maiobão, Paço do Lumiar- MA.

²⁰ Pelo porte do município de Paço do Lumiar, cuja população é de cerca de 120.621 habitantes conforme dados do IBGE/2018, deveriam haver no mínimo 4 CRAS.

Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o PAIF tem como “trabalho essencial ao Serviço” as seguintes atividades:

Acolhida; estudo social; visita domiciliar; orientação e encaminhamentos; grupos de famílias; acompanhamento familiar; atividades comunitárias; campanhas socioeducativas; informação, comunicação e defesa de direitos; promoção ao acesso à documentação pessoal; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania; conhecimento do território; cadastramento socioeconômico; elaboração de relatórios e/ou prontuários; notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; busca ativa. (BRASIL, 2009b, p.13).

Neste sentido, conforme descrito pelas assistentes sociais dos CRAS de Paço do Lumiar, as principais atividades desenvolvidas por elas no cotidiano profissional são as acima descritas que desdobram-se em outras diversas atividades presentes no cotidiano profissional como visitas institucionais para resolução de casos; planejamento de atividades a serem realizadas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários, visitas domiciliares para averiguação da situação socioeconômica da família para ter acesso ou não aos benefícios eventuais como aluguel social²¹; cesta básica e auxílio funeral, além de outras atividades.

Neste aspecto, podemos perceber que as tradicionais demandas impostas ao assistente social ligadas principalmente a visitas para fins de averiguação de situação socioeconômica de famílias permanece. Neste caso, o assistente social é um dos principais profissionais que vai observar e analisar a

²¹ O aluguel social, conforme relatos das assistentes sociais de Paço do Lumiar é um benefício eventual repassado para famílias de baixa renda e vivem em condições precárias de moradia e não tem recursos financeiros para adquirir ou alugar um local mais adequado para morar. Neste sentido, as pessoas que necessitam deste benefício procuram o CRAS para solicitar o benefício. Desta forma, o assistente social realiza um cadastro da família e prossegue para realização de visita domiciliar com fins de averiguação das condições socioeconômicas. Faz-se então um parecer social sobre a situação verificada e encaminha-se para a Secretaria de Assistência Social que irá selecionar as famílias a serem “beneficiadas”. A família “beneficiada” recebe um valor de R\$ 300,00 durante 6 meses.

Os benefícios eventuais conforme Lei Orgânica da Assistência Social “são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.” (BRASIL, 2016a, p. 29). Eles integram as garantias do Sistema Único de Assistência Social (Suas), devem ser regulados pelos conselhos de assistência social dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, mediante critérios e prazos definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social (Cnas).

situação quanto ao atendimento dos critérios para acesso ou não a benefícios.

Como afirma Abreu:

O acesso a tais benefícios, repõe, com maior rigor, a questão da seletividade/elegibilidade. Esta questão, considerada uma tradicional demanda profissional ao assistente social, é ressituada, atualmente, como uma atividade disputada com outras categorias profissionais, mas reafirmada ainda como uma das principais competências dos assistentes sociais, portanto, referência de legitimação desse profissional no mercado de trabalho. (ABREU, 2002, p. 194).

Neste sentido, observa-se que a pedagogia da “ajuda”, conforme apontada anteriormente é ainda uma prática que vem sendo aprofundada dentro do Serviço Social e reatualizada nos moldes capitalistas fortalecendo o consentimento das classes subalternas e escamoteando as contradições da relação capital/trabalho. Realidade observada na operacionalização da Política de Assistência Social em Paço do Lumiar, principalmente no que diz respeito ao repasse de benefícios socioassistenciais.

Por outro lado, é perceptível também que as assistentes sociais têm uma preocupação em prestar informações e orientações relativas aos direitos sociais e ainda de desenvolver as atividades zelando pela qualidade dos serviços e ainda de que os momentos com os usuários sejam uma forma de aproximação com as demandas presentes no território e identificação de vulnerabilidades sociais bem como de esclarecimentos de direitos sociais e encaminhamentos para órgãos relacionados às demais políticas públicas.

Ainda neste aspecto da prática profissional, um fato expresso pelas assistentes sociais de ambos os CRAS que notoriamente trouxe melhorias não somente para os usuários, mas também para elas no que diz respeito à qualidade dos atendimentos foi o que elas denominam de “agendamento dos atendimentos”, ou seja, os usuários que buscam o CRAS sejam por demanda espontânea²² ou por encaminhamento da Rede Socioassistencial não são apenas acolhidos em um primeiro momento e ouvidas as suas necessidades, mas também um novo

²² A demanda espontânea é quando o usuário busca o CRAS ou o CREAS para atendimento de uma necessidade individual ou familiar; diferentemente de um encaminhamento da Rede Sócioassistencial que é quando o usuário já foi atendido em algum órgão público, sua necessidade individual ou familiar foi identificada e assim o mesmo é encaminhado para o CRAS ou o CREAS conforme a situação vivenciada.

atendimento é marcado com o usuário que leva uma pequena ficha com data e horário para retornar ao CRAS e assim dar continuidade ao atendimento.

Sobre esta prática, conforme relatos das assistentes sociais, o agendamento dos atendimentos é algo recente. Foi resultado de inúmeras reuniões entre técnicos, coordenadores e gestores para o entendimento de que havia uma necessidade de se ter atendimentos mais qualificados e que pudessem dar continuidade aos serviços. Ressalta-se que neste contexto, as assistentes sociais informaram que ainda é uma luta constante das técnicas tanto do CRAS quanto do CREAS para que esta prática dos agendamentos continue principalmente com a mudança constante de gestores tanto em relação às coordenações dos CRAS e CREAS quanto à Secretaria de Assistência Social.

Neste aspecto, dois pontos merecem destaque: um diz respeito à correlação de forças presentes no ambiente institucional e o outro diz respeito à volatilidade de profissionais na função de coordenador ou Gestor da Secretaria de Assistência Social. Desta forma, como expressado pela fala de algumas, o trabalho realizado ao mesmo tempo em que avança, retrocede, por que elas, as assistentes sociais, precisam se adaptar à maneira de trabalhar de cada gestor e ainda se submeter a imposições da instituição que afetam o direcionamento do trabalho, que pode, dependendo também do “interesse” da gestão municipal favorecer o acesso da população aos serviços socioassistenciais como também limitá-lo.

Seguindo este entendimento, a relação com a instituição empregadora e todos os processos imbricados nesta relação recai em uma outra questão: a da autonomia profissional. Isto quer dizer que muito embora o assistente social seja reconhecido legalmente como profissional liberal, necessita de condições (humanas, financeiras, físicas, etc....) para execução do seu trabalho, além de estar envolto por relações burocráticas no ambiente de trabalho e limitações elencadas na relação contratual com o empregador. Desta forma, segundo Iamamoto (2007):

Verifica-se, pois, uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho. Assim, o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes históricos, que fogem ao seu controle e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho. (IAMAMOTO, 2007, p. 424).

Neste sentido, conforme os relatos das assistentes sociais dos CRAS e CREAS, apenas uma considera ter autonomia na execução do trabalho e na realização dos objetivos propostos dos serviços socioassistenciais. As demais consideram ter relativa autonomia conforme pode ser observado nos registros abaixo:

“Quando estou com o usuário eu tenho autonomia, eu esclareço o máximo possível, dou o máximo de informações sobre direitos, sobre as formas de eles buscarem seus direitos... Mas não tenho plena, por que temos pessoas que nos gestam. Às vezes até planejamos uma ação, uma atividade, mas se não for do interesse do gestor não acontece. Eu diria que é uma ‘pseudoautonomia’...” (entrevistada 2)

“ Minha autonomia não é como eu gostaria de ter... e acho que isso acontece pela própria limitação do trabalho...poderia ter mais estrutura, mais condições de trabalho para a gente trabalhar a contento. Por exemplo: o carro que eu preciso usar para fazer visitas tem que ser compartilhado com os outros órgãos, então as visitas ficam comprometidas...” (entrevistada 3)

“ Tenho autonomia relativa ou restrita. Sempre há uma dependência da gestão... Por exemplo: a cesta básica que eu necessito repassar para o usuário, a gestão pode atender à minha solicitação ou não.” (entrevistada 4)

“ Não tenho autonomia completa. Nosso trabalho depende muito da gestão; a gente precisa de ferramentas para trabalhar; se nós não tivermos esse *feedback* da gestão, é impossível darmos continuidade ao nosso trabalho.” (entrevistada 5)

“ Tenho autonomia nos atendimentos sociais, psicossociais...mas ela é um tanto limitada por conta da própria dinâmica da gestão pois ela coloca as definições de fluxos de atendimentos que deixa engessado o nosso trabalho. Exemplo: há casos que nós atendemos , aí temos que passar o relatório para a Secretaria de Assistência Social para depois eles repassarem para o Ministério Público; isso acaba atrasando o trabalho.” (entrevistada 6)

“ Acho que nós temos autonomia, mas o que nos limita são as condições de trabalho, como por exemplo, às vezes não tem carro para fazer as visitas ou o telefone não tem crédito para ligar para o usuário...” (entrevistada 7)

“ Para mim a questão da autonomia é muito relativa. A autonomia tem relação com o gestor da Assistência Social, com o gestor municipal e com a equipe. Eu considero que temos uma boa relação com a equipe, então a gente consegue fazer o trabalho; com o coordenador também, mas com a gestão é mais complicado, principalmente no que se refere a recursos; tivemos por exemplo que ir no Ministério Público falar que não tinha carro para fazer visitas e dizer como isso dificultava o nosso trabalho... então a autonomia depende da gestão que vem a cada quatro anos.” (entrevistada 8)

“Autonomia Relativa... Tenho autonomia no que tange às prerrogativas profissionais; mas a ordem de prioridade no atendimento da demanda se dá muito mais em razão de exigências do sistema de garantia de direitos que muitas vezes transforma em prioridade aquilo que chegou a domínio público, em detrimento de

outros com maior gravidade, os quais ficam relegados ao segundo plano.” (entrevistada 9)

Em relação ao espaço físico dos CRAS e CREAS, as assistentes sociais do CRAS localizado no bairro Tambaú expressaram que o mesmo é inadequado para a realização do trabalho e que muito embora o CRAS tenha sido construído com o cofinanciamento da esfera estadual, o mesmo não atende totalmente aos padrões de estrutura física ideal para realização dos serviços socioassistenciais. Neste aspecto, as assistentes sociais relataram que quando há uma demanda muito grande, e tanto o assistente social quanto o psicólogo precisa atender, elas têm que ir para outra sala, onde na maioria das vezes há outros funcionários, o que afeta o sigilo profissional. Portanto, para as assistentes sociais, deveriam haver mais salas adequadas para atendimento individual ou familiar que garantisse o sigilo profissional.

Em relação ao sigilo profissional é importante destacar que conforme Código de ética profissional, em seus artigos 15 e 16 do capítulo V, o sigilo profissional constitui um direito do assistente social e que o sigilo protege o usuário em tudo aquilo de que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.

No Cras localizado no bairro Maiobão, as assistentes sociais também consideram o local inadequado. Observando o espaço, e sendo um imóvel alugado, não atende aos padrões necessários para um melhor acolhimento e atendimento dos usuários pela equipe. É perceptível que o mesmo é pequeno para a quantidade de usuários que chegam ao local e ainda de intenso calor, o que torna o ambiente bastante desconfortável.

No CREAS²³, a situação é semelhante em relação ao sigilo profissional. Todas as assistentes sociais afirmaram que o espaço não garante sigilo. Inclusive, foi ressaltado na fala que a sala principal de atendimento fica ao lado de um banheiro coletivo onde qualquer pessoa que entra no local ouve o que está sendo dialogado na sala de atendimento.

²³ Conforme relatos ainda das assistentes sociais, existe outro local construído com o cofinanciamento do estado que deveria ser o CREAS, mas que ainda não foi inaugurado e encontra-se totalmente depredado sem previsão para reparos e que por esta razão, o local atual onde funciona o CREAS é em uma casa alugada.

Por se tratar de um Centro de Referência que atende diversas situações relacionadas à violação de direitos, a garantia do sigilo profissional também é imprescindível. Neste aspecto, as assistentes sociais relataram ainda que apesar de o espaço não ser adequado, o CREAS já esteve em condições piores: na gestão anterior, o espaço tido como referência dos serviços do CREAS não era o local atual, mas sim uma sala localizada dentro de um outro órgão (Sine- Sistema Nacional de Emprego) onde não era possível realizar o trabalho de maneira adequada. Desta forma, pode-se perceber que há avanços e retrocessos na dinâmica de operacionalização do trabalho do assistente social que não dizem respeito a uma simples vontade deste de ver progressos na realização de um trabalho que garanta qualidade na prestação dos serviços. Situação expressa, por exemplo, nas mudanças de prédios de órgãos públicos a cada quatro anos, fato ocorrido com os profissionais do CREAS, o que afeta também consideravelmente os usuários que terminam por não ter um local de referência contínuo para demandar os serviços socioassistenciais conforme também apontado pelas prerrogativas da NOB-RH SUAS. Como destacou uma das assistentes sociais:

“a gente sempre fica à mercê da gestão... não sabemos qual o pensamento do próximo gestor, onde ele vai colocar o CREAS para prestação dos serviços... e isso afeta totalmente o usuário, que acaba ficando sem referência, não sabe onde procurar os serviços.”
(entrevistada 8)

Outras condições relatadas pelas assistentes sociais que dificultam o trabalho profissional são o compartilhamento do veículo para a realização das visitas pelos CRAS, CREAS e outros órgãos afetando assim o acompanhamento dos usuários e planejamento das visitas domiciliares²⁴; falta de crédito no telefone da instituição interferindo assim no agendamento de atendimentos ao usuário e contato com outras instituições dos órgãos de defesa de direitos; dificuldades para obtenção de alimentação (lanche) para os usuários que participam das reuniões de grupo ou

²⁴ Uma das assistentes sociais do CREAS informou que no ano de 2017 praticamente não houve automóvel para a realização de visitas e nem telefone para contato com usuários. Momento também em que as assistentes sociais foram ao Ministério Público relatar a situação, o que para elas foi contrangedor principalmente por que logo após a denúncia das condições de trabalho para o órgão, conforme depoimento, as mesmas “começaram a ser vistas como encrequeiras e a receber retaliações”.

do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos²⁵; falta de materiais pedagógicos para desenvolver o trabalho com grupos, etc.

Acrescentamos ainda que de acordo com as assistentes sociais do CREAS, algumas funções são cobradas para as mesmas que não são de sua responsabilidade enquanto técnicas de nível superior do CREAS. Exemplo: a cobrança de relatórios sociais por parte do Ministério Público com prazos estabelecidos ou casos de denúncia do Disque 100. Neste contexto, as assistentes sociais relataram que por diversas vezes encaminham documentos esclarecendo o que é e o que não é de competência do CREAS para os órgãos de defesa de direitos como o Conselho Tutelar Municipal.

Neste sentido, foi possível perceber uma relação frágil com alguns órgãos responsáveis pela garantia de direito, que expressa também uma falta de clareza por parte da sociedade da organização do SUAS, especialmente sobre a Proteção Social Especial. Isto acaba refletindo no cotidiano profissional, pois o assistente social precisa diversas vezes responder, justificar, a não execução de determinada solicitação gerando ainda desgaste para o trabalhador. Também a cultura de determinações, presentes na esfera judicial enfraquece a relação entre CREAS e órgãos de defesa, afetando ainda o usuário que fica à espera de respostas para suas situações de direitos violados vivenciadas.

Com isto, os assistentes sociais também se sentem coagidos por parte dos órgãos da Justiça. Neste aspecto, uma das assistentes sociais apontou que uma das colegas está respondendo judicialmente por não executar uma determinação do Ministério Público.

Cabe apontar que a publicação intitulada “Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social” esclarece que

Os relatórios do CREAS não devem se confundir com a elaboração de “laudos periciais”, relatórios ou outros documentos com finalidade investigativa que constituem atribuição das equipes interprofissionais dos órgãos do sistema de defesa e responsabilização.

Porém, cabe ao CREAS, quando necessário e/ou solicitado, o encaminhamento ao sistema de defesa e responsabilização de relatórios que versem sobre o atendimento e acompanhamento às famílias e aos indivíduos, resguardando-se o que dispõe o código de

²⁵ Uma das assistentes sociais relatou que às vezes os técnicos e os coordenadores acabam tendo que “tirar dinheiro do próprio bolso” para comprar lanche para as reuniões com os usuários.

ética e as orientações dos respectivos conselhos de categoria profissional. Quando da sua elaboração, os profissionais devem, necessariamente, observar a função de proteção social da Assistência Social, bem como o papel do CREAS e suas competências que, de modo algum, poderão ser confundidos com o papel dos órgãos do sistema de defesa e responsabilização, a exemplo de delegacias e órgãos do Poder Judiciário. (BRASIL, 2011b, p. 43).

No que concerne a estas dificuldades apresentadas pelas assistentes sociais em relação às determinações de órgãos como o Ministério Público, as mesmas expressaram que tem levado a situação para o órgão gestor da Assistência Social, mas que percebem um receio do referido órgão em esclarecer para o Ministério Público o que é de responsabilidade do CREAS.

Em relação ao exposto, fica claro a necessidade de se promover reuniões não somente com os órgãos de defesa de garantia de direitos, mas com os demais órgãos das políticas públicas para esclarecimento da Política de Assistência Social, organização do SUAS e papéis dos equipamentos e dos serviços socioassistenciais no município.

Questionadas também sobre situações de assédio moral por parte da instituição empregadora, conforme conceituação de Hirigoyen (2012), expressa no primeiro capítulo deste estudo; foi relatada a seguinte situação: uma das assistentes sociais descreveu que foi remanejada na gestão anterior da equipe de profissionais de um dos CRAS para outro CRAS por questões políticas e por ser “uma profissional que sempre questionou a qualidade dos serviços e não se submetia a situações que viessem a prejudicar os usuários.”.

Para a assistente social que relatou esta situação, há dentro dos órgãos públicos uma discriminação em relação às pessoas concursadas, que segundo ela, são vistas como “problemáticas, questionadoras, que não apoiam a gestão”.

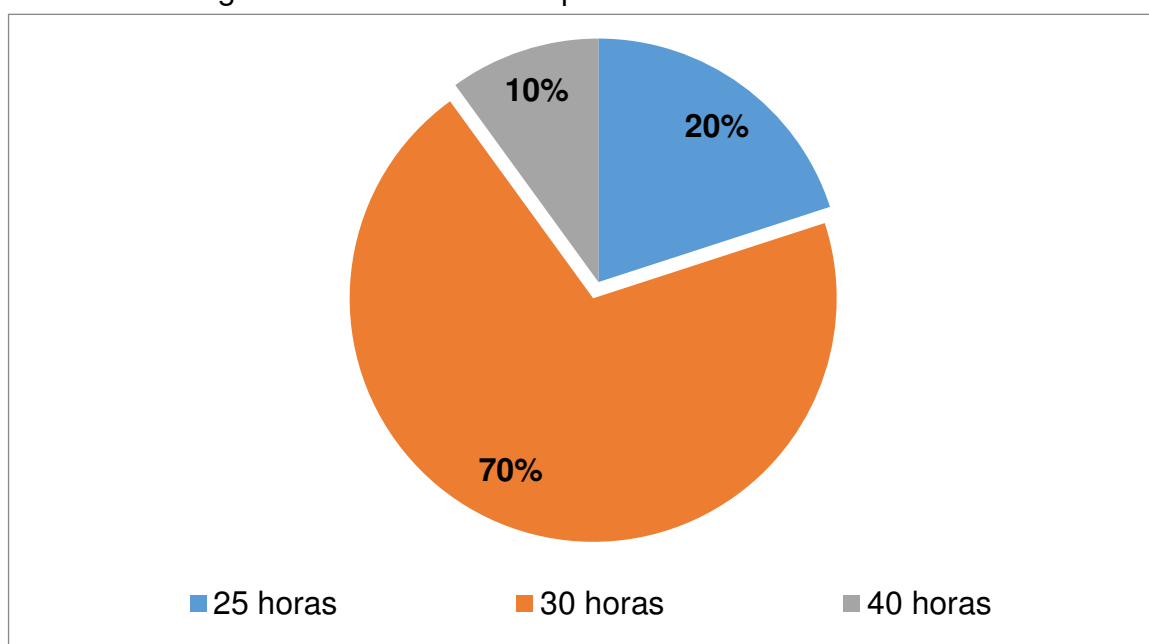
Outros relatos que não dizem respeito especificamente à ocorrência de assédio moral, mas representam situações de constrangimentos e desrespeito ao profissional referem-se à realização de funções que não são condizentes com as atribuições do assistente social. Um exemplo citado foi o constrangimento de uma assistente social em ter que limpar o local de trabalho em um momento em que não havia um auxiliar de serviços gerais.

Destaca-se também na fala de uma assistente social, uma situação abusiva em relação à mesma que por ter um vínculo instável se submete ao

cumprimento de quarenta horas semanais de trabalho e que, conforme expresso pela mesma, quando questiona a gestão sobre a quantidade de horas semanais baseada no artigo 5ª da lei 12.317, de 26 de agosto de 2010, recebe como resposta “explicações sobre a falta de recursos para colocar mais profissionais e que o desemprego está grande.”

Em relação à quantidade de horas semanais, a maioria cumpre 30 horas conforme Gráfico 7.

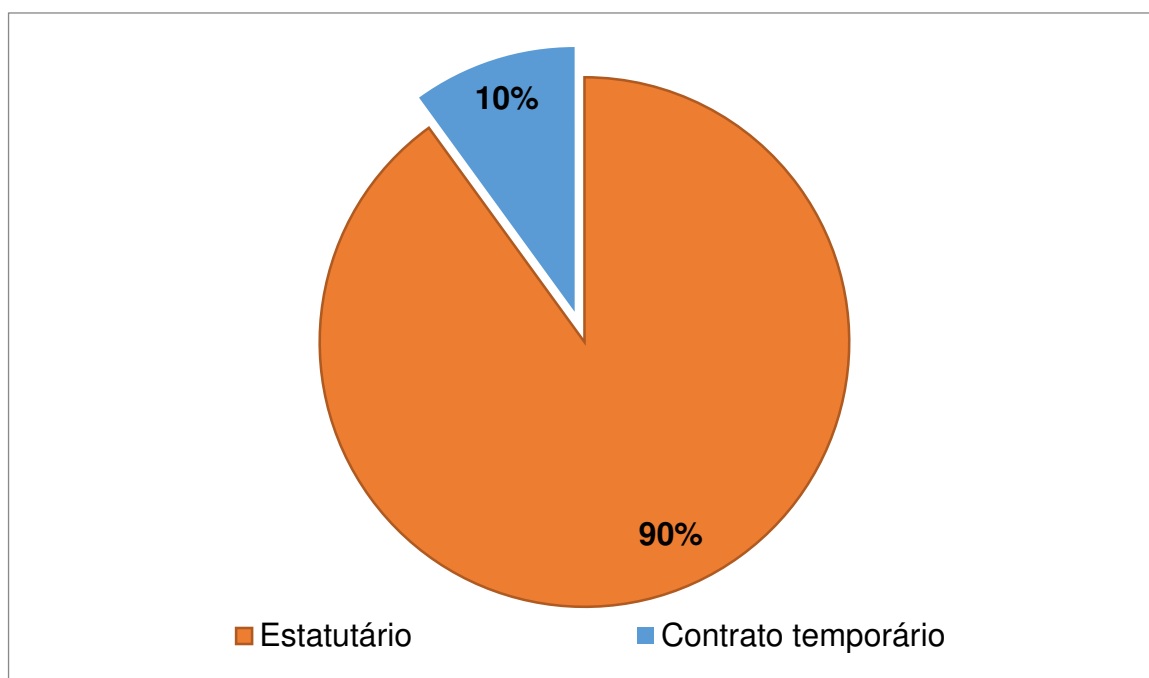
Gráfico 7 – Carga horária semanal dos profissionais



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Em relação aos vínculos trabalhistas, apenas uma assistente social é contratada, como pode ser observado no Gráfico 8. As demais são todas concursadas, o que representa um avanço em relação à maioria dos municípios brasileiros (BRASIL, 2014), nos quais a maior parte dos assistentes sociais que estão na operacionalização da Política de Assistência Social não tem vínculo permanente, contrapondo assim as prerrogativas da Norma Operacional de Recursos Humanos (NOB-RH SUAS).

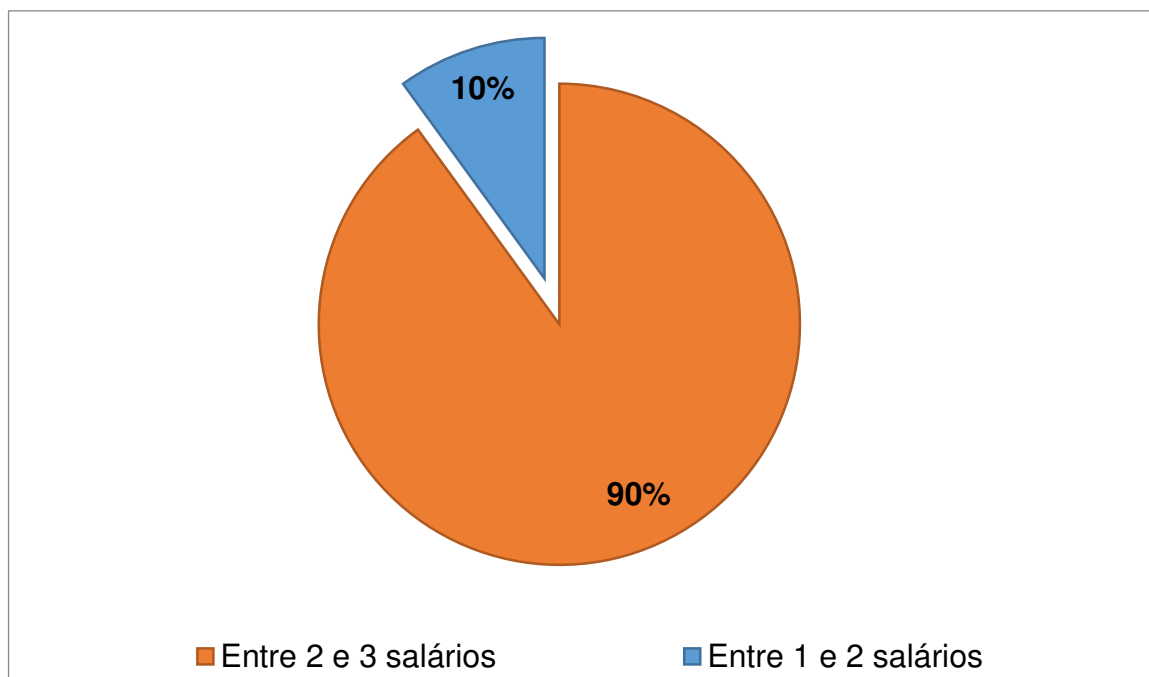
Gráfico 8 – Percentual dos profissionais por vínculo empregatício



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Sobre o nível salarial das assistentes sociais dos CRAS e CREAS, a maioria recebe entre dois a três salários mínimos brutos, conforme o Gráfico 9. Apenas a assistente social contratada recebe menos que dois salários mínimos brutos. Chama atenção também o fato de 80% das assistentes sociais possuírem outro emprego, algumas nas Políticas de Saúde, Educação e outras como docentes de nível superior e uma em empresa privada. Realidade que segundo as mesmas se dá pela necessidade de complementar a renda familiar para a sobrevivência de seus membros ou para ter uma melhor “qualidade de vida”. Algumas delas, conforme exposto, trabalham em outros municípios, o que torna o trabalho ainda mais desgastante.

Gráfico 9 – Faixa salarial



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

No entanto, ainda que seja um avanço na Política de Recursos Humanos da Assistência Social em Paço do Lumiar quanto à existência de profissionais concursados, destaca-se na fala das assistentes sociais o sentimento de frustração e desvalorização por parte dos gestores municipais tanto em relação ao nível salarial quanto a ausência de plano de cargos e carreiras no município, conforme destacado nas falas:

- “A gente se sente muita desvalorizada, há muita cobrança, mas não dão as condições necessárias.” (entrevistada 3)
- “Os gestores não reconhecem o nosso trabalho” (entrevistada 4)
- “Falta ainda reconhecimento da gestão municipal, o salário é baixo, as condições são precárias...” (entrevistada 5)
- “Não me sinto valorizada na questão salarial...tem gente que nem trabalha e ganha mais...” (entrevistada 6)
- “Não temos plano de cargos, carreiras e salário...o antigo gestor tirou os dois artigos que davam direito à gratificação...” (entrevistada 9)

Neste aspecto, a NOB-RH SUAS destaca, dentre outras diretrizes que

1. Os Planos de Carreira, Cargos e Salários abrangem todos os trabalhadores que participam dos processos de trabalho do SUAS, desenvolvidos pelos órgãos gestores e executores dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais da Administração Pública Direta e Indireta, das três esferas de governo na área da Assistência Social.
2. Os PCCS devem ser únicos, com isonomia em cada uma das esferas de governo, garantindo mecanismos regionais e locais

negociados, visando à fixação de profissionais em função da garantia de acesso e equidade na oferta de serviços à população.

3. Deverão ser criadas as Programações Pactuadas Integradas - PPI sobre a gestão do trabalho (incluindo os trabalhadores da gestão e da execução dos serviços socioassistenciais), especialmente quanto à pactuação entre os gestores de pisos salariais regionais e fatores de diferenciação inter-regionais.

4. Quando da elaboração dos PCCS, a evolução do servidor na carreira deverá ser definida considerando-se a formação profissional, a capacitação, a titulação e a avaliação de desempenho, com indicadores e critérios objetivos (quantitativos e qualitativos), negociados entre os trabalhadores e os gestores da Assistência Social.

6. Os PCCS devem estimular o constante aperfeiçoamento, a qualificação e a formação profissional, no sentido de melhorar a qualidade dos serviços socioassistenciais e permitir a evolução ininterrupta dos trabalhadores do SUAS na carreira. Devem ser definidos parâmetros e/ou períodos para que os trabalhadores tenham direitos e deveres quanto às possibilidades de afastamento temporário do trabalho para realizarem a qualificação profissional dentro ou fora do País.

7. Os PCCS incluirão mecanismos legítimos de estímulo, propiciando vantagens financeiras, entre outras, aos trabalhadores com dedicação em tempo integral ou dedicação exclusiva para a realização do seu trabalho, na área de abrangência do plano. (BRASIL, 2011c, p. 52-53).

Um ponto neste contexto que merece destaque é a diferenciação tanto salarial quanto de horas semanais trabalhadas entre as assistentes sociais efetivas e a assistente social regida por um contrato temporário, uma tendência que tem se ampliando cada vez mais em âmbito mundial. Ou seja, vínculos cada vez mais precários e salários decrescentes reforçados pela ampliação do mundo do desemprego (ANTUNES, 2005).

Neste sentido, em diálogo com a assistente social contratada, esta expressou em tom de desabafo a insegurança que vive diariamente por não ter um vínculo permanente e estar à mercê da instabilidade do mercado de trabalho e de interesses políticos:

Sinto-me insegura por que na política a gente não sabe o que acontece por trás dos bastidores... às vezes tem reunião no final de semana e aí quando a gente chega na segunda-feira, já tem pessoas que foram demitidas. Hoje é tudo jogo político: a pessoa para conseguir um emprego tem que ter um 'padrinho'... Isso afeta totalmente a minha vida! Não posso planejar nada a longo prazo por que eu não sei até quando eu vou ficar! Às vezes eu digo para meu marido que quero comprar algo, ele diz que eu não posso por que eu não sou concursada... Na gestão anterior, por exemplo, eu estava trabalhando, mas depois da licença maternidade me tiraram logo! Eu

fiquei bastante frustrada ainda mais por estar com uma criança pequena. (entrevistada 1)

Neste entendimento, a NOB-RH SUAS , em seu conteúdo expressa que

A gestão do trabalho no âmbito do SUAS deve também: garantir a “desprecarização” dos vínculos dos trabalhadores do SUAS e o fim da terceirização, garantir a educação permanente dos trabalhadores, realizar planejamento estratégico, garantir a gestão participativa com controle social, integrar e alimentar o sistema de informação. (BRASIL, 2011c, p. 19).

Portanto, o que se percebe em grande parte no que diz respeito à valorização do trabalhador no SUAS, em especial os assistentes sociais, é a contradição entre aquilo que está posto nas normas do SUAS e o que de fato acontece no cotidiano profissional.

Acrescenta-se a isso, conforme destacado pelas assistentes sociais, que as legislações referentes à profissão de Serviço Social não são respeitadas como deveriam ser a exemplo do embate constante que elas tem em relação a carga horária de trinta horas semanais cada vez que muda de gestão ou da luta pela garantia do sigilo profissional.

Por outro lado, algo que chama a atenção na fala das assistentes sociais é que apesar de se sentirem desvalorizadas pela gestão municipal (prefeitos e secretários), estas percebem o reconhecimento do seu trabalho por parte dos usuários e da equipe de profissionais:

“Eu me sinto valorizada por que eu vejo que todos os profissionais ‘podem faltar’, mas eu não posso por que há casos complexos que chegam ao CRAS e a minha coordenadora diz: ‘deixa para ela’ por que eu consigo resolver. Então a gente acaba sendo respeitado pela coordenação e pela equipe... os usuários também se apegam a nós, querendo ser atendidos só por mim. Eu tento dar um tratamento melhor para meu usuário... este reconhecimento do usuário não tem preço, é uma das melhores coisas este reconhecimento.” (entrevistada 2)

“Sinto-me valorizada pelos usuários. Eles se aproximam de nós, nos agradecem...há uma reciprocidade. Dos profissionais também!” (entrevistada 3)

“Os usuários nos reconhecem; não todos. Mas muitos acabam dando esse *feedback* sobre a mudança que acontece na vida deles depois que a gente atende, acompanha...e isso traz conforto para nós.” (entrevistada 4)

“A equipe e coordenação me valorizam. Os usuários também por que eu crio vínculo com eles, ou seja, sou uma referência para eles no meu trabalho.” (entrevistada 8)

Em relação à Política de Assistência Social, quando questionadas se houve melhorias dos serviços socioassistenciais e do trabalho profissional após a implantação do SUAS com todas as suas normas (PNAS, NOB SUAS, NOB RH SUAS, etc.), as assistentes sociais responderam unanimemente que sim, houve melhorias. No entanto, destacaram que principalmente em face da atual conjuntura marcada por retrocessos no acesso a direitos, a qualidade dos serviços ofertados e o trabalho profissional tem sido afetados de maneira considerável :

“Com certeza houve melhorias. Eu sou de um tempo que não tinha esta organização. O serviço era perdido; cada um trabalhava do jeito que sabia. A gente não conseguia falar a mesma língua, mas hoje tem coesão, tem um norte, uma orientação. Isto fortalece até a própria luta do assistente social em torno dos trabalhadores do SUAS para que a Política de Assistência Social avance. No entanto eu penso que a atual conjuntura é um retrocesso para a Política de Assistência. Com o governo Temer tudo volta: a caridade, a filantropia, o primeiro damismo, o assistencialismo. Parece que a ‘peça é a mesma, só mudam os personagens’... Penso também que na verdade avançou na legislação, mas efetivamente ainda tem muita coisa a ser feita e isso depende muito da vontade política dos gestores.” (entrevistada 2)

“ Sim . Houve melhorias sim. A gente ainda não conseguiu a excelência, a plenitude de tudo. Mas que deu uma melhorada, uma organizada, isto sim.” (entrevistada 3)

“ Sim. Houve por que a gente consegue desenvolver melhor as atividades, hoje está mais segmentado, organizado. Isso ajuda até o usuário a compreender os serviços na área da Assistência Social.” (entrevistada 4)

“Sim. Com o SUAS a gente sai desse puro assistencialismo e a Assistência Social se torna Política Pública, também os usuários começam a ter mais acesso aos serviços além de ampliar o mercado de trabalho para o assistente social. Com o SUAS a Política de Assistência Social dá uma alavancada, embora atualmente eu considere que há um retrocesso.” (entrevistada 5)

“ Sim, principalmente com esta divisão por níveis de proteção, nível de complexidade, embora ainda precise melhorar muito. Aqui por exemplo tem situações de alta complexidade, mas não temos os locais, então temos que encaminhar para São Luís.” (entrevistada 6)

“Melhorou sim. Não conseguimos ainda ter a excelência e a plenitude de tudo conforme está normatizado, mas deu uma organizada.” (entrevistada 7)

“Melhorou com certeza. Foi neste momento que a nossa profissão teve um ‘boom’ por que surgiram mais oportunidades para nós assistentes sociais.” (entrevistada 8)

“ Sim. Percebi que melhorou. Quando eu comecei a trabalhar não era assim; agora tem os níveis de Proteção. Claro que precisa avançar muito. Se comparado com a saúde, educação, está muito aquém.” (entrevistada 9)

Desta forma, concordando também com as assistentes sociais

entrevistadas, compreendemos que não há dúvidas quanto ao avanço da Política de Assistência Social, pelo menos em termos legais, a partir da Constituição Federal, pois esta transita do assistencialismo para o campo da Política Social, como política pública sob responsabilidade do Estado.

Neste segmento, a consolidação desta em política pública vem para garantir a proteção social no Brasil, desde a infância até o término da vida dos cidadãos atuando no campo de defesa e atenção aos mais vulneráveis.

No entanto, consideramos que na atual conjuntura, esta tem assumido uma centralidade para enfrentamento das expressões da questão social (MOTA, 2007), como resposta para a desigualdade social. Neste sentido, ela passa a ser vista não mais como parte da Proteção Social, mas como aquela que vai proteger o pobre, ainda mais em tempos de “reformas” trabalhistas e previdenciárias, que em última instância significam tirar mais de quem recebe menos e desconstruir a perspectiva de ter uma segurança na velhice. Cria-se assim, uma dependência de “benefícios” de transferência de renda que passam a ser a única fonte de grande parte da população que vive em situação de miséria. Ao mesmo tempo, fortalece o controle do capital em cima da massa de trabalhadores desempregados que necessitam das ações e “benefícios” da Assistência Social para sobreviver.

Além disso, compreendemos que a luta pela Assistência Social desloca a luta pelo trabalho e suas garantias. Neste aspecto, concordando com Lopes, os trabalhadores de hoje vivenciam “uma profunda contradição entre a necessidade histórica de sua organização como classe e a dependência de políticas assistenciais míseras que constituem a base de sustentação do assistencialismo.” (LOPES, 2009, p.10)

Nestes termos, quando questionadas também sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (aprovada por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009) e sobre a realização dos serviços de acordo com as orientações contidas nela, as assistentes sociais dos CRAS e CREAS ressaltaram que a Tipificação possibilitou a padronização dos serviços de proteção social básica e especial, organizando cada um a nível nacional a partir do estabelecimento do público alvo a ser atendido, propósito de cada serviço, resultados esperados, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento e etc...

No entanto, apontaram de maneira geral que os serviços não tem sido ofertados conforme a padronização da Tipificação por diversos entraves, dos quais destaca-se a falta de infraestrutura necessária para os serviços (local adequado, transporte para visitas, lanche para os usuários, etc...) e principalmente um fator determinante para a consecução do trabalho que é o recurso Humano:

“Não fazemos muito de acordo com a Tipificação dos Serviços por que precisamos de mais suporte técnico, pessoas para ajudar. Nós não temos muitos facilitadores... Precisa também de lanche, de pessoas e de recurso financeiro. No grupo de idosos, se a gente faz só palestras eles não querem; temos que fazer oficinas, cursos se não eles não vem...e aí tem que ter material, pessoas para fazer as oficinas..” (entrevistada 1)

“É feito de forma precária devido à frequente interrupção da infraestrutura necessária ao trabalho, tais como telefone com crédito, veículo para visitas, lanches para reuniões, dentre outros.” (entrevistada 2)

“A nossa dificuldade é a continuidade dos serviços... temos dificuldades também com os usuários: mesmo com a sensibilização destes, falta interesse da própria família. Também outra dificuldade que temos é a quantidade de material didático que é bem escassa e também a falta de apoio logístico da gestão.” (entrevistada 3)

“ Não é feito a contento, mas nós tentamos na medida do possível.. Existem muitas famílias para serem atendidas e acompanhadas para poucos profissionais, aí acaba que temos que selecionar quem será acompanhado, ou seja, a demanda é muito alta. Então são diversas situações dos usuários que vem para nós. Exemplo: um usuário vem pedir cesta básica e aí não tem! Eu vou dizer o quê para ele? ...São várias vulnerabilidades, e aí eu penso que falta também cursos de geração de renda e qualificação para tirar famílias destas situações...” (entrevistada 4)

“ Executamos o PAEF, mas não como está descrito na Tipificação.” (entrevistada 5)

“A gente tenta fazer como está na Tipificação.... Penso que fazemos até mais por não termos as condições ideais... mas os outros serviços não executamos por que também depende de equipamentos, estrutura física...” (entrevistada 6)

“A execução dos serviços ainda está com muitas dificuldades. Executamos apenas o PAEF, mas com muitas dificuldades estruturais, a equipe é pouca diante da demanda.” (entrevistada 9)

Mais uma vez, conforme observado nas falas, as condições para realização do trabalho profissional do assistente social são determinantes no contexto institucional na medida em que o assistente social ao executar os serviços, repassar benefícios, necessita de recursos para isso. Pode-se apontar neste segmento, que um fator determinante para execução dos serviços socioassistenciais é o Orçamento destinado aos mesmos. Desta forma, a diminuição do Orçamento destinado à Política de Assistência Social tem sido um entrave para concretização

dos objetivos do Sistema Único de Assistência Social ao lado dos retrocessos impostos pela lógica capitalista que aciona a sociedade e organizações ligadas à filantropia para “dar assistência” aos mais pobres.

O recurso financeiro é fundamental para que o SUAS seja efetivado. Para tanto, o cofinanciamento dos três entes federados deve ser feito por meio de transferências regulares e automáticas entre os fundos de Assistência Social. Estes fundos de assistência social são instrumentos de gestão dos três entes, nos quais devem ser alocadas as receitas e executadas as despesas relativas aos serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social, conforme descrito na Norma Operacional Básica do SUAS. Neste aspecto, cabe ao órgão gestor da Assistência Social em cada ente federado, gerir o Fundo de Assistência Social, sob orientação e controle dos seus respectivos Conselhos de Assistência Social.

No entanto, contraditoriamente à diminuição dos recursos destinados à Assistência Social, esta tem assumido um papel na esfera de proteção social no lugar de outras políticas, em especial o trabalho, como já apontado neste capítulo. Nesta direção, as demandas dos usuários pelos serviços socioassistenciais, “benefícios” eventuais, programas de transferência de renda como é o caso do BPC e do Bolsa Família aumentam. Desta forma, os assistentes sociais são acionados para atender a estas demandas, realizar entrevistas, cadastros, visitas domiciliares, etc..., o que sobrecarrega o profissional, que além de ser requisitado pela instituição para atender a estas demandas, muitas delas emergenciais (como é o caso dos benefícios eventuais), precisa prestar conta das suas atividades através de relatórios que quantificam o número de atendimentos, acompanhamentos, visitas, etc...

Nesta compreensão, a “cultura do gerencialismo” presente hoje não somente no âmbito empresarial, mas também no serviço público ao lado também da crescente informatização do trabalho tende a aumentar o desgaste físico e mental dos trabalhadores, aumentando ao mesmo tempo o efeito controlador sobre o trabalho. (RAICHELLIS, 2011).

Neste aspecto, conforme relato das assistentes sociais de Paço do Lumiar, a quantidade de famílias atendidas por elas é grande²⁶. A demanda é alta e

²⁶ As assistentes sociais dos CRAS apontaram que a média de atendimentos feitos por cada uma delas entre entrevistas, visitas domiciliares, acompanhamentos varia entre 30 a 60 famílias. No caso do CREAS esta situação é ainda mais desgastante pela própria

o número de profissionais é insuficiente diante de tantos casos de vulnerabilidade e de direitos violados. Todas consideram, assim, que deveria haver mais assistentes sociais nos CRAS e CREAS.

Esta dinâmica institucional, além de trazer desgaste para o profissional, tende a impor um cotidiano rotineiro, tarefairo, e mais desafiador na busca de estratégias que fortaleçam a reflexão sobre os processos nele imbricados e conhecimento para embasar lutas e reivindicações para a classe trabalhadora.

No caso do CREAS cujas demandas envolvem casos de abuso sexual, drogadição, violência física e psicológica contra a mulher, violência contra o idoso, trabalho infantil, adolescente que cometeu ato infracional, etc., ou seja, casos complexos que exigem atendimentos e acompanhamentos mais especializados e que tem sido cada vez mais frequentes, as assistentes sociais relataram que no seu cotidiano profissional precisam selecionar os mais graves, arquivando assim aqueles considerados menos graves, mas que também necessitam de acompanhamento²⁷ para posteriormente prosseguir no atendimento até que os outros casos sejam superados. É o que elas denominam de “demandas reprimidas”.

Nesse sentido, a quantidade insuficiente de profissionais para o atendimento das demandas é uma das principais críticas em relação à Política de Assistência Social nos municípios (COUTO, 2012).

Por último, cabe destacar que este cotidiano profissional marcado pela escassez de recursos humanos, financeiros e estruturais, associado ao baixo nível salarial (considerado pelas assistentes sociais de Paço do Lumiar incompatível com o trabalho que realizam) e a complexidade das situações familiares que acompanham traz como seqüela sintomas de adoecimento físico e emocional.

complexidade dos casos atendidos. Elas apontaram que cada uma acompanha em média cerca de 30 a 50 famílias. No caso, elas tem cerca de 160 famílias em acompanhamento. A NOB- RH e NOB – SUAS apontam que deveriam ser 80 famílias/mês.

²⁷ O acompanhamento familiar que pode ser feito pelo assistente social, psicólogo ou por ambos é uma metodologia usada para os casos em que há necessidade de atenção mais focalizada a um indivíduo ou mais membros da família. O acompanhamento envolve uma série de atividades como orientação jurídico-social, atendimento psicossocial individual, familiar e em grupo dependendo de cada caso. Também são feitos encaminhamentos para a rede sócioassistencial, rede de saúde, demais políticas públicas, órgãos de defesa, etc... Durante o acompanhamento poderão ser realizadas visitas domiciliares que são uma modalidade de atendimento que tem como objetivo aprofundar a compreensão do cotidiano dos sujeitos, da dinâmica das relações que os mesmos estabelecem em sua vida familiar e comunitária.

Durante as entrevistas em diversos momentos ficou explícito o sofrimento que as assistentes sociais dos CRAS e CREAS vivenciam cotidianamente, aliviado somente nos momentos que conseguem atender os usuários em suas necessidades e ter um reconhecimento destes ou da equipe profissional.

Algumas relataram assim que se sentem estressadas devido à rotina ou desânimo diante da falta de recursos financeiros e materiais para a realização do trabalho. Também frustradas por não conseguirem atender a uma demanda do usuário embora reconheçam que são situações decorrentes de problemas estruturais.

No caso especificamente do CREAS, o principal reclamo foi a imposição de tarefas que não competem a este por outros órgãos como o Ministério Público. As mesmas expressaram ainda que sentem desgaste emocional por conta dos casos que atendem além de medo por ter que lidar com situações que envolvem perigo²⁸ para a sua integridade física e por ter que visitar locais insalubres e não receber adicional por isso. E todas expressaram que sentem-se desvalorizadas pela gestão municipal principalmente no que se refere ao baixo salário e ao congelamento deste.

São observações que podemos perceber nos relatos abaixo:

“Sinto insegurança, medo e desvalorização. Fazemos aquilo que não é de competência nossa. Nós somos muito cobradas pelo Ministério Público. Isso traz stress, ansiedade... e os próprios casos do CREAS que atendemos nos ‘sugam’ emocionalmente.” (entrevistada 6)

²⁸ Alguns casos relatados pelas assistentes sociais que causaram medo, sentimento de desproteção e ansiedade nas mesmas foram os seguintes: um caso emblemático foi uma imposição enviada pelo Ministério Público para que as assistentes sociais averiguassem caso de violência contra um idoso; as mesmas tiveram que fazer a visita e logo após relatório social para ser encaminhado para o MP. O familiar do idoso que estava no momento da visita, logo após saber do conteúdo do relatório foi ao CREAS e ameaçou a assistente social e outro profissional que fizeram a visita. Outro caso relatado foi quando uma assistente social foi visitar uma família em situação de drogadição e no momento da visita, próximo ao local, dois homens com arma de fogo estavam observando o decorrer da visita. Outro caso também semelhante foi quando uma assistente social foi acompanhar um caso de violência, e no momento da visita foi abordada por um homem com uma arma de fogo. Ressalta-se que nestas visitas, geralmente vão apenas os profissionais, geralmente o assistente social com o psicólogo (ou somente o assistente social) e o motorista do automóvel utilizado para fazer as visitas do CREAS. Portanto, a equipe fica totalmente desprotegida.

“ Não há isonomia salarial; não tem plano de cargos, carreiras e salários. Não há aumento de salário conforme a proporção de aumento do salário mínimo. É uma falta de respeito! Isso causa até um desânimo no profissional.” (entrevistada 1)

“O público que acompanhamos são situações difíceis, complexas, são casos difíceis, nos sentimos estressadas...” (entrevistada 2)

“ O salário não é compatível com o trabalho que eu realizo. É um desgaste emocional muito grande! Não temos as condições adequadas de trabalho, não temos todo o suporte que precisamos.” (entrevistada 4)

“há uma politização da demanda da assistência no município que tende a culpabilizar o profissional, falseando a falta de condições de trabalho que chega a público como inoperância ou preguiça dos trabalhadores da assistência. Agem nesse sentido, sobretudo o Conselho Tutelar e Conselhos de Direitos do Município, cujos representantes têm fortes ligações com a gestão pública municipal, haja vista que seus familiares ocupam cargos comissionados.” (entrevistada 9)

“a lotação de profissionais no CREAS é feita compulsoriamente, haja vista que sob o critério de escolha, nenhum dos aprovados em concurso opta por esta unidade. Contribui para isso a baixa remuneração, que na área da saúde retribui com gratificação. Ou seja, o mesmo profissional que trabalha na média complexidade, na rede de saúde possui gratificação, enquanto seu par, recebe na assistência de media complexidade somente o salário-base. Cabe ressaltar ainda que os relatórios de acompanhamento construídos pelo CREAS possuem grande relevância, especialmente, nas Promotorias, que muitas vezes os utilizam como fiel da balança na hora de decidir se promoverá ação de violação de direitos, seja contra familiares negligentes com seus idosos e crianças, seja contra o Estado na perspectiva de oferecer aquilo que é sua obrigação constitucional (abrigo, acesso à educação, saúde, dentre outros).” (entrevistada 9)

“ Nos sentimos desgastadas, stressadas tanto pelas situações que acompanhamos quanto pela quantidade de demandas que vem até nós. E ainda tem o salário baixo. Eu preciso ter um outro vínculo empregatício para completar minha renda. Nós também nos expomos a locais insalubres, perigosos...” (entrevistada 5)

“ Eu me sinto estressada primeiro por conta da viagem que faço toda semana... preciso deste emprego e do outro. Enfrento perigo de estrada. E as condições de trabalho não são boas. Falta carro, recursos; as vezes não podemos dar uma resposta para os usuários, o salário é baixo... tudo isso me causa frustração.” (entrevistada 4)

“Sinto-me stressada por que a gente percebe que os recursos que vem para a Assistência Social não são aplicados. Falta um comprometimento do gestor municipal e dos secretários” (entrevistada 3)

“ Quando temos os recursos disponíveis é prazeroso, mas se não, é desgastante. Às vezes eu me sinto impotente diante de tantas situações...” (entrevistada 7)

“ Temos que trabalhar bastante o nosso psicológico para não se sentir frustrada. Muitos cobram do trabalhador, do assistente social, mas não veem o nosso trabalho.” (entrevistada 8)

Desta forma, diante de todos os relatos apontados neste estudo, podemos compreender que os limites para afirmação do projeto ético-político profissional no cotidiano profissional dos assistentes sociais nos CRAS e CREAS em Paço do Lumiar são diversos principalmente diante da atual conjuntura.

Chamou atenção durante as entrevistas com as assistentes sociais dos CRAS e CREAS, o entendimento delas como pertencente à classe trabalhadora e como sujeitas às injunções da exploração capitalista, também como todas essas determinações afetam consideravelmente a prática profissional. Também foi perceptível na fala das mesmas, que consideram a atual conjuntura como um retrocesso expresso na desresponsabilização do Estado, focalização das Políticas Sociais e derruição de direitos historicamente conquistados, o que para elas aprofunda as expressões da questão social, aumenta a demanda dos usuários pelo atendimento das suas necessidades sociais e impõe limites para práticas orientadas na perspectiva do Projeto Ético Pólitico Profissional.

Desta forma, apontamos que umas das possibilidades apresentadas para afirmação do Projeto ético político refere-se à relativa autonomia do profissional assistente social que na relação com os usuários através das atividades cotidianas como os momentos das entrevistas individuais ou nas reuniões em grupo permitem a construção de estratégias de organização dos usuários na defesa dos direitos e na luta por serviços de qualidade prestados à população.

Ainda em relação ao Projeto Ético Político do Serviço Social as profissionais entrevistadas o consideram fundamental para a profissão, pois norteia a prática profissional na perspectiva dos direitos da classe trabalhadora. No entanto, exatamente por ter princípios que vão na contramão da atual conjuntura, consideram que a efetivação deste no cotidiano profissional é um desafio, considerando, principalmente, a correlação de forças presente no ambiente institucional e as condições precárias de trabalho.

Como limite também podemos apontar as inúmeras demandas postas ao assistente social como foi apontado neste estudo e também contundentemente expresso nas falas das assistentes sociais de Paço do Lumiar ao lado da quantidade insuficiente de assistentes sociais no município, o que determina um cotidiano por vezes rotineiro, lidado à imediaticidade. Tais condições reforçam assim uma prática

não reflexiva e distante de uma busca de seu significado ou direcionada por uma consciência transformadora.

Ao mesmo tempo, observa-se que as inúmeras demandas postas ao assistente social e a necessidade de resolutividade das situações postas pela instituição traz como limite o desenvolvimento de estudos e reflexões em torno da realidade social.

Em Paço do Lumiar, principalmente as assistentes sociais do CREAS, foi percebido certo esforço das mesmas em propiciar reuniões com a equipe profissional com o intuito de promover reflexões em torno das situações apresentadas objetivando apreender as determinações da realidade e de estabelecer articulações para que as prerrogativas profissionais sejam respeitadas.

Em suma, apontamos que a defesa dos princípios contidos no Projeto ético político profissional é uma luta diária que encontra na teia complexa das relações capitalistas permeadas por desigualdades, exploração, mistificação da realidade seus principais entraves e contraditoriamente suas estratégias de superação da ordem e de defesa da classe trabalhadora.

5 CONCLUSÃO

A temática trabalho é um dos grandes desafios a ser discutido tendo em vista o contexto em que vivemos de inúmeras contradições, onde o trabalhador desprovido de todos os direitos trabalhistas tem sido cada vez mais presente. Não obstante a afirmação do fim do trabalho, acreditamos que mais do que em qualquer fase da história humana, em tempos de desumanização da vida, o trabalho com sentido deve ser uma luta constante.

Os atuais processos, em relação ao trabalho, apontados neste estudo como a terceirização, as relações contratuais cada vez mais frágeis, os trabalhos temporários e as relações trabalhistas crescentemente flexíveis são uma demonstração do atual quadro de superexploração da classe trabalhadora. Neste contexto, incidem também as formas de controle sobre a subjetividade do trabalhador, as quais representam estratégias do capital para que este continue se expandindo e dominando.

Desse modo, entendemos que os processos de consciência da classe trabalhadora em classe para si e o entendimento do controle que o capital exerce estrategicamente sobre a mesma são grandes desafios.

Nestas circunstâncias, devido à insegurança a que está submetida grande parte dos trabalhadores devido à ausência ou precariedade de vínculos empregatícios, há um enfraquecimento dos organismos de representação da classe trabalhadora, cuja luta tem sido cada vez mais pela manutenção de alguns poucos direitos do que ofensivamente contra este sistema desumano que é o capitalismo.

Neste aspecto, as Políticas Sociais entram como alvo das artimanhas capitalistas principalmente no que se refere à transferência das responsabilidades do Estado para a sociedade. A diminuição de recursos financeiros destinadas a estas se torna assim uma retórica sob o argumento de que são necessários “ajustes” para o bem da sociedade.

É nesta perspectiva que se executa atualmente a Política de Assistência Social, desenhada na Constituição Federal como direito fundamental sob a responsabilidade do Estado, que sob a égide do neoliberalismo assume um papel que deveria ser de outras políticas sociais e econômicas.

Acaba, assim, assumindo o papel de amenizadora dos problemas sociais decorrentes da contradição capital/trabalho através, por exemplo, da transferência de uma renda mísera para aqueles considerados abaixo da linha de pobreza.

Ainda neste aspecto, é que a sociedade é convocada a assumir a responsabilidade de aliviar a pobreza social com iniciativas solidárias através do voluntariado ou de organizações do “terceiro setor” cujas ações retomam práticas assistencialistas.

Neste contexto, a ampliação do mercado de trabalho para o assistente social na Política de Assistência Social com a implantação do Sistema Único de Assistência Social foi e continua sendo um processo que revela outra face: a precarização das condições de trabalho do assistente social. Condições vivenciadas pelos trabalhadores em seu conjunto.

Esta realidade pode ser verificada em outros estudos que demonstram uma tendência crescente de distanciamento entre o que está posto nas normativas relacionadas à Política de Assistência Social e a realidade concreta, principalmente no que diz respeito à formação e condições de trabalho das equipes de referência. Contratos temporários, ausência de garantias trabalhistas e presença marcante do clientelismo são algumas expressões da realidade vivenciadas pelos assistentes sociais nos municípios.

No caso específico do município em questão neste estudo, os dados registrados a partir das entrevistas com as assistentes sociais dos CRAS e CREAS, bem como as observações da dinâmica institucional nos fizeram retomar durante todo o estudo algumas hipóteses analíticas e elaborar algumas conclusões.

A primeira delas é que o assistente social na relação de compra e venda da sua força de trabalho, no dia a dia da sua prática profissional e fazendo parte de um contexto institucional é de fato um profissional com relativa autonomia. Neste sentido, esta autonomia, como foi observada, depende dentre outras coisas, da correlação de forças dentro do ambiente institucional e ainda da postura do profissional em enfrentar os desafios diários.

A segunda, é que o assistente social muito embora tenha uma percepção da atual conjuntura e dos problemas estruturais que perpassam a sociedade regida pelo capital e ainda das contradições da relação capital/trabalho, se sente por vezes

impotente diante dos grandes desafios diários associados principalmente à falta de condições de trabalho.

Neste sentido, as profissionais de Serviço Social vivenciam um processo contraditório: de um lado, o compromisso efetivo nos atendimentos aos usuários ao estabelecer uma relação na perspectiva do direito e de ter um reconhecimento destes em relação ao trabalho desenvolvido pelo profissional, e, ao mesmo tempo, a insatisfação no trabalho causada principalmente pela falta de recursos humanos, financeiros para desenvolver um trabalho com mais qualidade, além das questões estruturais que possam, de fato, determinar uma mudança maior no contexto de desigualdade social vivenciado pelos usuários, entendido como expressões da questão social decorrentes do sistema capitalista.

A terceira que nos chama atenção é que ao lado de avanços em termos legais da Política de Assistência Social, práticas tradicionais se mantêm principalmente no que diz respeito à reprodução das desigualdades, o que fortalece o controle do capital sobre o trabalhador. Isto foi inferido a partir das observações das ações profissionais, algumas delas atreladas à “seleção” dos usuários para fins de “benefícios” socioassistenciais, limite imposto pela própria Política de Assistência Social além das limitações impostas pelas demandas institucionais.

Com isto, foi perceptível que práticas voltadas para fortalecimento e organização política dos usuários na perspectiva dos interesses da classe trabalhadora são um desafio diário limitado mais ainda pelas emergentes e inúmeras demandas postas ao assistente social.

Podemos concluir, finalmente, que o projeto ético político profissional do Serviço Social construído no final da década de 1970 que vai na contramão da “racionalidade” capitalista expressa no projeto neoliberal, tem sido um desafio no cotidiano das assistentes sociais de Paço do Lumiar e que muito embora reconheçam a necessidade diária deste projeto no norteamento de sua prática profissional, por vezes percebem os entraves para consecução deste que vão desde as relações de poder no âmbito institucional até a atual conjuntura internacional de regressão de direitos e de fortalecimento de uma cultura minimalista e compensatória das Políticas Sociais.

Estas reflexões colocam a necessidade de estudos sistemáticos sobre situações concretas vivenciadas pelos assistentes sociais no dia a dia no âmbito das

Políticas Sociais com o intuito de embasar inclusive as lutas por melhores condições de trabalho.

Neste aspecto, pensamos que os organismos de representação da classe trabalhadora e também da categoria profissional devem promover meios de inibir os empregadores de impor situações e relações precarizadas de trabalho muito mais do que a simples fiscalização do exercício ilegal da profissão.

Também destacamos que a capacitação continuada dos profissionais não apenas no sentido técnico, mas também na apreensão crítica das contradições presentes no âmbito institucional e na totalidade da vida social fortalece a resistência a um cotidiano rotineiro, tarefeiro.

Portanto, refletir sobre a questão do trabalho diante de toda esta realidade é de fundamental importância na defesa de condições de trabalho dignas para os assistentes sociais e demais trabalhadores em seu conjunto, como também na efetivação dos direitos da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. A relação entre o Estado e a Sociedade Civil: a questão dos conselhos de direitos e a participação do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Movimento Social**, São Luís, v.1, n. 1, jul/dez. 1999.

ABRUCIO, Luiz Fernando; SOARES, Márcia Miranda. Redes Federativas no Brasil: cooperação intermunicipal no Grande ABC, **Série Pesquisas**, São Paulo, n. 24, 2001.

ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil dos anos 2000: dilemas da era neoliberal. In: _____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ABRAMIDES, Maria Beatriz. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro**. 2006. Disponível em < <http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/06/t5.pdf> >. Acesso em 20 jan.2019.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a noiva morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1998.

_____. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAÚJO, Maria do Socorro. Pobreza, Fome (Zero) e prefeiturização das relações sociais no Maranhão. In: _____. **Pobreza e políticas públicas de enfrentamento à pobreza**. São Luís: Edufma, 2013.

AQUILES, Emir. **Renda Familiar per capita no Maranhão é a menor do Brasil, segundo pesquisa do IBGE**. 2018. Disponível em: <<http://maranhaohoje.com/renda-per-capita-no-maranhao-e-a-mais-baixa-do-brasil- apenas-r-597-segundo-pesquisa-do-ibge/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ASSÉDIO moral nas relações de trabalho. **CFESS manifesta**, Brasília, DF, 10 maio 2011.

BARRETO, Margarida Maria Silveira. **Assédio moral: a violência sutil- análise epidemiológica e psicossocial no trabalho no Brasil**. 2005. 236 f. Tese (Doutorado em psicologia Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BARROCO, Maria Lúcia. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: ABEPSS, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação. **Revista Temporalis**, Brasília, DF, ano 4, n. 08, p. 19-30, jul./dez. 2004.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. **Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília, DF: CFESS, 2005a.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei n. 8662\93 de regulamentação da profissão. Brasília, DF: CFESS, 1993a.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, DF: CFESS, 2011a.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei n. 8742 de 7 de dezembro de 1993. Brasília, DF: MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1993b.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social**. 3. ed. Brasília, DF: MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 2016a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. **Censo SUAS 2013**. Brasília, DF: MDS, 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social-CRAS. Brasília, DF: MDS, 2009a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS, 2005b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS. Brasília, DF: MDS, 2011b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Portaria n. 843**, de 28 de dezembro de 2010. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, 29 dez. 2010. Seção 1, p. 116. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/portarias/2010/MDS%20Portaria%20no%20843%20de%2028%20de%20dezembro%20de%202010%20-Creas%20e%20Creas%20Pop-%20-%20>. Acesso em: 23 jan. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **CRAS – Institucional**. 2015. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-especial-basica/cras-centro-de-referencias-de-assistencia-social/cras-institucional>>. Acesso: 16 jul. 2017

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS**. Brasília, DF: MDS, 2005c.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS**. Brasília, DF: MDS, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS– NOB-RH/SUAS**. Brasília, DF: MDS, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS– NOB-RH/SUAS**: Anotada e Comentada. Brasília, DF: MDS, 2011c.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Resolução n. 109 de novembro de 2009. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: SNAS, 2009b.

_____. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Bolsa Família e Cadastro Único no seu município**. Brasília, DF: SNRC, 2019. Disponível

em:< https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=pbf_no_municipio>
Acesso em: 23 jan. 2018

BRASIL.Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei n. 9608 de 18 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Brasília, DF: Casa civil, 1998. Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1998/lei-9608-18-fevereiro-1998-36-5398-publicacaooriginal-1-pl.html> > Acesso em: 23 jan. 2018.

_____. Presidência da República. **Constituição Federal**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Presidência da República. Lei n. 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei n. 8742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2011d. Não paginado.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social. 2016b **Encontro Nacional do Congemas**. Disponível em: <<http://www.congemas.org.br/coegemas/item/download/>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

BREVILHERI, Eliane; PASTOR, Márcia. A trajetória de construção do SUAS: um estudo em pequenos municípios do norte do Paraná. **O Social em Questão** (PUC-RJ), Rio de Janeiro, nº 30, pg 353 – 372, ago., 2013.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do Estado dos anos 90**: lógica e mecanismos de controle. Ministério da Administração e Reforma do Estado, Brasília, Cadernos Maré, v. 1, 1999.

CARDOSO, Franci Gomes. O Serviço Social como totalidade histórica em movimento no Brasil contemporâneo. In: SILVA, Maria Liduína (Org.). **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

CARDOSO, Franci Gomes; ABREU, Marina. Serviço Social como uma expressão da praxis na crise contemporânea do capitalismo: fundamentos e tendências no Brasil. **Revista de Políticas Públicas (UFMA)**, São Luís, v. 1, p. 313-321. 2014.

CARTEIRO, M. L. L. **O trabalho profissional no judiciário como fonte de stress ocupacional**, 2010. Disponível em: <<http://www.aasptjsp.org.br/artigo/o-trabalho-profissional-no-judici%C3%A1rio-como-fonte-de-stress-ocupacional>>. Acesso em 22 jul. 2017.

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez: CELATS, 2005.

CASTILHO, Cleide; CARLOTO, Cássia. **O familismo na política de Assistência Social: um reforço à desigualdade de gênero?** Disponível em: <

<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/2.CleideCastilho.pdf> . Acesso em: 10 fev. 2019.

CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior). **Documento de área 2013**. Disponível em < https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Servi%C3%A7o_Social_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf >. Acesso em 20 jan.2019.

CEZAR, M. J. Serviço Social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional. In. _____. **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTINHO, C. N. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São PAULO: Cortez, 2008.

_____. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Caderno ABESS**, São Paulo, n. 4, p. 14-21, maio 1991.

COUTO, Berenice et al. (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2015.

DE MAIS, Domenico. **Desenvolvimento sem trabalho**. São Paulo: Esfera, 1999.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha**. São Paulo: CUT, 2014. Disponível em <:<http://www.cut.org.br/system/uploads/ck/files/Dossie-Terceirizacao-e-Desenvolvimento.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2018.

FALEIROS, Vicente de Paula. Alternativas metodológicas da pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 12, n. 21, p. 5-17, ago. 1986.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 101, 2010.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Rev. bras. Saúde Ocup.**, São Paulo, v. 35, n. 122, 2010.

FREIRE, Lúcia M. de B. **O Serviço Social na reestruturação produtiva: espaços, programas, direções e processos do trabalho profissional.** São Paulo: Cortez, 2010.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GRAMSCI, Antônio. Americanismo e Fordismo. In _____. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 5 v.

_____. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 3 v.

GUERRA, Y. Transformações societárias e Serviço Social: repercussões na cultura profissional. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A. (Orgs.). **Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, pejejas e desafios.** Recife: EDUFPE, 2014. p. 45-62.

HARVEY, D. O Trabalho, o Capital e o Conflito de Classes em torno do Ambiente Construído em Sociedades Capitalistas Avançadas. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, n. 6, p. 6-35, 1982.

_____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 1992.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio moral: a violência perversa do cotidiano.** Tradução de Maria Helena Kuhner. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, jan./abr. 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Acesso a transferência de renda de programas sociais:2006/IBGE**, Coordenação de Trabalho e Rendimentos. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

KOCHENBORGER, Nataniel. **Terceirização: A porta para o futuro.** 10 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.geocities.com/CapitolHill/Congress/1166/gestao.html>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

LACAZ, F.A. Precariedade, intensificação do trabalho e saúde do trabalhador: por uma postura anticapitalista das Políticas Sociais. In: _____. **Saúde do trabalhador e da trabalhadora e Serviço Social: estudos da relação trabalho e saúde no capitalismo contemporâneo**. Campinas: Papel Social, 2016.

LAGUNA, Eduardo; RINALDI, Caio. **Ações trabalhistas caem mais de 50% após reforma**. 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/acoes-trabalhistas-caem-mais-de-50-apos-reforma/>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

LOPES, Josefa Batista. Os desafios, 30 anos depois. **Revista Inscrita**, Brasília, DF, ano 8, n.12, nov. 2009.

LUXEMBURG, Rosa . **Social Reform or Revolution**, Militant Publications, London, 1986. Tradução de: Anônimo. Disponível em <http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/Reforma%20ou%20Revolu%C3%A7%C3%A3o_0.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.

MANDEL, Ernest. O Estado na fase do capitalismo tardio. In: _____. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril cultural, 1982.

MARX, Karl. O processo de produção capitalista. In: _____. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. 1 v.

_____. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. In: _____. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1996. 1 v. (Coleção Os Economistas).

_____. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. 3 v.

_____. Livro I: O processo de produção do capital. In: _____. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. In: _____. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1996. 2 v. (Coleção Os Economistas).

_____. Livro I: O processo de produção do capital. In: _____. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 2 v.

_____. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Reginaldo Sant' Anna. In: _____. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 2 v.

MARX, Karl. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Reginaldo Sant' Anna. In: _____. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1985. 1 v.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2 ed. São Paulo: Martins Fonte, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friderich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

_____. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta, 1995.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. A necessidade de controle social. In: _____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. A ordem do capital no metabolismo social da reprodução. In: MÉSZÁROS, István et al (Orgs.). **Ensaio ad Hominem: Marxismo**. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

MELO NETO, Francisco P. de; FROÉS, César. **Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: o caso brasileiro**. São Paulo: Qualitymark, 2001.

MONTAÑO, Carlos. O Serviço Social frente ao neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 53. 1997.

_____. **Terceiro Setor e Questão Social**: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo, Cortez, 2010.

_____. O Serviço Social frente ao neoliberalismo. Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 53. 1997

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da Assistência Social**: Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social e Seguridade: uma agenda política recorrente e desafiante. In: **Em Pauta**: Teoria Social e Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, n. 20. 2007.

_____. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: _____. **A nova fábrica de consensos**: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50. 1996.

MUNIC/IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros**. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Suplemento Assistência Social. 2013. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/assistencia_social2013/2014>. Acesso em: 29 ago. 2016.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético -político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: MOTA, Ana Elizabete et al (Orgs). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. In: CFESS (Org.). **30 anos do “Congresso da Virada”**. Brasília, 2009.

_____. ; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortes, 2006.

NÚMERO de ONGS mais que dobrou entre 1996 e 2005 no Brasil, diz IBGE. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/numero-de-ongs-mais-que-dobrou-entre-1996-e-2005-no-brasil-diz-ibge.html>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

OFFE, Claus. **Trabalho como categoria sociológica fundamental?** Trabalho e sociedade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. 1 v.

OHNO, Taichi. **O Sistema Toyota de Produção: além da produção em larga escala**. São Paulo: Bookman, 1997.

OLIVEIRA, Francisco. **Além da transição, quem da imaginação: Novos Estudos**. São Paulo: Cebrap, 1982.

OLIVEIRA, C. A.; ANDRADE, A.R. O significado dos espaços formativos no ensino superior em Serviço Social. **Serviço Social e realidade**, Franca, v. 15, n. 1, p. 69-86, 2006.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 80, p. 59-81, 2004.

PEREIRA, Josenilde de Oliveira. **O Serviço Social face à expansão da Política de Assistência Social na conjuntura neoliberal: desafios e perspectivas para a concretização e avanço do seu projeto ético - político profissional**. 2008. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Curso de Serviço Social. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

PEREIRA, Potyara. **Necessidades humanas: subsídios á crítica dos mínimos sociais**. São PAULO: Cortez, 2002.

_____. **A metamorfose da questão social e a reestruturação das Políticas Sociais**: Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília, DF: Cead/Unb, 2000

PENA, Rodolfo Alves. **Consenso de Washigton**. Ano 2018. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>> Acesso em : 22 jun. 2017.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, 2011.

_____. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104. 2010

RAICHELIS, Raquel (Coord.). Suas: configurando os eixos de mudança. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza; INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. **Capacita Suas**, Brasília, 2008.

_____. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social**: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 2000.

RAMALHO, José Ricardo. Movimento sindical e política neoliberal. In: _____. **Pós – neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

RAMOS, Sâmia Rodrigues; SANTOS, Silvana Mara. Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas. In: SILVA, Maria Liduína (Org.). **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Boaventura. Os processos da globalização. In: _____. **A globalização e as Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, 2010.

SCHLINDWEIN, Clainton. **Empreendedores, o desafio do negócio próprio: uma análise da criação de micro e pequenas empresas**. 2004. Dissertação (Pós – Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

SERRA, Rose Mary (coord.). **O Serviço Social e seus empregadores: O mercado de trabalho nos órgãos públicos, empresas e entidades sem fins lucrativos no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, FSS/UERJ, 1998.

SERRA, Rose Mary. **Crise da materialidade no Serviço Social: repercussões no mercado profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, Aldaíza. **Regulação social tardia: características das políticas sociais latinoamericanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio**. 2002. Disponível em: <<http://www.clad.org.ve/fulltext/0044509.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2018

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na “reforma” do Estado**. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita; Giovanni Geraldo. 6. ed. **A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2012.

SITCOVSKY, Marcelo. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. In: MOTTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da Assistência Social: Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Ademir Alves da. **A profissão de assistente social no limiar do novo século**. São Paulo: FSS/PUC-SP, 1996.

SILVA, Maísa. Assistência social na realidade municipal: o SUAS e a prevalência do conservadorismo. **Revista Katálises** (PUC-Goiás), Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2015

THERBORN, Goran. A crise e o futuro do capitalismo. In: _____. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

VASCONCELOS, I. et al. **Condições de trabalho e saúde de assistentes sociais no âmbito das políticas públicas**. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/8243/5087>>. Acesso em: 17 maio 2018.

_____. **A/o assistente social na luta de classes**: projeto profissional e mediações teóricas-práticas. São Paulo: Cortez, 2015.

VAN BALEN, A. D. G. **Disciplina e Controle da Sociedade**: Análise do Discurso e da Prática Cotidiana. São Paulo: Cortez, 1983.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado socio-histórico da profissão. In: CFESS; ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: ABEPSS, 2009.

**APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM ASSISTENTES SOCIAIS
DOS CRAS E CREAS DE PAÇO DO LUMIAR –MA**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM ASSISTENTES SOCIAIS DOS CRAS E
CREAS DE PAÇO DO LUMIAR-MA

SOBRE A INSTITUIÇÃO:

- 1) Nome da instituição:
- 2) Endereço:
- 3) Há quanto tempo existe?
- 4) Estrutura Organizacional (física e humana)
- 5) Considera a estrutura física adequada para a realização do seu trabalho?
- 6) Possui sala de atendimento que garanta o sigilo profissional?

SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO:

- 7) Data de origem do Serviço Social na instituição: () 1 ano () 2 a 5 anos
() 6 a 10 anos () 10 a 20 anos () mais de 20 anos
- 8) Número de assistentes sociais:
- 9) Considera suficiente a quantidade de AS diante das demandas institucionais e dos usuários ? () sim () não
- 10) Tem estagiários de Serviço Social na instituição? () sim () não
- 11) Se sim, os assistente sociais conseguem acompanhar os mesmos favorecendo o processo de ensino –aprendizagem do aluno? () sim () não
Por quê?
- 12) Quais atividades desenvolve no seu cotidiano profissional?
- 13) Considera ter autonomia na realização do seu trabalho profissional? () sim () não Por quê?
- 14) Carga Horária semanal? () 20 hs () 30 hs () 40 hs () outro:
- 15) Salário Bruto? () até 2 salários mínimos () de 3 a 5 salários mínimos
() de 6 a 8 salários mínimos () mais de 8 salários mínimos
- 16) Vínculo empregatício: () não tem vínculo nenhum () trabalho voluntário
() CLT () Estatutário () contrato temporário

- 17) Considera que as legislações , resoluções, respaldam o cotidiano do seu trabalho profissional?
- 18) Conhece o Projeto ético - político profissional do Serviço Social?
() sim () não
- 19) Se sim, consegue direcionar sua prática profissional tendo como norte o Projeto ético - político profissional? () sim () não Por quê?

SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 20) Considera que após a implantação do SUAS com todas as suas normas (NOB SUAS 2012 , NOB RH, etc...) houve melhorias dos serviços socioassistenciais?
- 21) Quantos bairros estão referenciados a este CRAS ou CREAS?
- 22) Em média, quantas famílias são atendidas no mês?
- 23) Consegue realizar os serviços socioassistenciais (PAIF, PAEF, SCFV, etc...) conforme as orientações da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução 109/2009)?
- 24) No seu trabalho são cobrados prazos, metas ou atribuições não compatíveis com a sua função? () sim () não
- 25) Como você caracterizaria o seu cotidiano profissional?
- 26) Quais os maiores desafios presentes nele?
- 27) Considera que há sobrecarga de trabalho ou situações que provocam stress, ansiedade, etc...? () sim () não
- 28) É um profissional que está sempre buscando a qualificação profissional? () sim () não Por quê?